

ANDREAS LEONARDUS DOESWIJK

ENTRE A UNIDADE E A AUTONOMIA, A REVOLUÇÃO E
A REFORMA. O MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO EN
TRE O V E O IX CONGRESSO DA FORA: 1905-1915.

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da Uni
versidade de Campinas, sob orientação
do Prof. Dr. MICHAEL M. HALL.

*Este exemplar corresponde a redação final da tese
defendida por Andreas Leonardus Doeswijk e aprovada
pela Comissão Julgadora.*

14/08/85

Michael M. Donald Hall

CAMPINAS
1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Meus Agradecimentos:

Ao Prof. Michael M. Hall por sua orientação e seus esforços em afastar-me de sociologismos, história de idéias e exposição de fichas bibliográficas, e suas recomendações de converter meu trabalho em um "poema".

A Maria Lúcia Lamounier pelo tempo e a paciência dedicados a esta dissertação, e por suas numerosas observações críticas.

A Héctor Alimonda por sua capacidade em comunicar seu conhecimento e seu entusiasmo pela história social argentina.

A meus familiares e amigos, espalhados pelo Brasil, Argentina, Holanda e Perú, que me acompanharam neste empreendimento.

Ao Instituto de História Social em Amsterdã, ao Arquivo Edgar Leusenroth em Campinas e à Federação Libertária Argentina em Buenos Aires.

A Bayer, Nario, Barcos, Botana, Santillán e tantos outros com os quais dialoguei nesta viagem ao desconhecido...

En su grave rincón los jugadores
rigen las lentas piezas. El tablero
los demora hasta el alba en su severo
ámbito en que se odean dos colores.

Adentro irradian mágicos rigores
las formas: torre homérica, ligero
caballo, armada reina, rey postrero,
oblicuo alfil y peones agresores.

Cuando los jugadores se hayan ido,
cuando el tiempo los haya consumido,
ciertamente no habrá cesado el rito.

En el Oriente se encendió esta guerra
cuyo anfiteatro es hoy toda la tierra.
Como el otro, este juego es infinito.

J. L. Borges.

"Como es sabido, se dice que existía un autómata construido en forma tal que era capaz de responder a cada movimiento de un jugador de ajedrez con otro movimiento que le aseguraba el triunfo en la partida. Un muñeco vestido de turco, con la boquilla de narguilé en la boca, estaba sentado ante el tablero, posado sobre una amplia mesa. Un sistema de espejos producía la ilusión de que esta mesa era en todos los sentidos transparente. En realidad, había un enano jorobado, el cual era un maestro para el ajedrez y movía la mano del muñeco mediante cordeles. Un equivalente de tal mecanismo puede imaginarse para la filosofía. Debe vencer siempre el muñeco llamado 'materialismo histórico'. Puede competir, sin más con cualquiera cuando pone a su servicio a la teología, la cual hoy, como resulta notorio, es pequeña y desagradable y no debe dejarse ver".

Walter Benjamin.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO: 1. Seleção do tema. 2. A especificidade da época. 3. História sindical, história de uma elite operária. 4. Objetivos do trabalho. 1

Capítulo I: Panorama Histórico Argentino até Começos do Século. A Imigração e o Mercado de Trabalho. 1. Os Novos Partidos: o radicalismo, o Partido Democrata Progressista, os socialistas. 2. A Economia: a terra, a pecuária e a agricultura. A indústria. 3. A Imigração: quantidade de imigrantes e relação com a população argentina. Origens da massa imigratória. Os imigrantes por profissão. Para onde se dirigem os imigrantes? Consequências da imigração. 4. O Mercado de Trabalho e seus possíveis efeitos sobre o sindicalismo. 5. Conclusões. 12

Capítulo II: Situação da Classe Trabalhadora Argentina e o Departamento Nacional do Trabalho. 1. Criação do Departamento Nacional do Trabalho. 2. Situação dos Trabalhadores em algumas indústrias. 3. Leis Protetoras do Trabalho. 4. Mediação e Arbitragem. Greves. 5. As Organizações Operárias vistas pelo DNT. 6. Uma Organização Patronal: Sociedade União Protetora do Trabalho Livre. 7. A Liga Democrática Cristã. 8. As Casas Operárias no Discurso de um Presidente. 9. O Trabalho Disciplinado. 53

Capítulo III: As Correntes Sindicais: Socialismo, Anarco-comunismo e "Sindicalismo". 1. O Gremialismo Socialista: a posição do PS para com os grêmios; a equação: ideologia sindical-tipo de ofício; os socialistas e a greve geral. 2. Os Anarco-comunistas nos Sindicatos Argentinos: as duas vias; a tese

italiana e a espanhola no sindicalismo anarquista argentino. *

3. Os "Sindicalistas" na Argentina: o "sindicalismo" na UGT e na CORA; os teóricos do "sindicalismo"; a especificidade do "sindicalismo" argentino. 85

Capítulo IV: O Movimento Operário Argentino entre 1905 e 1915.

1. As Presidências de Quintana e Figueroa Alcorta. 2. O Quinto Congresso da FORA: 1905. 3. O Primeiro Congresso de Fusão: 1907. 4. O Panorama Sindical até 1910. 5. O Segundo Congresso de Fusão: 1909. 6. Os Sucessos do Centenário e suas Repercussões no Mundo do Trabalho: Maio de 1910. 7. A Greve do Porto e o Conflito Ferroviário: 1911 e 1912. 8. A Lei Sáenz Peña e o Movimento Operário. 9. Os Radicais depois do Centenário. 10. O Movimento Operário e suas Tentativas de Buscar a Unidade: 1912 a 1915. 136

Capítulo V: O IX Congresso da FORA: 1 a 4 de Abril de 1915.

1. Introdução. 2. O Congresso. 3. Comentários sobre o Congresso: Conspiração "Sindicalista" ou Divisão Interna do Anarco-Sindicalismo? 187

Algumas Reflexões Finais. 209

Notas. 217

INTRODUÇÃO.

1. Seleção do Tema.

Quando começamos a pensar um tema de história social, o primeiro que nos ocorreu foi buscar uma resposta para uma pergunta que havia tempo nos intrigava: porque e como o movimento sindical anarquista na Argentina, tão pujante desde o começo do século, começou a declinar até quase desaparecer depois de 1930?

Supúnhamos que as causas de tal fato deviam ser procuradas na especificidade do movimento operário rioplatense, pois a declinação do anarquismo a nível mundial não constituía, a nosso ver, um explicans, mas antes a história dos casos particulares é que poderiam explicá-la. A experiência anarquista na Argentina foi muito distinta daquela vivenciada em países como Itália França e Espanha. Com efeito, a Argentina não teve governos fascistas duradouros nem participou da Primeira Guerra Mundial e nem tampouco o impacto da Revolução Russa foi tal que viria "explicar" a decadência do anarquismo.

Planejamos inicialmente abordar este tema mediante dois recortes históricos (na realidade dois "cortes" históricos): o do IX Congresso da FORA (Federación Obrera Regional Argentina) de 1915, no qual o anarquismo se dividiu em duas centrais operárias, e o golpe militar de 1930, que acarretou uma série de perseguições, encarceramentos e desterros.

Mas, pouco tendo avançado na investigação, já percebíamos que essas duas conjunturas não iriam propiciar uma explicação satisfatória para o problema colocado. O IX Congresso da FORA, aparecia-nos como um reflexo de quinze anos de vida sindical e o golpe de Urriburu reduziria a problemática à mera repressão policial, repressão esta presente já desde o nascimento mesmo

das organizações sindicais e que encontrou bem cedo na Argentina uma estrutura jurídica formada nas leis de Residência (1902) e Defesa Social (1910) -duas leis anti-estrangeiros e anti-operários.

Da mesma forma julgamos que para entender algo do movimento operário anarquista havia que se levar em conta as outras correntes sindicais, tais como a socialista, a "sindicalista" e a autônoma; e ainda considerar as mudanças operadas na atitude do Estado para com a presença social operária, as estratégias e atitudes empresariais e a ascensão dos partidos Radical e Socialista.

Como não era nossa intenção fazer um estudo geral do movimento operário na Argentina, resolvemos centrar nossa atenção sobre dois temas: o da unidade sindical e o do caráter revolucionário ou reformista das distintas correntes operárias. Dois tópicos que acreditávamos estar no centro da atividade e do pensamento dos sindicalistas da época.

Entre 1907 e 1915 foram realizados nada menos que seis congressos de fusão; isto é, congressos que tinham como objetivo reunir em uma só central anarquistas, "sindicalistas", socialistas e autônomos. Ora, a nosso ver este fato justifica a relevância do tema da unidade para a época. E da mesma forma nos pareceu fundamental discutir o caráter revolucionário e/ou reformista do movimento operário argentino numa época em que o sindicalismo propunha formas diversas de mudar a estrutura da sociedade utilizando meios como a greve geral, o boicote, o la bel, ou a presença massiva nos centros das cidades em ocasiões de protesto, ou ainda a prática da solidariedade proletária a nível regional e internacional.

É certo que ao se discutir e utilizar categorias como revolução e reforma, corre-se o risco de se enveredar pelo terreno

escorregadio do reducionismo do movimento sindical ou social à ideologia ou história de idéias. E mesmo se se argumentar que os próprios movimentos da época é que colocavam no centro de seu interesse o grau de combatividade, isto não significa ainda colocar-se a salvo de um possível reducionismo, pois uma linguagem determinada pode muito bem ocultar práticas que se alimentam de condições bem mais concretas, como o mercado de trabalho e sua elasticidade, as diferenças existentes entre o trabalho industrial e o de serviços, o caráter imigratório de boa parte do proletariado, e canais sociais, econômicos e políticos, parcial ou totalmente vedados aos trabalhadores.

Trataremos portanto de descobrir as causas da radicalização ou moderação do movimento operário, e seu caráter revolucionário ou reformista não será tomado como uma constatação a partir da qual se explica a atividade gremial, mas antes será tomado como um fenômeno a ser explicado.

Com relação à função revolucionária ou reformista dos sindicatos surgem algumas questões: pode um movimento sindical ser revolucionário? Quem, com que elementos e como se estabelece os limites entre o revolucionário e o reformista? Se ambos os termos dizem respeito a mudanças na sociedade poderiam ser considerados antagônicos?

Antes de tudo não nos parece conveniente julgar um movimento social por seu ponto de chegada, seu fracasso ou seu êxito; muito mais útil seria analisar cuidadosamente suas práticas, seus objetivos e os métodos utilizados para alcançar estes objetivos. Assim, se a FORA anarco-comunista de 1905 a 1915 propunha substituir a sociedade capitalista da Argentina por uma sociedade libertária, mediante graves gerais ou parciais e a prática de uma solidariedade comprometida com os explorados,

não teremos pruridos de caracterizá-la de revolucionária. Da mesma maneira se os socialistas ou depois de 1915 os "sindicalistas", propunham apenas reformas setoriais, postergando indefinidamente a transformação do sistema capitalista, os caracterizaremos de reformistas.

Com relação à periodização, 1905 foi escolhido por dois motivos: em agosto deste ano a FORA se declarou anarco-comunista e rejeitou o Pacto de Solidariedade com a UGT (Unión General de Trabajadores) socialista e "sindicalista", e também porque até este ano, justamente os acontecimentos do V Congresso da FORA, é até onde chega o trabalho de Isaacov Oved, El Anarquismo y el Movimiento Obrero en Argentina.¹

Quanto ao ponto de chegada 1915, este é também um marco de natureza sindical: em abril de 1915 o IX Congresso da FORA se reuniu (desta vez com a participação de outras correntes), apagando de seus estatutos a recomendação de propagar o anarco-comunismo no seio da instituição operária. Assim 1915 parece-nos, para a vida sindical argentina, ao mesmo tempo um ponto de chegada e um ponto de partida.

E, enfim, foi dessa maneira que surgiu o título definitivo deste trabalho: Entre a Unidade e a Autonomia, a Revolução e a Reforma. O movimento operário argentino entre o V e o IX congresso da FORA: 1905-1915.

2. A Especificidade da Época.

E.J. Hobsbawm disse no seu Revolucionários:

"Tornou-se difícil lembrar que em 1905-14 a esquerda marxista havia se mantido, na maioria dos países, à margem do movimento revolucionário, e que a massa principal de marxistas fora identificada com uma social-democracia de facto não-revolucionária, enquanto que o grosso da esquerda "

revolucionária era anarco-sindicalista ou, pelo menos, muito mais próximo das idéias e do espírito do anarco-sindicalismo do que do marxismo clássico." 2

Se isto é válido para a Europa, o é também a nosso ver mais ainda para algumas regiões da América Latina, tais como o Litoral argentino e o Estado de São Paulo. A nova classe de assalariados, principalmente aquela parte constituída de imigrantes, oferecia no começo do século uma resistência pronunciada ao processo de proletarização; e resistências, práticas e linguagem, que não incluíam necessária ou historicamente em seu quadro de referência, um partido de vanguarda, que dirigisse suas operações.

Podemos considerar dois marcos de referência, entre outros possíveis, para o movimento operário argentino do começo do século: a situação operária internacional e a sociedade argentina global. O sentimento de pertencer a uma classe mundial se viu reforçado aí pela presença da imigração. E deste sentimento participavam também, pelo menos até 1910, as classes dominantes argentinas, compartilhando inclusive com a classe operária as idéias de "progresso", "razão", "ciência" (positivismo, evolucionismo), "secularização" etc. Contudo a imbricação da classe operária argentina (ou de núcleos de militantes, em sua maioria estrangeiros) com o proletariado a nível mundial, era em sua natureza diferente da imbricação das classes burguesas a nível mundial. Estas últimas se encontravam em relação não apenas por idéias, mas também, por interesses econômicos, enquanto o espírito de internacionalidade da classe operária se situava no plano da solidariedade, resistência à opressão e anseios de criar um mundo melhor.

E com relação à sociedade global, o movimento operário argentino não funcionava em um espaço autônomo, como o considera uma parte de seus historiadores; mas antes constituía parte de

um todo. Os trabalhadores participavam do social não apenas como produtores de contra-cultura e resistência, mas experimentavam também uma relação contínua e cotidiana com outros setores sociais.

3. História Sindical, História de uma Elite Operária.

Faz-se importante distinguir de início três categorias de trabalhadores: o militante sindical, o simples filiado a um sindicato, e o trabalhador não sindicalizado. Se já é difícil sustentar a afirmação de Solomonoff "os pronunciamentos dos líderes gremiais, refletiam as aspirações de suas bases sociais"³, mais difícil ainda e mais perigoso se torna estender a representatividade das lideranças à classe trabalhadora em seu conjunto. Para o caso argentino o problema é extremamente complicado, e a nosso ver deve-se evitar tanto a generalização apresentada acima, como deduzir, a partir da relativamente baixa taxa de sindicalização e da menor ainda de cotizantes, que a vida sindical tenha sido insignificante. Tanto o discurso como as práticas de determinadas tendências sindicais (sobretudo do anarco-sindicalismo), tiveram ramificações surpreendentes em todo o mundo do trabalho e ainda na sociedade global. Deve-se levar em conta também, até que ponto o operário sindicalizado se colocava em primeiro lugar como um anarquista, "sindicalista" ou socialista, ou se este respondia antes ao tipo de sindicato que parecesse melhor concordar com sua própria percepção, numa situação social, política e econômica determinada. O que se quer dizer é que o operário podia aderir àquele tipo de prática sindical que lhe parecia refletir melhor suas expectativas, projetos e experiências. Disposições estas que se modificam de acordo com as transformações operadas na sociedade. E não devemos es-

quecer que estamos tratando de uma sociedade em rápida expansão, como era a Argentina do começo do século.

Cabe assinalar ainda que os trabalhadores sindicalizados não eram somente anarquistas, socialistas e "sindicalistas", mas também artesãos, operários industriais ou jornaleiros, argentinos e europeus, italianos e espanhóis, moradores de cortiços (conventillos) e donos de casa própria, urbanos e ex-camponeses, simpatizantes ou não do radicalismo ou socialismo, homens e mulheres, revolucionários e conservadores, republicanos ou monarquistas (entre os imigrantes), católicos e ateus. Estas características nem sempre são facilmente passíveis de análise, mas porém não podem ser deixadas de lado, sob o risco de cair em absolutismos teóricos ou dogmatismos ideológicos.

A historiografia sobre o movimento operário organizado argentino do começo do século é a história de uma elite; uma elite que compreendia tanto os setores qualificados como os setores mais explorados, porém, no fim das contas, uma minoria.

4. Objetivos do Trabalho.

Temos como alvo os seguintes objetivos:

As causas e as motivações da busca da unidade sindical, ou a resistência à mesma por parte do movimento operário de 1905 a 1915.

O estudo das práticas revolucionárias e reformistas nos sindicatos e sua influência na procura da unidade.

A consideração das mudanças políticas, sociais e econômicas operadas na sociedade argentina nesta década e as diferentes formas de repressão e seus efeitos sobre o movimento operário.

A avaliação das mudanças ocorridas no movimento gremial no período considerado, o quadro sindical de 1915 e seus possíveis efeitos na vida sindical posterior.

Uma análise mais pormenorizada destas questões foi feita obedecendo uma divisão em cinco capítulos, que passamos a apresentar:

Capítulo I: Panorama político, econômico argentino. A imigração e o mercado de trabalho.

Este capítulo, bastante geral em sua concepção, busca oferecer um esboço da grande expansão econômica e social capitalista, cujo polo dinâmico era representado pelo Litoral, com uma produção agrária para exportação e, subsidiariamente pelo Interior, com alguns cultivos industriais. Os imigrantes e nativos constituíam um proletariado novo de jornaleiros rurais e trabalhadores industriais e de serviços. O projeto econômico e o fenômeno da imigração foram dirigidos politicamente por um Estado e classes dominantes que até 1912 outorgavam escassa participação política às classes médias e trabalhadoras, e que a partir de 1890 tentaram fazer frente à insurreição radical e, a partir de 1900, à ação direta dos grêmios. Para o nosso trabalho faz-se importante considerar o impacto que teve sobre o movimento operário organizado, em grande parte estrangeiro, esta estrutura econômica com um mercado de trabalho de peculiar elasticidade (cidade-campo; Europa-Argentina), e a situação política que procurava canalizar os conflitos sociais abrindo novos canais de participação, porém, sem deixar de lado a repressão.

Capítulo II: Situação das classes trabalhadoras argentinas e o Departamento Nacional do Trabalho.

Em 1907 criou-se o Departamento Nacional do Trabalho o que

representaria uma mudança de atitude do Estado argentino para com as classes trabalhadoras. O Boletim do DNT constitui uma valiosa fonte de informação de muitos aspectos relativos à vida operária tais como horários, salários, condições higiênicas, segurança, doenças relativas à profissão, leis de proteção ao trabalho, tentativas de mediação e arbitragem da parte do Estado, situação de algumas organizações operárias e profissionais, moradia e disciplinarização do trabalho e do trabalhador. O intento primordial do Departamento foi buscar a harmonia entre capital e trabalho numa época em que a pura repressão não bastava para conter as reivindicações crescentes do operariado. O Departamento constituiu um canal de participação, e da mesma forma que a Lei Sáenz Peña, proporcionará uma abertura que afetará a vida sindical.

Capítulo III: Apresentação das correntes sindicais: socialistas, anarquistas e "sindicalistas".

Pretendemos com este capítulo, antes de entrar no tema dos congressos de fusão, identificar os atores que aí desfilaram, as suas características e especificidades. Será analisada então a difícil relação do Partido Socialista com os sindicatos e as causas de sua pequena inserção nos mesmos, desmistificando algumas concepções que consideram os socialistas a aristocracia operária da época, ou que acreditam serem as classes médias o eleitorado principal do PS na Capital. Na mesma direção julgamos que a posição do PS para com a greve geral merece uma análise detalhada. Com relação aos anarquistas, tentaremos demonstrar que sua atuação sindical estava relacionada com uma via revolucionária de alcance mais amplo. Será interessante ver também como a FORA desde o início abrigou em seu seio duas tendências para com o problema da unidade operá

ria: uma parecida com a postura italiana de Malatesta, Gori e Fabbri, que postulava a presença operária no seio de centrais unitárias, e outra que consciente do poder do anarco-comunismo no movimento operário argentino, queria utilizar a FORA para fundar uma sociedade libertária e que, para tanto, aceitava em seu seio apenas aquelas associações que permitissem que a organização tivesse um caráter nitidamente comunista. Quanto ao "sindicalismo" argentino, surgiu do interior do socialismo como uma dissidência "obreirista". Foram os campeões da unidade e a partir do IX Congresso constituíram a corrente sindical mais numerosa, organizada e estável, ainda que então não muito combativa. Diferenciavam-se dos socialistas pelo seu anti-politicismo e sua aceitação, pelo menos até 1915, da greve geral. Já suas diferenças para os anarco-comunistas são menos claras e existem muitas opiniões a respeito; julgamos que devem ser buscadas mais no seu "obreirismo" e pragmatismo, e menos no seu centralismo e "argentinismo".

Capítulo IV: Do quinto ao nono Congresso da FORA:

Trataremos aqui da história de dez anos da vida sindical enfocando os congressos de fusão de 1907, 1909, 1912 e 1914, e algumas greves gerais, inserindo-os nas presidências de Quintana, Figueroa Alcorta, Sáenz Peña e de la Plaza, nas atividades do Partido Radical, na criação do Partido Democrata Progresista e na lei de Sufrágio Universal.

Capítulo V: O IX Congresso da FORA.

No IX Congresso da FORA o movimento sindical anarquista se dividiu: a maioria dos sindicatos aceitaram a eliminação da recomendação comunista e permaneceram na FORA IX,

junto a "sindicalistas" e mais tarde socialistas. Em troca, uma minoria aferrou-se à manutenção da "finalidade da FORA", ' constituindo então a FORA do V Congresso. Ora, se em 1907, ' 1909 e 1912 as tentativas de fusão fracassaram, porque então agora, esta unidade (parcial) se tornou possível? Quais as ' transformações verificadas no movimento operário argentino e quais as influências extra-sindicais que possibilitaram uma alteração na posição de boa parte dos anarquistas? Como veremos as discussões e resoluções do IX Congresso são fundamen- ' tais para uma tentativa de delinear respostas para estas questões.

CAPITULO I: Panorama Histórico Argentino até Começos do Século. A Imigração e o Mercado de Trabalho.

A história política argentina do século 19, inscreve-se dentro dos marcos do antagonismo entre federais e unitários, antagonismo este que perdura até a federalização de Buenos Aires em 1880. Caracteriza-se por uma incapacidade de pactuar, expressa por uma contínua guerra civil predominantemente inter-regional e secundariamente inter-classe.¹

Desde Pavón, 1861, começou a se acentuar a fusão dos estratos dominantes do Litoral Paranaense com os de Buenos Aires, com a participação central de Córdoba, Tucumán e Mendoza; mais tarde regiões mais distantes, como a Patagônia, Chaco e Misiones foram também incorporadas. Todavia, na Argentina do final do século, permaneceram alguns bolsões não integrados à economia nacional, como por exemplo, as províncias de Catamarca, Santiago del Estero e La Rioja, e partes de outras províncias, principalmente do Noroeste, que no período colonial constituíam a região mais povoada e mais central.

A integração econômica da maior parte do território nacional, favorecida pela infra-estrutura de transportes, não foi acompanhada, no entanto, pela integração social e política das classes trabalhadoras nativas e imigrantes. Por exemplo no pampa úmido, tanto nas regiões de gado como nas agrícolas, os gauchos e os gringos não constituíram comunidades com algum poder de auto-decisão política ou social, nem tampouco fundaram instituições sociais arraigadas nas comunidades locais. Da mesma forma, a educação comum e obrigatória, de indubitável impacto sobre o nível cultural da população e de efeitos homogenizadores, foi uma iniciativa implementada de cima para baixo.

Ao determo-nos na história argentina da segunda metade do sé

culo 19, nossa atenção frequentemente se volta para a importância da política e, principalmente, para o exercício da violência na reformulação da sociedade rosista (Rosas) pecuarista. A possibilidade de aproveitar a planície de terra fértil e clima temperado para produção de lã, carne, trigo, milho e linho pressupunha, especialmente no que se refere à agricultura, a pacificação do país: a eliminação dos federais e a expulsão dos índios araucanizados do pampa, índios que apesar de serem poucos em número, puseram em xeque o exército argentino.

Foi o jovem general Julio Argentino Roca, vencedor de Mitre e dos índios mapuches, aquele que em 1880, na última batalha de uma guerra civil que havia durado 70 anos, conseguiu implementar a custo de 4.000 mortes a federalização da cidade de Buenos Aires e conjuntamente a nacionalização dos impostos aduaneiros, usurpados até então pela província homônima. E assim começou a "paz roquista", uma paz que não duraria mais de dez anos, interrompida em 1890 pela irrupção da primeira revolta de conteúdo marcadamente urbano.

Roca, presidente de 1880 a 1886 e de 1898 a 1904, tomou uma série de medidas visando centralizar e homogeneizar a estrutura administrativa do país: suprimiu as milícias provinciais, nacionalizou o sistema jurídico e monetário, implantou a Lei de Educação Comum e introduziu o Registro Civil. O "roquismo", como é conhecido este período, constituiu-se na expressão mais conservadora do liberalismo argentino e praticou a fórmula alberdiana (Alberdi) de "liberdade civil para todos e participação política para poucos". A Constituição argentina não colocava travas formais que impedisse o voto do cidadão (até os analfabetos podiam votar), mas, apesar disso, a prática de fraudes era uma constante na tentativa de impor os candidatos oficiais. Vários meios fraudulentos foram sucessivamente utiliza-

dos tais como o matonaje (ação de capangas) nos átrios eleitorais, a substituição de cédulas e de urnas, e até mesmo a compra de votos.

Antes de 1890 não existiam partidos políticos com estruturas formais e burocratizadas. Cortés Conde afirma que as funções partidárias eram cumpridas por "grupos de familiares ou de amigos" e acrescenta que "a Universidade(...) o clube(o Clube do Progresso primeiro, o Jockey Club depois), as Faculdades de Direito de Buenos Aires e Córdoba, foram instituições básicas de socialização, comunicação e acima de tudo de recrutamento (...), esta função foi partilhada por algum outro tipo de instituições de precoce aparição como a Sociedade Rural e a União Industrial".²

Os Novos Partidos.

O Radicalismo.

Em 1890, por ocasião dos sucessos da Revolução do Parque, foi formada a União Cívica, uma aliança entre mitristas (Mitre) e alemistas (Alem), em protesto contra Juárez Celman e sua desastrosa política de expansão monetária, que havia levado a Argentina à suspensão de pagamentos. Nesta época emergiam à superfície os problemas do sufrágio e a corrupção do sistema político.

Em 1891, com o pacto de Mitre com Roca, os alemistas se separaram e criaram a União Cívica Radical (UCR). Segundo Scenna conviviam na União Cívica, "velhos federais e antigos unitários, alsinistas e tejedoristas, católicos e maçons, tírios e troianos (...) em equilíbrio meta-estável".³ A UCR, longe de pactuar com o regime que considerava ilegal e fraudulento, manteve-se até 1912 em oposição frontal ao regime, com revoltas armadas em 1891, 1893 e 1905. O abstencionismo proclamado por A

lem e logo por Hipólito Yrigoyen, custou ao radicalismo numerosas divisões. Muitos políticos notáveis como o socialista Juan B. Justo, Bernardo de Irigoyen e Lisandro de la Torre, começaram suas carreiras políticas dentro do radicalismo, que em 1891 adotava "a estrutura institucional dos partidos políticos norte-americanos, com o sistema de convenções" criando assim "certos canais de socialização e especialmente de recrutamento, distintos dos tradicionais".⁴

No princípio a UCR distava muito de ser o partido das classes médias argentinas: a origem dos dirigentes nacionais e provinciais era a mesma que a dos conservadores -latifundiários, comerciantes, advogados- e seu programa era mais de reparação e aplicação da Constituição "ultrajada", do que um programa de classes médias ou populares. Com o correr do tempo, as classes médias - que cresciam à sombra do notável desenvolvimento agrário, foram ingressando no partido e começaram a dirigir seus comitês, sobretudo a nível local.

Com relação a uma mudança na estrutura econômica que pudesse favorecer às classes trabalhadoras, há poucos indícios de que os radicais tenham empreendido algo nesse sentido. Em geral adotavam a mesma política que os liberais, isto é, a de deixar que os novilhos engordassem, o trigo e o milho crescessem e que a livre empresa resolvesse seus assuntos livremente. Pensamos que a condição final da aceitação da Lei Sáenz Peña em 1912 e por conseguinte a possibilidade por parte do radicalismo em ascender ao governo, se deve à não vinculação da UCR aos interesses operários e, principalmente, não vinculação àqueles que exigiam mais que simples melhoras. Voltaremos a tocar neste assunto no capítulo IV.

O fato que a União Cívica Radical fosse no princípio fundamentalmente constitucionalista, e só mais tarde expressão parcial

dos interesses das classes médias, e ainda de que nunca tenha-se proclamado como representante das massas trabalhadoras rurais e urbanas, não significa que entre as bases que a apoiavam não houvesse numerosos operários. Enrique Nido em 1921, constatava que "boa parte dos elementos que antes se encontravam de nosso lado" (o anarquismo), apoiava o radicalismo, "ainda que fosse só por oposição ao regime oligárquico".⁵

O Partido Democrata Progressista.

Fundado em 1914, o PDP foi a continuação da Liga del Sur de 1908, que era formada pelos arrendatários do sul de Santa Fe. - Lisandro de la Torre, seu fundador, havia saído da UCR em 1897 por causa dos "métodos ditatoriais de Yrigoyen".

Curiosamente teve um programa que advogava pelo fomento da indústria nacional, pelo desenvolvimento da marinha mercante e pela organização do comércio de exportação sob o controle do Estado. De uma forma geral pode-se dizer que era laicizante, anti-militarista e anti-imperialista.

Este programa não poderia ocultar, no entanto, o pecado original sob cujo signo nasceu o PDP: foi criado por um grupo de reformistas como Estanislau Zeballos, Joaquín González e Indalécio Gómez, para impedir o acesso de Hipólito Yrigoyen ao governo. Assim, apesar de seu programa econômico, os progressistas e especialmente de la Torre, se viam imobilizados entre seu antiyrigoyenismo e suas alianças espúrias com a oligarquia, tais como o ugartismo da província de Buenos Aires e as "situações" das províncias de Salta, Tucumán e Corrientes.

Seus próprios partidários se encontravam nas províncias de Santa Fe, Córdoba e Capital Federal. Nas duas províncias agrícolas, Lisandro tinha um considerável apoio entre os arrendatários.

Mas, todavia e afinal a aliança com Marcelino Ugarte para enfrentar Yrigoyen nas eleições de 1916 fracassaria. Os radicais -

dissidentes de Santa Fe acabaram apoiando Yrigoyen, o que proporcionou a vitória deste no Colégio Eleitoral com a vantagem de um voto.

Um anti-yrigoyenista e ex-anarquista escreveria em 1931 que os democratas progressistas "como os radicais tiveram um homem que os acaudilhasse. Ao contrário de Yrigoyen, homem de ação sem eloquência, Lisandro de la Torre é um homem eloquente incapacitado para a ação".⁷

E Félix Luna comenta sobre de la Torre: "Temido e respeitado, de la Torre constituiu uma oposição implacável ao radicalismo, oscilando entre seu ódio contra a força majoritária e uma instintiva desconfiança dos conservadores. Pode-se dizer que somente depois do desaparecimento de Yrigoyen, de la Torre decidiu abraçar causas de conteúdo popular, como se a presença física de seu inimigo no cenário nacional o houvesse inibido até então a adotar posições que se lhe assemelhassem".⁸

Os Socialistas.

Nem toda a oposição ao projeto e ao regime político conservador era canalizada pela UCR. Em 1896 criou-se o Partido Socialista Operário Internacional, rebatizado como Partido Socialista Argentino em 1908.

Seu primeiro Programa Mínimo enunciava entre outros postulados: sufrágio universal, naturalização de estrangeiros, inscrição permanente em Registros Cívicos, sistema eleitoral proporcional com representação de minorias, autonomia municipal, justiça gratuita, seleção popular dos jurados, abolição da pena de morte, separação da Igreja do Estado, supressão das prerrogativas do clero e confisco de seus bens, abolição da dívida pública, supressão das polícias secretas e militarizadas, supressão do exército permanente, armamento geral do povo.⁹

Porém, na prática os socialistas operavam com base em seus

programas mínimos legalistas, como a conquista da previdência social e a modernização da sociedade através do parlamentarismo. Eleitoralmente foram importantes na Capital Federal, onde em 1914 e 1924 venceram o radicalismo, mas, fora de Buenos Aires - sua penetração tornou-se sumamente difícil. Ao mesmo tempo um singular idealismo afligia constantemente os socialistas: frequentemente se tem a impressão que os marxistas vernáculos acreditavam solucionar os problemas, falando sobre eles. No entanto, causa admiração a tenacidade com que defendiam nas Câmaras, muitas vezes ante a burla de conservadores e radicais, os interesses operários.

Fala-se muito sobre a posição evolucionista e estrangeirizante do PS de Juan B. Justo cum suis. Na década de 60 a corrente historiográfica chamada "esquerda nacional", e antes mesmo desta data peronistas e radicais, não poupavam suas críticas. Todavia e apesar da sua base real, algumas críticas ao socialismo chegam ao grotesco (Ramos, Spilimbergo). E, pelo menos no princípio do século não estava claro que o radicalismo representava o "povo", enquanto que o socialismo as classes médias portenhas. Equivocado ou não, Juan B. Justo, "o Lênin das tarifas aduaneiras", como o chamou Lisandro, pensava a sociedade argentina globalmente e propunha soluções também globais. Mas voltaremos ainda a este tema, tentando uma avaliação das posições do PS, no capítulo referente às correntes operárias.

Observando o quadro dos resultados eleitorais de 1916, facilmente pode-se notar que o radicalismo é o único partido representado em toda a República. O Partido Conservador de criação então recente, (o primeiro partido orgânico da oligarquia) e cuja missão era recoletar todas as frações dos partidos tradicionais, existia como tal somente na província de

Buenos Aires e La Rioja; em San Juan e Catamarca se chamava Concentración; Autonomista em Corrientes e Entre Ríos, etc. Acostumados à fraude, os conservadores demoraram muito em organizar seu partido em todo o território. E a fraude, por sua vez, -
 continuaria no Interior mesmo depois de sancionada a Lei Eleitoral em 1912, como, por exemplo, a que sucedeu em La Rioja em 1913, produzindo uma revolução-mirim radical.

O PDP, por sua parte, estava representado em apenas seis províncias, e seis anos mais tarde perderia o apoio conjuntural de Corrientes, Salta e Tucumán. Os socialistas obtiveram 41% de votos na Capital, 4% na província de Buenos Aires e Mendoza, e só de 1 a 2% no resto do país. Era um partido portenho, e em algumas cidades do Interior, era ocasionalmente um partido municipal; jamais teve algum enraizamento na zona rural.

Politicamente, tanto a sanção da Lei Sáenz Peña (1912) como o triunfo radical (1916), tiveram junto a outros fatores uma grande importância na evolução do movimento operário organizado. Mostraram aos trabalhadores que o aparato estatal não era somente uma máquina fraudulenta, o que permitiu uma aproximação de setores operários ao radicalismo (principalmente o setor "sindicalista"), debilitando o mais combativo núcleo anarco-comunista. Os "sindicalistas" depois de 1916, ainda consideravam-se apolíticos, mas já não anti-políticos ou anti-legalistas como antes dessa época.

As reformas sociais e políticas anteriores a 1916, têm sido caracterizadas até agora como obra da estratégia radical ou das intenções modernizadoras dos reformistas e não como uma possível resposta à oposição mais forte da época, a do movimento operário e sindical.

Não pretendemos demonstrar que o regime conservador estava "encurralado" pelo movimento operário anti-político da época, mas sim que esse colocava àquela problemas insolúveis naquele mo

mento. Não era em vão que empresários e presidentes (Figueroa Alcorta, Quintana) falavam em 1905, 1909 e 1911 de "guerra social"; e não se referiam aos radicais (aos quais também temiam) mas aos operários. E mesmo a historiografia mais recente tem subestimado o precoce enfrentamento entre movimento operário e regime oligárquico na Argentina.

I. 2: A Economia.

Expusemos intencionalmente em primeiro lugar um panorama histórico, para não correr o risco de cair naquele tipo de determinismo econômico que faz surgir, em última instância ou não, a formação social do trigo e das vacas, como por um passe de magia e saltando sobre outras causas. As medidas políticas antecederam no tempo às medidas econômicas e isto concorrerá para o fato da Argentina entrar relativamente tarde no mercado mundial.

No plano econômico o federalismo havia funcionado sobre a base da exportação de uns poucos produtos pecuários: lã, couro, - charque, gordura, tudo produzido no Litoral. No Interior havia-se perdido a vinculação com a mineração do Alto Perú (Bolívia), região central durante a Colônia. Os transportes ferroviários - que integravam o país, mais do que difundiam os produtos artesanais do noroeste pelo resto do país, levavam ao norte as manufaturas inglesas e européias; a produção local de tecidos, - carvão vegetal, álcool e uns poucos produtos mais, estava longe de poder competir com os produtos capitalistas. Por apresentar vantagens comparativas destacavam-se mais, o vinho de Cuyo, o - tanino e a erva-mate do nordeste.

O açúcar de Tucumán só se sustentou e se desenvolveu graças aos grandes subsídios outorgados pelo Estado argentino.

E por sua parte, a indústria manufatureira se instalaria nas mesmas áreas onde de 1880 a 1910, teria lugar a grande expansão agropecuária, ou seja, no Litoral.

A Terra, a Pecuária e a Agricultura.

A Argentina apresenta uma grande planície de terras negras com clima temperado, apta para uma variada gama de cultivos e com regime de chuvas em geral suficiente. Possui também vastas zonas semi-áridas utilizáveis para uma pecuária mais extensiva como o pampa seco e a patagônia. As regiões do Interior são apropriadas para vários cultivos industriais como vitivinicultura, algodão, cana de açúcar, madeiras, tanino e erva-mate.

As terras eram em sua maioria devolutas e foram privatizadas no século 19 por uma série de medidas políticas destinadas a cobrir os gastos da administração de Rivadavia, Rosas, Avellaneda, Roca etc., financiar a guerra do Paraguai e premiar os militares da Expedição ao Deserto.

O aumento do preço da lã pelas guerras de Crimeia (1860), da Secessão (1865) e dos Boers (1900), juntamente com os avanços tecnológicos em matéria de melhoramento do gado e pastos, conservação de carnes e diversificação de cultivos, valorizaram cada vez mais as terras.

A forma de distribuição das terras colocou imigrantes e classes trabalhadoras rurais enquanto homens livres frente a uma terra apropriada de antemão. No início os imigrantes tinham ainda a possibilidade de instalar-se como colonos e tornar-se proprietários de pequenas parcelas adjudicadas (Santa Fe, Entre Ríos). Mais tarde o procedimento corrente era o de arrendamento, onde o latifundiário cedia ao agricultor de 30 a 100 hectares, geralmente com obrigação de semear alfalfa ao término do contrato. Ao final da transação o dono da terra ficava com 30% da colheita, sem ter tido participação nos gastos e nos riscos, e sua terra destinava-a à engorda do gado. A comunidade de arrendatários foi semi-nômade e seu trabalho dependia da sorte: chuvas, pragas, preços. Evidentemente o esforço despendido no cultivo e

trato das terras valorizava-as cada vez mais, de forma que tornava cada vez mais difícil chegar-se à condição de proprietários.

A pecuária foi o setor que, desde o tempo da Colônia até 1878, praticamente produziu a totalidade das exportações. Depois do extraordinário auge da agricultura de 1878 a 1908, começou um novo ciclo da pecuária, baseado na exportação de carne congelada e resfriada.

Desde começos do século 19, instalou-se a grande indústria produtora de charque para as regiões escravistas do Brasil e do Caribe. Ao abrir-se o mercado europeu, exportou-se primeiro gado em pé, e, a partir de 1878 e 1908, carnes congeladas e resfriada respectivamente. É interessante observar a evolução do pacote exportador pecuário que vai de 1880 a 1914 (em milhões de pesos-ouro):

	1880-84	1890-94	1900-04	1910-14
Lã	41,3	52,7	66,7	51,9
Couros	22,5	35,6	35,6	44,0
Carne Cong. Bov.	0,0	0,1	10,6	49,7
Carne Salgada	3,6	6,6	2,8	1,1
Carne Resfriada	0,0	0,0	0,0	4,3
Carne Ovina	0,0	3,5	9,7	8,9
Carne em Conservas	0,0	0,6	0,5	3,0

Fonte: Díaz Alejandro Ensayos sobre la Historia Económica Argentina, p. 19.

A Agricultura. Antes de 1878 a Argentina importava trigo, especialmente do Chile. O seguinte quadro de Díaz Alejandro é revelador do impressionante crescimento cerealista verificado até o começo da Primeira Guerra (em milhões de pesos-ouro):

	1875-79	1880-84	1890-94	1900-04	1910-14
Trigo	0,2	1,2	28,1	55,1	78,1
Milho	0,3	1,3	6,0	34,4	72,0
Linho	0,0	1,2	3,6	32,2	41,0
Aveia, cen- teio, cevada	0,0	0,0	0,0	0,5	14,9

Fonte: Díaz Alejandro, Ensayos..., pp. 30-31.

A Indústria.

Ezequiel Gallo nos fala do impacto que produziu a expansão-agropecuária sobre o desenvolvimento industrial argentino:

"Em primeiro lugar favoreceu a instalação daquelas indústrias que processavam a matéria prima destinada à exportação, como os moinhos de farinha e os frigoríficos (...) Ambas indústrias se agregavam às mais tradicionais, aos curtumes e charqueadas.

Em segundo lugar progrediram as indústrias destinadas a produzir insumos para o setor agropecuário ou de transporte. - Tal é o caso das oficinas de reparação de material ferroviário e de máquinas agrícolas.

Em terceiro lugar a grande expansão agro-exportadora produziu um incremento substancial na entrada de imigrantes, que se traduziu em um apreciável aumento da demanda".¹¹

A expansão dos moinhos de farinha, não acompanhou a produção de trigo, já que a Europa, e mais tarde também o Brasil, preferiram processar eles mesmos o trigo importado.

A indústria frigorífica é bem mais tardia e conta com escasso emprego de mão-de-obra: somente 5.000 operários em 1908, e 14.000 em 1914.

Com a Primeira Guerra Mundial acelera-se a tendência de substituir as importações, não apenas por determinadas vantagens comparativas, mas também pela necessidade de substituir alguns produtos impossíveis de serem importados.

Desde 1912 iniciara-se uma grave crise econômica, com grandes índices de falências e desemprego. Embora a partir de 1915 as quebras diminuíssem e a economia parecesse recuperar-se vertiginosamente, o desemprego e o achatamento dos salários continuavam. Di Tella y Zymelman acreditam explicar tal fato pela expansão notável das empresas maiores e mais modernas, à expensas da pequena indústria, quase manual.¹² (Um autor como Alfredo López viu nisto a causa principal do declínio dos anarquistas nos sindicatos.)¹³

No período de 1905 a 1915, a Argentina nos apresenta o panorama de um país agro-exportador, cuja economia crescera aceleradamente desde 1880, equipada com uma infra-estrutura de serviços relativamente moderna e desenvolvida. Evidentemente é no setor secundário onde se apresenta uma grande defasagem, e para o quinquênio de 1910 a 1914 podemos observar que somente 15,6% do PBI correspondia às indústrias manufatureiras, essas com 330.000 operários em 1908 e 440.000 em 1914, contando entre estes os trabalhadores da agroindústria e também outros como padeiros, alfaiates etc.

Para se ter uma idéia mais completa sobre a importância da indústria em relação aos outros setores, reproduzimos o seguinte quadro:

Estrutura do PIB na Argentina: 1900-14 (porcentagem do total).

	1900-04	1910-14
Agricultura	15,8	14,8
Pecuária	17,2	10,2
Pesca	0,2	0,2
Sub-Total	33,3	25,2
Mineração	0,2	0,3
Indústrias Manufatureiras	13,8	15,6
Construção	6,6	10,8
Sub-Total	20,6	26,7

	1900-04	1910-14
Comércio	19,0	21,7
Transporte	3,7	5,6
Comunicações	0,3	0,5
Outros Serviços Públicos	0,2	0,4
Habitação	6,8	5,6
Finanças	1,5	1,7
Serviços em Geral	9,1	7,4
Serviços Públicos	5,5	5,3
Sub-Total	46,1	48,1

Fonte: Díaz Alejandro, Ensayos, p. 25.

Com referência à população economicamente ativa, podemos observar entre 1895 e 1914 a transferência do setor primário ao secundário e terciário: (em porcentagens).

	1895	1914
Setor Primário	36,2	28,0
Setor Secundário	30,4	35,5
Setor Terciário	32,7	36,5

Fonte: Beyhaut, Argentina Sociedad de Masas, p.170.¹⁴

Em outra estatística, A. Dorfman nos dá uma idéia da relação entre produtos elaborados no país e importados. Em 1913 os produtos nacionais alcançavam as seguintes porcentagens:

Matérias Alimentícias	91
Vestuário e Toucador	88
Construção	80
Móveis	70
Produtos Químicos	38
Metais e Anexos	33
Fibras e Fios	20

Fonte: Dorfman, Historia de la Industria Argentina, p. 310.

Vejamos agora em que indústrias se empregavam os operários -
do setor secundário:

Censo Industrial da República Argentina, Outubro de 1909.

Estabelecimentos	Indústria	Pessoal
3.409	Adegas	45.776
37	Engenhos	38.591
2.600	Padarias	14.143
2.404	Alfaiatarias	13.559
1.281	Olarías	11.150
100	Obrajes Forestais	10.574
2.814	Carpintarias	9.324
2.932	Ferrarias	8.735
254	Fábricas de Calçados	8.088
8	Frigoríficos	5.871
876	Fábricas de Carruagens	5.229
1.863	Sapatarias	5.066
171	Fábricas de Tabaco	4.525
330	Moinhos de Farinha	4.309
2	Vestuário Militar	4.303
240	Fábricas de Confecção	4.191
385	Oficinas Mecânicas	4.399
794	Fábricas de Móveis	3.876
85	Rouparias	3.749
9	Fábricas de Tanino	3.498
98	Fundições	3.415
227	Curtumes	3.389
24	Fábricas de Cerveja	3.049
33	Fábr. de Tecidos de Lã	3.006
6	F. de Conserva de Carne	2.986
42	F. de Alpargatas	2.535
10	F. de Fósforos	2.313
20	Serapilheiras	2.272

Estabelecimentos	Indústria	Pessoal
Livr8s	Livros Comerciais	2.233
5	Charqueadas	1.045

Fonte: Boletim do Departamento Nacional do Tra -
balho, 1911, pp. 32 a 37.

A listagem é incompleta, tratando-se de um total de 31.988 fá -
bricas e oficinas com 329.490 operários ocupados.

O Censo de 1914 nos dá cifras bastante diferentes que não cor -
respondem somente à evolução do período:

Indústria	Estabelecimentos	Pessoal
Adegas	4.317	16.400
Obrajes	493	19.000
Engenhos	44	14.700
Frigoríficos	13	14.700 (sic)
Moinhos de Farinha	401	4.900

Fonte: Censo de 1914. Em Dorfman, Historia de la -
Industria Argentina, p. 316.

O incremento do número e pessoal ocupado nos frigoríficos e obrajes é notável, ainda que devemos desconfiar de números tão redondos. E quanto à diminuição drástica do pessoal ocupado em adegas e engenhos, trata-se aqui de uma classificação diferente da efetuada para o ano 1909, quando nesta categoria foram inclu -
dos 120.000 operários industriais que trabalhavam ao ar livre -
na coleta da uva e no corte da cana.

Quanto ao primeiro quadro devemos observar que as únicas ind -
dústrias que superam uma concentração de mais de 100 operários -
por estabelecimento são os frigoríficos, engenhos, obrajes, ves -
tuário militar, extração de quebracho (tanino), fábricas de cer -
veja, conservação de carnes, fósforos, livros comerciais e char -
queadas. (charque).

Pela distribuição geográfica abaixo ressaltamos que a indústria se situava mais significativamente no Litoral, com as exceções de Tucumã y Mendoza:

Províncias	Estabelecimentos	Pessoal
Capital Federal	10.427	118.435
Buenos Aires	8.988	48.775
Tucumã	625	33.240
Mendoza	1.950	26.864
Santa Fe	2.986	21.866
Entre Ríos	1.513	14.785
Córdoba	1.310	11.708
Santiago del Estero	280	11.387
Jujuy	194	9.145
San Juan	673	7.765
Salta	369	5.859
La Rioja	577	4.460
Catamarca	518	3.848
Corrientes	659	3.429
Chaco	114	3.171
Formosa	43	1.277
Misiones	199	1.119
Pampa (sic)	207	512
Río Negro	83	205
Santa Cruz	17	172
Los Andes	1	159
Tierra del Fuego	8	158
Chubut	65	134
Neuquén	40	89

Fonte: Boletín do D.N.do I., 1911, p.38.

Ordenamento próprio, e vale observar que o Boletim citado, traz - outras informações específicas.

Os Empresários Industriais.

Em 1887 foi criada a União Industrial Argentina (UIA), e se-
gundo Dorfman, em 1904 são criadas seções gremiais dentro des-
ta associação com determinada autonomia de ação. Nesse mesmo a-
no são fundadas seções das indústrias metalúrgicas, têxteis, -
artes gráficas, fabricantes de calçados, de chapéus, marcenei-
ros e madeiras, fábricas de lentes e espelhos. Em 1905 se -
constituem os grêmios do papel, móveis, fósforos e curtumes e
no ano seguinte também dos fabricantes de carruagens, de ferra-
rias, de mosaicos, de arreios, de caramelos, chocolates e simi-
lares e dos fabricantes de sabão.¹⁵

Em alguns anos foram votadas leis protecionistas para fomen-
tar as indústrias, o que provocava uma elevação das tarifas a-
duaneiras de determinados produtos. Como essas leis eram vota-
das anualmente e seus conteúdos se chocavam frequentemente com
os interesses dos agro-exportadores e com a conveniência daque-
les países industrializados que compravam os produtos agrope-
cúários argentinos, seu efeito no sentido de incentivar uma
florescente indústria nativa foi reduzido.

A respeito de outros tipos de atividades industriais trata-
remos mas detidamente no capítulo seguinte, e encerramos este
tema com uma citação de Dorfman, que em alguns aspectos é exa-
gerada, mas que globalmente nos parece acertada:

"A indústria argentina(...) social e politicamente em mino-
ria, carece de força suficiente para impor ao setor governan-
te seus pontos de vista que respondam às suas próprias neces-
sidades; ao mesmo tempo se debate contra os ataques do in-
dustrial europeu e começam a lhe preocupar muito seriamente
os conflitos com uma classe operária combativa, leitora de
Bakunin e Marx. É uma criança que cresce entre adultos, u-
ma criança nascida fora de época".¹⁶

Os capitais estrangeiros investidos na Argentina se dirigi-
am predominantemente para a infra-estrutura de transportes, -

portos, silos e frigoríficos, e não para a indústria em geral. O principal investidor era a Inglaterra (em 1913 era detentora - de 60% do total de investimentos), país que estava interessado em comercializar os produtos agropecuários da Argentina com as manufaturas de sua própria indústria.

A falta relativa de industrialização se devia também a uma concepção política liberal (logo também a radical): o Estado não devia interferir no "livre" jogo da economia, donde a decisão recaía sobre os setores agro-exportadores que, por sua parte, não fomentavam o desenvolvimento de uma indústria autônoma (tal como em meados do século 19 começara a desenvolver o Paraguai dos Solano López), porque tal iniciativa poderia obstaculizar o intercâmbio comercial com a Europa.

I. 3: A Imigração.

Quantidade de imigrantes e relação com a população argentina.

Em 1869 a Argentina era uma nação com uma população muito pequena em relação a sua superfície e à potencialidade econômica de seu pampa úmido. De fato, nesse ano a quantidade de habitantes era de 1.737.000, da qual 41,3% vivia no litoral e nada menos que um 40,9% no centro e noroeste.¹⁷

Nessa época, países como Chile ou Colômbia superavam a Argentina em número de habitantes, e o Canadá, outro país de imigração, tinha mais de 3.000.000 de residentes.¹⁸

Já em 1914, no final do período que pretendemos historiar o quadro apresentava mudanças drásticas: nada menos que 64% da população se encontrava na região do litoral, enquanto que 21,9% habitavam o centro e o noroeste. A população total do país atinge 8.253.700 em 1915, ou seja um aumento de quase cinco vezes em relação a 1869.

Para se ter uma idéia suscinta sobre a particularidade desse

crescimento: a população chilena passou em um lapso semelhante, de 1.819.000 a 3.730.000; a de Colômbia de 2.662.000 a 5.730.000; e a do Canadá de 3.229.000 a 7.206.000.¹⁹

Este crescimento extraordinário se verificou sobretudo pela imigração européia, que constituiu 70% do aumento. Devido à escassa população autóctone, os saldos da imigração tiveram um grande impacto na sociedade argentina, superado apenas pela Austrália e Nova Zelândia num período anterior.

Saldos Imigratórios (em milhares):

Quinquênio	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
1871-75	244,5	84,9	159,3
1876-80	206,8	90,4	116,4
1881-85	348,6	69,4	279,2
1886-90	740,9	165,1	575,8
1891-95	371,1	252,5	118,6
1896-00	552,3	274,4	277,9
1901-05	717,1	338,5	333,6
1906-10	1.184,3	642,7	541,6
1911-14	1.207,5	757,5	450,0

Fonte: Vázquez Presedo Estadísticas... pp.16-17. ²⁰

Destaca-se neste quadro o quinquênio de 1886-90 e a década de 1906-1914. Na década de 80, o auge se deveu principalmente ao crescimento explosivo da agricultura, à construção de linhas ferroviárias e outras obras de infra-estrutura agropecuária. A grande queda dos anos 90 está ligada à crise econômica que levou a Argentina à falência nesta mesma época e à existência de países de imigração alternativos, principalmente para os italianos que constituíam a esmagadora maioria dos imigrantes até 1908. Se 1890 apresenta um saldo de 30.300 imigrantes, quantidade ínfima comparada com o saldo de 220.000 do ano anterior, o ano de 1891 apresentará um saldo negativo de 29.400 pessoas.²¹

Entre 1890 e 1903 os saldos, raras vezes, ultrapassaram os 50.000 mas a partir de 1904 podemos notar um crescimento ininterrupto até 1912 inclusive. Não esquecendo, todavia, e se comcomparados com a década de 80, agora são grandes os contingentes que deixam o país. Em 1913 a crise econômica e seu decorrente desemprego, especialmente grave nas cidades em períodos de enentressafra, trouxe consigo a diminuição drástica da imigração, a qual somente se recuperará paulatinamente a partir de 1917.

Procedência da Massa Imigratória.

Em 1876, expediu-se sob o governo de Avellaneda uma Lei de Imigração, com a qual se iniciou uma política mais sistemática sobre a entrada de estrangeiros europeus no país. Criou-se o Hotel de Imigrantes e estabeleceram-se agências do governo na Europa facilitando o transporte dos imigrantes desde Buenos Aires até seus lugares de trabalho.

Quanto ao subsídio das passagens inter-oceânicas, sua prática foi descontínua e conjuntural, isto é, não havia um plano sistemático de colonizar as regiões despovoadas, (mas) atender à necessidade de mão de obra e de comprimir os salários, em determinados momentos e lugares. São poucas as informações sobre esse assunto e A Dorfman menciona que em 1889 (ano de grande auge econômico), "por iniciativa de E. Zeballos, são concedidas 30.000 passagens subsidiadas a trabalhadores qualificados e em seguida a remuneração abaixou bruscamente!"²²

Uma dificuldade que o Estado encontrava para subsidiar as passagens era que sua concessão podia ser aproveitada pelos braccianti, jornaleiros, que voltavam à Espanha e Itália depois das colheitas. E outra razão para que os subsídios fossem uma prática menor que por exemplo no Brasil, era que uma passagem de ultramar podia ser paga com duas semanas de trabalho na colheita. Este cálculo nosso se baseia em um custo

de 50 pesos por uma passagem de terceira e o valor de 4 pesos diários por uma jornada de trabalho, quantia correspondente ao jornal de um operário qualificado da época. (Em determinados anos pagavam-se até 7 e 8 pesos diários àqueles que trabalhavam nas colheitas). Depois da crise de 1890, os subsídios de passagens desapareceram mantendo-se as outras facilidades.

E. Gallo comenta a mudança da política governamental para com a imigração:

"Em um primeiro momento a ação oficial do governo procurou canalizar até nosso país a imigração originária do norte da Europa, à qual era atribuída qualidades superiores, o que é perceptível durante o governo de Avellaneda (1874-1880). Assim mesmo a dita administração pôs especial ênfase na necessidade de privilegiar a imigração de agricultores com objetivo de acelerar o desenvolvimento das colônias. A discriminação geográfica e ocupacional aparece muito atenuada durante o governo de Roca (1880-1886) para desaparecer quase inteiramente durante a gestão de Juárez Celman (1886-1890)".²³

A imigração para a Argentina provinha basicamente de dois países do sul de Europa: Itália e Espanha (77,4% do total). Também o ciclo de emigração desses países coincidiu com o de imigração na Argentina.

No quadro que reproduzimos, podemos observar o avanço dos espanhóis em relação aos italianos, particularmente a partir de 1908 (porcentagem e milhares):

	1857-80	1881-00	1901-10	1911-30	1857-1930
Italianos	63,1	61,7	45,1	33,9	45,7
Espanhóis	16,0	19,5	37,0	38,0	31,7
Franceses	9,6	8,0	1,9	1,5	3,7
Alemães	1,2	1,5	1,1	3,2	2,1
Poloneses	0,0	0,0	0,0	5,0	2,1
Russos	0,2	1,5	4,8	2,6	2,8
Outros	9,9	7,8	10,1	15,8	11,8

	1857-80	1881-1900	1901-10	1911-30	1857-1930
TOTAL	440,5	1.489,0	1.764,1	2.602,3	6.296,3

Fonte: Díaz Alejandro, Ensayos, p. 37.

Entre a categoria de "outros" se encontram, num primeiro momento os ingleses, irlandeses e austro-húngaros e, mais tarde sobretudo os habitantes do então Império Otomano e que na Argentina são chamados de "turcos", mas que em sua maioria são sírios - ou libaneses.

A Itália e Espanha constituíam países que apresentavam entre si uma série de semelhanças como, por exemplo, uma população camponesa excedente, escassa industrialização e regiões de fome periódica; porém manifestavam condutas emigratórias bastante diferentes. Os italianos imigravam para a França, Áustria, Alemanha, Estados Unidos, Argentina, Brasil, Canadá e em menor grau, norte de África, mesmo depois da conquista da Líbia. A título de exemplo, no ano de máxima imigração italiana, em 1913, sobre um total de nada menos que 872.598 emigrantes, 556.325 se dirigiram para a América, dos quais, 376.776 aos Estados Unidos, 111.500 à Argentina, 31.925 ao Brasil e 30.699 ao Canadá. Do restante, 307.627 dirigiram-se a países europeus e somente 6.541 à África.²⁴

Quanto aos espanhóis, os destinos são marcadamente diferentes: Cuba, Argentina, Brasil, Uruguai na América, e as Filipinas e Argélia fora dela. Somente a partir de 1905 os emigrantes superaram os 100.000 anuais e nunca ultrapassariam os 200.000 anuais, sendo que o número dos que regressavam era, frequentemente, superior a 50%. Em 1906, a Argentina se destacava como o principal destino para os espanhóis, e se manterá assim nos anos seguintes. Em segundo e terceiro lugar se fala em Cuba (o principal destino anterior a 1906) e na Argélia. O Brasil, com exceção dos anos de pico de 1891, 1893 a 1897, ocupa geralmente o quarto lugar.²⁵

Em 1908 entraram na Argentina 91.623 espanhóis contra -
80.699 italianos.²⁶

É interessante também destacar de que regiões os italianos e espanhóis procediam. Os dados sobre a Itália são mais completos que sobre a Espanha e apresentam também, como dissemos, opções diferentes. Para os italianos a opção Estados Unidos ou Argentina poderia depender, assim como quer demonstrar Herbert Klein, da estratégia de poupança ou de progredir economicamente em mercados de trabalho estruturalmente diferentes. Segundo Klein: "os artesãos qualificados e os profissionais se sentiram atraídos - pela Argentina, devido à tremenda expansão desta (...). Como os italianos foram o primeiro grupo imigratório e, realmente, representaram 14% da população do país, seu potencial de inverter suas economias na Argentina foi extraordinário". Nos Estados Unidos, por sua vez, "as oportunidades para os operários não - qualificados de baixo status se expandiam rapidamente".²⁷ Daí deduz o autor, a preferência dos italianos do norte pela Argentina e os de sul pelos Estados Unidos.

A tese de Klein, sem dúvida, é de interesse e remarca determinadas tendências a serem explicadas. No entanto, parece que - peca de um sociologismo exagerado e em contradição com alguns dados históricos: tanto a emigração do norte de Itália como a imigração para a Argentina, estavam ocorrendo antes da emigração sulista e da imigração para os Estados Unidos. Assim, perto de 1914, os imigrantes do sul não apenas são ampla maioria - nos Estados Unidos, onde quase sempre o haviam sido, mas também uma leve maioria na Argentina. Vejamos o quadro geral:

Origem regional da imigração italiana nos Estados Unidos e na -
Argentina em certos anos:

Período	Norte de Itália		Centro		Sul da Itália	
	EUA	Argentina	EUA	Argentina	EUA	Argentina
1876-78	41	66	11	6	47	23
1894-96	7	44	3	9	88	40
1907-09	9	31	14	14	78	55
1910-14	11	11	14	14	75	54
TOTAIS	11	41	9	12	80	47

Fonte: Klein, "La Integración..", art.cit.²⁸

Em nosso entender, além das variáveis sociológicas que utiliza H. Klein, basicamente as expectativas de progresso a curto e a longo prazo, as diferentes estratégias de poupança e o status ocupacional, há de se levar em conta outros fatores de caráter mais histórico, como os preços e os subsídios de passagens, as políticas das Companhias de Navegação e os interesses setoriais e regionais italianos, bem diferentes para o norte e para o sul.

A importância das agências de recrutamento e a política italiana em relação à divisão do mercado de transporte entre as companhias nacionais e estrangeiras, têm, segundo Grazia Doré, uma influência fundamental nos destinos das correntes imigratórias. Acrescentam-se a esses aspectos as características regionais e suas políticas diferentes para com as massas disponíveis para emigrar. Assim, a grande crise agrária do Vêneto, com seu êxodo rural massivo, coincide com a política paulista de subsídios de passagens aos agricultores, dando origem à tradição vêneta de imigrar para o Estado de São Paulo. De forma semelhante, a possibilidade de arrendar terras em Santa Fe, Entre Ríos e Córdoba, é aproveitada pelos recrutadores da Compagnie di Navegazione, com sede em Gênova, e, dessa maneira, são principalmente lombardos e piemonteses que decidem se diri-

gir à Argentina. Nada menos que 700.000 imigrantes partirão de Gênova para à Argentina entre 1906 e 1915. E de Nápoles partiriam as companhias com passagens não subsidiadas (em sua maioria- estrangeiras), e seus barcos elegiam a rota mais curta para os Estados Unidos.²⁹

Os portos de embarque entre 1906 e 1915 podem nos dar alguma idéia da procedência dos imigrantes:

Gênova	700.119
Vigo.....	231.834
Corunha.....	171.674
Barcelona.....	149.606
Santos.....	101.478
Marselha.....	84.103
Cádiz.....	71.681
Hamburgo.....	71.392
Nápoles.....	71.356
Almeria.....	57.175
Gibraltar.....	56.590
Bilbao.....	42.590
.....	
Rio de Janeiro.....	38.390

Fonte: Min. de Agricultura, Memória Gral. 1914-15, p.60.

Caberia notar que os embarcados em Marselha e Hamburgo, deviam ser, em grande proporção, italianos ; espanhóis e outros - recrutados na Europa do norte e central.

Como nessa época a emigração italiana do sul já superava a do norte, chama-nos a atenção o reduzido contingente embarcado em Nápoles, o que confirma a tese de que os imigrantes eram distribuídos por portos também segundo o interesse das Companhias de Navegação. Pode-se deduzir também que os embarcados em San -

tos e no Rio, deviam ser em sua maioria italianos e espanhóis.

A respeito dos imigrantes espanhóis e sua procedência por província, Vázquez Presedo elabora o quadro que reproduzimos abaixo. Não é todavia, como o anterior, um quadro completo.

Imigração espanhola para a Argentina por porto de saída:

Portos	1910	1911	1912	1913
Vigo.....	27.902	26.976	28.598	16.327
Villagarcía.....	4.444	4.741	5.074	2.044
Corunha.....	19.113	17.519	16.725	6.226
Barcelona.....	20.152	17.587	?	?
Almeria.....	11.401	8.488	11.140	4.898
Cádiz.....	9.779	5.950	7.290	2.161
Málaga.....	2.721	1.954	1.585	719
Valência.....	4.284	3.626	4.914	1.038
Santander.....	2.721	2.511	1.992	853
Bilbao.....	4.907	3.652	4.476	2.379

Fonte: Vázquez Presedo, Estadísticas p.46.

Para completar este quadro devia-se agregar, pelo menos, a esses portos os de Gibraltar e Marselha.

Segundo o quadro, os espanhóis que se dirigiam para a Argentina eram representantes de todas as províncias do país - com certa predominância da Galícia, Andaluzia e Catalunha. É importante ressaltar que essas duas últimas regiões eram as mais convulsionadas da Espanha e tinham uma forte tradição anarquista.

Os Imigrantes por Profissão.

Herbert Klein afirma em suas conclusões: "os artesãos qualificados e os profissionais se sentiram atraídos pela Argentina(...)"³⁰ À luz da estatística seguinte essa conclusão resulta exagerada:

Ano	Agricultores	Serviço Doméstico	Comerciantes	Operários Ind.	Jornaleiros	Profissionais
1906	90.346	13.929	15.190	35.361	44.761	10.863
1907	60.770	14.190	14.498	29.950	44.840	11.762
1908	77.637	20.723	16.406	30.388	55.398	15.175
1909	69.977	18.361	17.350	29.916	42.794	14.729
1910	78.882	23.226	15.274	35.898	75.967	19.033
1911	41.494	21.298	12.629	28.212	71.634	18.013
1912	65.271	29.677	14.489	35.532	113.403	22.410
1913	62.374	30.874	13.415	37.293	88.954	24.221
1914	17.251	13.538	8.871	15.056	29.779	11.623
1915	3.839	5.719	3.983	5.670	12.246	5.353

Fonte: Dirección General de la Imigración, 1914-1915, p. 58.

Seguramente a quantidade de comerciantes, operários de indústrias e oficinas e profissionais é importante. Mas a maioria das profissões relacionadas se situam na agricultura e serviço doméstico. Reparemos no quadro que enquanto os operários fabris ou artesãos, os comerciantes e agricultores mantêm quantidades relativamente estáveis, os jornaleiros, o serviço doméstico e os profissionais aumentam constantemente, pelo menos até 1913. Levando em conta a probabilidade de que ao diminuir as oportunidades de arrendar terras, uma determinada quantidade de braccianti, declaravam ser o que realmente eram, jornaleiros, e também o fato de que domésticos e profissionais aumentaram, isto indica um deslocamento da força de trabalho imigrante para o setor de serviços.

A partir de 1909 deteve-se bastante a expansão da fronteira agrícola e das superfícies cultivadas e a partir de 1912, aparece o fantasma da desemprego, especialmente grave nos meses de inverno.

Para onde se dirigem os imigrantes?

A resposta a essa pergunta é simples: para a zona de expansão cerealista e em menor grau para a pecuarista, para as grandes cidades do Litoral como Buenos Aires, Rosario, Bahía Blanca, La Plata e Córdoba e em menor proporção para as regiões ligadas subsidiariamente ao projeto agro-exportador, ou seja, Mendoza, San Juan, Tucumán, Salta e Jujuy.

As províncias que praticamente não receberam imigrantes constituíam os bolsões economicamente relegados: Corrientes, San Luis, Santiago del Estero, La Rioja e Catamarca. Vejamos as quantidades e as porcentagens em 1914 (em milhares de estrangeiros):

Jurisdição	Estrangeiros	% sobre população
------------	--------------	-------------------

Capital Federal.....	777,8	49,3
Buenos Aires.....	704,1	34,0
Santa Fe.....	315,9	35,1
Entre Ríos.....	72,5	17,0
Corrientes.....	25,0	7,0
Córdoba.....	150,5	20,4
San Luis.....	10,0	8,5
Santiago del Estero.....	2,5	3,6
Tucumán.....	32,6	9,8
Mendoza.....	88,3	31,8
San Juan.....	16,4	13,7
La Rioja.....	1,6	2,0
Catamarca.....	2,3	2,2
Salta.....	11,8	8,4
Jujuy.....	17,1	22,3

Fonte: Maeder, "Población e Inmigración", art.cit.
p.568.

Nos territórios nacionais do nordeste e da Patagônia, a quantidade de imigrantes que para aí se dirigiu não foi numerosa, - mas sua proporção sobre a população total é elevada, sendo a - mais alta a de Santa Cruz, com 62,3% de estrangeiros sobre a população total.

Na indústria açucareira de Tucumán, Salta e Jujuy e nas obras de Chaco, Formosa e Misiones, a mão-de-obra estrangeira se freu a concorrência da população excedente das províncias po-bres como Catamarca, Santiago del Estero e Corrientes.

No Chaco e na Patagônia se empregavam para a exploração do quebracho e da lã de ovelhas numerosos contingentes de paraguaios e chilenos respectivamente, enquanto que os engenhos do - noroeste empregavam também bolivianos e índios, sendo esses últimos pagos em espécies ou patacones, dinheiro este que já havia saído de circulação.

A distribuição de imigrantes por província ou região apresenta algumas especificidades dignas de nota. Os italianos são muito mais numerosos que os espanhóis nas províncias de colonização agrícola, especialmente em Santa Fe, Entre Ríos e o sul rural de Córdoba, ao passo que os espanhóis superam nitidamente os italianos nas províncias vitivinícolas de Mendoza e San Juan e também em Tucumán. Na Capital Federal e na província de Buenos Aires o número de italianos e espanhóis praticamente se equiparam, o que dada a maioria italiana no restante do país, revelaria uma tendência por parte dos espanhóis em fixar-se nestes lugares. A esse fenômeno não é alheia a chegada mais tardia dos espanhóis, quando as colônias agrícolas e as terras arrendadas já estavam nas mãos dos italianos que haviam chegado primeiro. Em geral os espanhóis se aventuravam também mais pelo interior do país, em zonas de economia mais periférica.

De sua parte, os franceses, os ingleses e os alemães mostram uma tendência em permanecer no Litoral, sobretudo nas cidades, com exceção dos vitivinicultores franceses que se estabeleceram em Mendoza e os fazendeiros ingleses da Patagônia. Os russos, entre eles muitos judeus, se estabelecem tanto nas grandes cidades como nas colônias agrícolas de Santa Fe e Entre Ríos.

Consequências da Imigração.

Lombardos, piemonteses, calabreses, sicilianos, galegos, catalões, andaluzes, bascos, russos judeus, ucranianos, sírio-libaneses e poloneses vão desembarcando em Buenos Aires com a esperança de melhorar sua situação econômica e social, para "fazer a América", para fixar-se ou juntar uns pesos e voltar à sua terra natal. Vinham para escapar da miséria européia, às vezes por perseguições políticas e, ainda que entre eles viessem anarquistas e socialistas e muitos haviam tido contato com essas tendências ou ouvido falar delas, a maioria era católica e/ou

republicana e não vinham fundar uma sociedade igualitária do tipo da Colônia Cecília. O motivo de sua chegada obedecia a uma estratégia de sobrevivência, e em outros casos, ao desejo de se converter em proprietário, comerciante ou se qualificado, montar uma oficina.

Naturalmente que o impacto da imigração na sociedade argentina foi enorme, não só pelo incremento anual do PIB e dos volumes de exportação, mas também pelas mudanças que acarretará ao nível social e político. Os povoados se converteram em cidades, as casas ou os cortiços não podiam abrigar mais a massa recém-chegada, famílias abastadas se afastavam dos bairros que haviam se convertido em populares, alugando seus casarões a um conjunto de famílias de imigrantes, nas ruas falava-se o espanhol com um ranço carregado do sotaque galego, e igualmente escutavam-se vários dialetos italianos, o yiddish e o polaco. A família Fernández já não era mais aquela que todo mundo conhecia, porque no bairro abundavam os Fernández, os Cabrini, os Spilimbergo e os Karpovich.

O acesso à terra era difícil para aqueles que não traziam dinheiro e inclusive se tornava cada vez mais difícil conseguir terra para arrendar, pois, para tanto exigia-se maquinaria e tropa suficientes. As más colheitas e os contratos de arrendamento por curto prazo expulsavam muitos camponeses para a cidade, onde o trabalho começava a escassear ante a pequena industrialização e a contínua chegada de novas levas imigratórias.

Em pouco tempo o mito do bom imigrante em um país onde abundavam o trabalho e a riqueza, começou a desmoronar-se. Os estrangeiros iam formando suas próprias estratégias frente a uma classe criolla e também estrangeira (arrendatários, donos de oficinas, comerciantes), que os via como braços, como mão-de-ou-

bra barata para enriquecer-se. E foi assim que começaram a surgir as sociedades de resistência, os primeiros sindicatos, as associações de beneficência e ajuda mútua, dividida por nacionalidades, hospitais italianos e espanhóis e, em 1912 a Federação Agrária de arrendatários... A solidariedade por nacionalidade que atravessava as classes sociais. Se naquela época em nenhumpais do mundo a proporção dos imigrantes sobre a população autóctone se apresentava tão grande, também em nenhum outro país os estrangeiros possuíam tanto peso nos sindicatos e nas atividades operárias como na Argentina -o que não quer dizer necessariamente que naquela tempo o movimento operário tenha sido apenas um epifenômeno da imigração.

Antes de 1898, a emigração na Itália e os serviços que se ocupavam dela, dependiam do Ministério do Interior, o qual tendia a dirigir para o estrangeiro as massas provenientes do êxodo rural. Tal ação visava, principalmente, proteger as cidades dos grandes distúrbios que esse grupo social poderia ocasionar pois que, ainda que constituído em sua maioria por analfabetos, muitos deles, de um modo ou de outro, deveria ter passado por uma experiência revolucionária num meio rural que muito pouco havia gozado do processo de modernização implementado pela República Garibaldina.

Dessa maneira a emigração italiana se regulava por duas variáveis: de um lado devia assegurar uma mão-de-obra suficiente de forma a manter os salários no baixíssimo nível em que se encontravam, e por outro lado a premência em dar saída a grandes contingentes de desocupados que colocavam em perigo a sociedade estabelecida.

Uma faceta pouco estudada neste processo é a que Grazia De ré chama L'emigrazione come operazione di polizia, e que seria assim observada pela autora: "(...) a classe dirigente do Sul oferecia ao governo seus bons ofícios, dispostos a implementar

abertamente, sob o aspecto de uma gigantesca operação de polícia, esse êxodo da massa agrícola, que não em vão era descrito como uma nova forma da revolta urbana".³¹

Os sulistas reclamavam do governo, via Ministério do Interior com sua polícia de emigração, o mesmo tratamento dispensado ao Norte para fazer sair do país as massas que não conseguiam ser absorvidas pela cidade. Doré insiste muito no fato de que para a Itália era difícil eliminar a contradição cidade-campo. As massas rurais excluídas politicamente pelo sufrágio restrito, formavam parte para as cidades de um mundo estranho e ameaçador. E este temor pode ser facilmente observado nos debates nas Câmaras sobre a emigração e seus requisitos. Se num primeiro momento era normal exigir-se um certificado de boa conduta para aquele desejoso de emigrar, com o tempo o trâmite parece deixar de existir -atentemos para o relatório Luzzatti-Pantano que declarava: "(...) O Ministério do Interior (...) permite partir livremente, sem muita averiguação ou cuidado, aquela parte da população excedente e inquieta, a qual está na pátria de má vontade".³²

Grazia Doré menciona também que na Sicília os militantes socialistas tinham grandes dificuldades em arrebanhar trabalhadores para o partido "pois eles preferiam a emigração". E observa ainda que os agentes de recrutamento de emigrantes trabalhavam em estreito contato com a polícia, fornecendo listas de pessoas consideradas perigosas.

O Manual do Emigrante Italiano, editado em 1913 pelo Commissariato dell'Emigrazione, prevenia por sua vez os súditos italianos quanto aos perigos que corriam no estrangeiro se se imiscuissem em política ou divulgassem idéias perigosas. Explicava, entre muitas outras coisas, a existência e o alcance da Lei de Residência e de Defesa Social na Argentina: "os anarquistas, os elementos subversivos e aqueles que tenham sido ex

pulsos do país, não poderão regressar". E aconselha insistentemente a não participar da política argentina: "Condição da Residente: se você conserva a condição de simples residente - sem assumir a de cidadão, não lhe é lícito participar, discutir ou criticar. Você trabalhará tranquilamente, sustentando o justo princípio de que qualquer partido é capaz de governar bem".³³

Caberia deduzir destas considerações que este triplo estranhamento, o da pátria de origem, o político e o social na pátria de adoção, tenha levado os imigrantes em massa ao anarquismo ou ao sindicalismo revolucionário, já que o nível político instituído -espaço privilegiado de ação das classes dominantes- lhes era vedado?

Evidentemente nos parece que não: o número de associados - em média da FORA, no período 1905-1915 não chegava à metade do saldo imigratório em um ano normal. O fato de que o movimento operário organizado adote determinadas tendências obedece a uma série de fatores nem sempre fáceis de deslindar e relacionar. Haveria que se perguntar antes se estas massas camponesas provenientes da Itália e Espanha, estariam interessadas - numa participação política efetiva em seu novo país, já que - em suas sociedades de origem pouca participação haviam tido.

Permanece por fim uma questão fundamental para este trabalho, que consiste em interrogar-se sobre o que haveria sucedido com a questão social argentina caso um grupo de políticos-radicais, socialistas e reformistas, não houvesse tomado as providências para abrir significativamente os canais de participação política e realizado toda uma série de medidas tendentes a morigerar os conflitos endêmicos entre Capital e Trabalho.

I. 4: O mercado de trabalho e seus possíveis efeitos sobre o

sindicalismo.

Ainda hoje forma parte da paisagem rural argentina um estranho personagem, o vagabundo, também chamado croto ou linvera. Geralmente em idade madura busca evadir-se por seu país de 45.000 km. de comprimento e 14 m. de largura: as linhas de trens. Por vezes se detém uns dias em uma fazenda ou uma chacra, onde por pequenos trabalhos recebe comida ou alguns pesos para logo em seguida prosseguir sua viagem na qual a busca de uma utopia mítica é paga com a fome o frio e a solidão.

Poucos argentinos sabem hoje, que o linvera é uma relíquia-ritualizada de um fenômeno peculiar do mercado de trabalho do princípio do século: a migração dos operários golondrinas (andorinhas), que em cada primavera saíam das regiões da Espanha e Itália para o campo argentino, onde se empregavam nas colheitas do trigo, linho, algodão e sobretudo milho.

Segundo os cálculos de Lattes, a migração golondrina envolvia uns 325.000 operários cada ano, e grosso modo podemos afirmar que de 1905 a 1913, em torno de 100.000 deles vinham de ultramar e os outros eram jornaleiros das cidades argentinas, em sua maioria também estrangeiros.³⁴

Como vemos então o mercado de trabalho argentino tinha uma elasticidade muito especial caracterizada tanto pelo circuito Argentina-Europa como o do cidade-campo. Segundo Mario os golondrinas estrangeiros chegavam ao país como carga bruta, acomodados nas mesmas adegas que seriam carregadas com o milho e o trigo por eles colhidos. E o mesmo autor acrescenta: "Como os golondrinas procuravam regressar a seus países com o pagamento quase intacto, aprenderam a reduzir ao mínimo seus gastos(...) começaram a tomar furtivamente os trens de carga, a dormir nos caminhos ao ar livre, junto às vias. Levavam seus poucos e leves pertences atados em uma trouxa -a linghera- que

carregavam nos ombros. Esta carga peculiar acabou designando-aqueles que lhe portavam e começou-se chamar linyeras aos bra-
ceiros caminantes",³⁵

Já vimos que no ano 1909 foram recenseados 330.000 operá-
rios industriais, e que este número em 1914 subiu para 440000. O censo aponta também para este último ano um leve acréscimo-
daqueles que trabalhavam no setor terciário com respeito ao-
secundário. Ora sobre tais números não muito elevados (uns -
900.000 trabalhadores), a evasão em cada primavera de 225.000
operários da cidade para o campo, não deixava de ter sua in-
fluência no mercado e processo de trabalho. Quando terminava-
a colheita de milho -em abril ou maio-, estes contingentes -
voltavam para as cidades e de acordo com a conjuntura encon-
travam trabalho na construção civil, ocasionalmente nos por-
tos ou outros lugares, e frequentemente ficavam por um perío-
do desocupados.

Para o movimento operário organizado estas variações trazi-
am algumas consequências, e dentre elas a possibilidade de au-
mentar as pressões por melhores salários e condições de traba-
lho naquela época em que começava a evasão para o campo, e -
quando as cidades manifestavam uma carência de mão-de-obra. -
Comenta D. Pianetto que: "Até 1909, este tipo de movimentos -
gerais (greves gerais) se repetem com intensidade, especial-
mente em 1902, 1904, 1905, 1907 e 1909 sob a direção de uma--
central operária que dirige o anarquismo. As greves gerais, -
massivas e violentas, se realizam sempre entre outubro e feve-
reiro, período do ano em que a cidade oferece o nível ocupa-
cional mais favorável para os trabalhadores."³⁶ A observação
é interessante, porém seu alcance não deve ser estendida tão
absolutamente. É em 1909 a FORA e a UGT decretaram a greve-
geral em maio e o mesmo foi feito pela CORA e a FORA em maio-
de 1910; mas é certo também que estas greves não tinham um

caráter puramente trabalhista na medida que protestavam contra a violência política (a matança do 1º de maio de 1909, a Lei de Residência e pela liberdade dos presos sociais).

Estas alterações radicais na situação do mercado de trabalho são relatadas num jornal de dezembro de 1911:

"Obreros a la Cosecha !"

"Después de todo un año de crisis obrera, durante cuyo tiempo obreros se han visto vejados, despreciados y si han querido comer, han tenido que subyugarse a trabajos hasta por un peso y pasar por todas las exigências burguesas; después de todo un año de miséria obrera (...) hoy, en este mismo instante, ofrecen 7 y 8 pesos diarios por nuestros despreciables brazos de hace unos meses.

Camaradas trabajadores al campo! Nuestro momento ha llegado a su vez: tomemos revancha con los explotadores, valiéndonos de la escasez de trabajo y abundancia de gente; nos miraban con menosprecio, ahora toca a nosotros hacernos de cuenta y pedir algo de lo mucho a que tenemos derecho (...) Esto es lo que debemos tener en cuenta y exigir que si quieren nuestros brazos, se nos trate humanamente, que en lugar de 18 horas de trabajo sean 10 cuando más.

Si no aprovechamos el momento de debilidad burguesa (...), perdemos, no hay duda, un buen momento".³⁷

Podemos observar nesta passagem que o mercado de trabalho não funcionava automaticamente e que os operários eram incitados a aproveitar a ocasião favorável. No mesmo mês de dezembro de 1911, era declarada a greve geral do porto de Buenos Aires e em janeiro de 1912 a grande greve dos ferroviários. Ao final de 1912, a má colheita e o começo da crise econômica, e ainda a alta imigração deste ano, mudariam completamente o quadro.

Refletindo sobre os efeitos desta elasticidade singular do mercado de trabalho argentino sobre a vida sindical, parece-nos que, além do fato assinalado por Pianetto, ela provocava um desmantelamento parcial das organizações sindicais no iní-

cio de cada colheita -realmente- as condições para pressionar o empresariado se apresentavam então favoráveis, mas boa parte dos homens que podia sair às ruas se achava no campo.

Como contrapartida desta situação nas cidades teremos que as idéias sindicais serão propagadas no meio rural. Entre os linyeras havia numerosos anarquistas, e não devia devia ser desagradável a um espírito libertário, mudar cada ano o horizonte da cidade pelas ondulações pampeanas. Não era à toa que uma publicação anarquista de Junín se chamava "El Croto".

Bayer comenta este trabalho propagandístico dos linyeras no começo dos anos 20, apesar de que, acreditamos, o autor confundeu de alguma maneira os "braceiros andantes" de então com os vagabundos empedernidos que até os dias de hoje engrasan las vías. Diz:

"Protótipo do anarquista individualista, o "linyera" lançou seu protesto passivo (?) contra a sociedade, deixou crescer seus cabelos e suas barbas e sem mais bagagem que seu atado saiu a percorrer os campos argentinos, a viver com muito pouco e a desfrutar e padecer no contato com a natureza. Em seu atado levava um livro de versos, ou alguma obra do príncipe Kropotkine ou do transbordante Bakunin e um número de La Protesta que trocava em General Pico por Pampa Libre (...)"³⁸

Bayer continua, a partir daí, enumerando uma porção de outras publicações anarquistas propagadas pelos cavaleiros andantes. (O ex-linyera entrevistado por Mario durante 3 anos, levava consigo em seu atado o Don Quixote). Bayer fala dos anos 20 mas o mesmo vale para a década do 10. De acordo com as informações de Nettlau, eram numerosas as publicações libertárias nos povoados da pampa gringa, o que denota uma comunicação fluida com os centros maiores e os golondrinas ou linyeras formavam parte desta comunicação.

Seria interessante um estudo sobre a relação dos golondrinas com os gauchos, outro grupo social amante da liberdade e

também de difícil proletarização. No século 19 os gauchos (ou muitos deles) levavam a mesma vida itinerante que os gringos - do século 20. A diferença é que o faziam a cavalo e o trabalho que ofereciam era com o gado.

Estes fenômenos do trabalhador temporário, assim como o da va gabundagem, permaneceram firmemente durante a primeira metade do século 20. Nario menciona uma greve de crotos nos anos 30 - -sinal de que não eram tão individualistas ou passivos. O mesmo autor assinala que segundo estimativas oficiais, em 1936 ha via mais de 200.000 crotos nas vias argentinas e que as sociedades rurais de Buenos Aires e de La Pampa, tinham proposto para o mesmo ano de 1936, um campo de concentração para linyeras: "para inculcar-lhes o hábito do trabalho por meio da concentração vigiados por zeladores, para a sua restituição à vida honesta e de trabalho(...)"⁴⁰

Conclusões do capítulo primeiro.

Durante o período colonial a Argentina era uma região periférica da atual Bolívia, e na primeira metade do século 19 sua economia começou a adquirir peso próprio com a exportação de produtos pecuários. A prolongada guerra civil, todavia, obstaculizou a abertura do pampa à agricultura. Com a pacificação - roquista, faltaram braços para a agricultura e se lhes buscou - exitosamente na Europa do Sul, e igualmente os capitais, encontrados na Europa do Norte. A expansão econômica encontrou proporções inauditas, porém a formação de uma sociedade com certo grau de integração e participação deixava muito a desejar. O acesso à terra era difícil e à vida semi-nômade do arrendatário ou pastor, uma boa quantidade de imigrantes preferia a vida da cidade, onde as oportunidades de empregar-se na extensa - área de serviços ou na indústria incipiente (subsidiária ao projeto agro-exportador), podiam ser alternadas com o emprego -

na colheita durante o verão.

É frequentemente citado na literatura social argentina a questão do desenraizamento, e nos parece que não sem razão. As fortes ondas de nacionalismo (primeiro reacionário e depois "popular" ou de "esquerda"), não podem dissimular o que finalmente resultou desta história social: um habitante metade europeu e metade latino-americano. Da mesma forma as correntes ideológicas e as práticas sindicais que se vão gestando neste período estão voltadas para a Europa, mas por sua vez se processam de uma maneira especificamente argentina: o anarco-comunismo nos sindicatos, os socialistas juanbejustistas e os "sindicalistas" - ainda que influenciados pela Europa, são absolutamente originais.

CAPITULO II: Situação da Classe Trabalhadora Argentina e o Departamento Nacional do Trabalho.

O título pede uma explicação preliminar. Com efeito, a finalidade deste tema é dupla: por um lado pretende descobrir aspectos não investigados da vida dos trabalhadores, tanto fora como dentro de seus lugares de trabalho e por outro quer aproximar-se do Estado argentino e entender o porque e o como de sua nova atitude para com o mundo do trabalho.

II. 1: Criação do Departamento Nacional do Trabalho em 1907.

Na historiografia argentina existe uma tendência a reduzir as intenções de reformulação da sociedade à ação dos radicais, e eventualmente à dos socialistas, os quais preconizavam a abertura de novos canais de participação política e a ação da classe operária, que por sua vez aspirava à fundação de uma nova sociedade. Tem-se assinalado algumas vezes a separação que existia entre a ação sindical e a ação política, devido ao facto de que a classe operária, por seu caráter estrangeiro e internacionalista, não entenderia o vínculo que une o nacional ao popular. A ação do Estado argentino, sobretudo quanto às posturas dos reformistas, não faz parte geralmente das análises do movimento operário assim como a Lei Sáenz Peña é interpretada quase exclusivamente como o meio idóneo de deter a contestação radical.

Uma das instituições a que não se tem prestado a devida importância é o Departamento Nacional do Trabalho, cujo Boletim, apesar de frequentemente citado, não constituiu ainda alvo de análises mais detidas sobre sua natureza e função.

A partir de 1901, com a criação da primeira central operária estável, a classe trabalhadora argentina, adquiria uma pre

sença marcante na sociedade argentina. Essa presença se caracterizava por greves gerais e mobilizações de protesto pelas ruas. Os governantes e os empresários começaram a falar de guerra social, de "flores exóticas", de ideologias e ressentimentos transplantados, os quais num mundo novo de abundância não teriam sentido.

A essa presença da classe operária e do movimento radical, os setores das classes dominantes e do Estado buscavam encontrar uma resposta, e sempre uma alternativa dupla e imbricada se lhes apresentava: repressão e abertura de novos canais de participação e diálogo. Tal resposta correlacionando repressão e novos canais de participação ganhará contornos diferentes nos sucessivos governos: Roca proclama a Lei de Residência em 1902, enquanto se projetava um Código do Trabalho (Projeto González, apresentado em 1904, porém não sancionado); Figueroa Alcorta promulga a Lei de Defesa Social em 1910, depois de haver criado o Departamento do Trabalho três anos antes; Sáenz Peña consegue a aprovação da Lei do Sufrágio Universal em 1912, momento em que ainda pesavam sobre o movimento operário os efeitos da terrível repressão do Centenário de 1910; e, finalmente, Yrigoyen dialoga com o movimento operário, especialmente com os ferroviários e a Federação Operária Marítima, mas quando os movimentos de protesto urbanos e rurais ameaçam escapar do controle estatal, não duvida em enviar o exército para reprimi-los.

É dentro desta perspectiva, nos parece, que se deve situar a função do Departamento, ou seja, uma instituição que visava a fornecer uma resposta global e antecipatória de abertura e controle - a outra cara da repressão.

Um dos antecedentes do Departamento, foi o objetivo logrado de se promulgar uma Lei Nacional do Trabalho (1904). Em

sua elaboração colaboraram, segundo Pannetieri: "Carlos Malbrán e outros médicos do Departamento Nacional de Higiene, Leopoldo Lugones, Manuel Ugarte, Enrique del Valle Iberlucea, José Ingenieros, Pablo Storni, Juan Bialest-Massé, Augusto Bunge e Armando Claros".¹ Tratava-se de um elenco progressista, pode-se notar, que aparentemente pouco tinha a ver com o roquismo. Todavia o Ministro do Interior de Roca era Joaquín V. González e o limite entre oligarcas liberais e reformistas nem sempre aparecia bem delineado.

Em Março de 1907 criava-se o Departamento, então dependente do Ministério do Interior. Seu primeiro presidente foi o Dr. José Nicolás Matienzo, advogado, filósofo positivista e historiador. Politicamente Matienzo era um radical antiyrigoyenista, partidário de Bernardo de Irigoyen. Em 1918 teve brilhante atuação como interventor na Universidade de Córdoba, nos tempos da Reforma Universitária. Foi também Ministro do Interior no gabinete de Alvear.

Matienzo exerceu a presidência até dezembro de 1909, sucedendo-o Marco M. Avellaneda até fevereiro de 1911 e, a partir de então Julio B. Lezama.

O elenco do Departamento era variado, destacando-se entre os inspetores Pablo Storni e sobretudo José Elías Niklison, uma pessoa profundamente comovida pela situação da classe operária dos obrajes e engenhos.

A instituição possuía excelentes relações com os socialistas e com o grupo de parlamentares católicos liderado por Arro Bas e Juan Cafferata. Mostrava igualmente compreensão pela ação dos grêmios anarquistas e "sindicalistas", ainda que repudiasse seus métodos violentos e em ocasiões, como durante a greve do Porto de Buenos Aires de 1911 a 1912, tenha enviado, segundo suas próprias palavras, espiões às reuniões operárias.

Esta simpatia ou paciência, nascia daquilo que o Departamento via como sua função: intermediário nos conflitos entre o Capital e o Trabalho. Seu caráter ambivalente se revelava contudo pela eficiência que atribuía à União Protetora do Trabalho Livre, uma organização gremial criada e sustentada pela patronal, e aos Círculos Católicos, entidades mistas de patrões, profissionais liberais e operários.

Em 1912 promulgou-se a Lei Orgânica do Departamento do Trabalho e entre suas cláusulas figuram:

" El Departamento Nacional del Trabajo dependerá del Ministerio del Interior y tendrá por funciones: preparar la legislación del trabajo, recogiendo, coordinando y publicando los datos relativos al mismo y organizar la inspección y vigilancia de las disposiciones legales que dicte el Congreso sobre la materia(...)".

Art. 4: "Los inspectores de trabajo, debidamente autorizados, tienen el derecho a penetrar en los locales donde se ejerza una industria o comercio durante las horas destinadas al trabajo. La negación del patrón importará una infracción a esta ley que se penará con una multa de 100 a 500 pesos".

Art. 5: "El Departamento organizará y tendrá a cargo (...) el registro de colocaciones para obreros con el objeto de coordinar la oferta y la demanda de trabajo.(...)"

Art. 7: "El Presidente cuando lo requieren los conflictos entre Capital y Trabajo, convocará y presidirá "Consejos de Trabajo", compuestos en cada caso con igual número de patronos y obreros(...)".

Fonte: Boletín del Departamento Nacional del Trabajo (BDNT), 1913, pp. 45-46.

Se comparamos estes objetivos juridicamente legalizados com as funções que o Departamento atribui a si mesmo em 1907, notaremos que depois de afirmar que "em todos os países do mundo a obra da legislação operária se iniciou com a fundação do Departamento do Trabalho", e que a razão de tal legislação se deve

à "multiplicidade de relações que a vida industrial cria nas sociedades modernas", o mesmo Departamento se propõe:

"Estudiará constantemente la situación de las industrias ' de toda clase en el país del punto de vista de los obreros, de su relación con los patronos, del modo de zanjar los conflictos entre unos y otros y de los progresos que conviene adoptar en el régimen interno de los trabajos". BDNT, 1907, pp. 6-7.

É interessante a observação "do ponto de vista dos operários" pois esta será a acusação que a patronal dirigirá ao Departamento e a Indalecio Gómez em janeiro de 1912. De fato tratava-se de uma instituição estatal, mais ligada aos interesses patronais que aos dos trabalhadores; porém sua própria visão de suas funções não deixará de ter o seu impacto no mundo operário e setores deste mudariam sua idéia sobre o Estado argentino, começando a vê-lo como um "árbitro imparcial que paira acima das classes sociais".

Algumas das reações à criação do Departamento foram:

"Me sorprende agradablemente la moción que acaba de formular el Sr. diputado Roca y voy acompañarle con placer a votarla. (...) Quizás hubiera sido conveniente que antes de crear una oficina como la que se propone, se dictaran algunas leyes para que el Departamento de Trabajo tuviera que hacer". BDNT, 1907, pp. 7-8.

O autor destas frases era Alfredo Palacios, deputado socialista. Contudo a reação da UGT (União Geral dos Trabalhadores), que até o ano anterior correspondera ao Partido Socialista, é contrária à intervenção estatal em assuntos trabalhistas:

"Por estar convencidos que todo lo que se refiere al bienestar y mejoramiento de nuestra clase, depende única y exclusivamente del esfuerzo que pueda desarrollar la acción obrera (...). Nuestro lema es "lucha de clases" y por tanto rechazamos toda armonía entre capital y trabajo". BDNT, 1907, p. 43.

O "sindicalismo" estava, todavia, em sua etapa jacobina, mas logo será a corrente sindical, apesar de sua apoliticidade de que mais estreitamente se ligará ao Estado, aceitando-o como interlocutor válido para melhorar a condição econômica da classe operária. Este processo se aceleraria sobretudo a partir de 1914, como veremos no Capítulo IV.

A Federação Operária Regional Argentina, a FORA anarco-comunista, nem sequer mandou uma resposta à carta de Matienzo, na qual convidava-a a colaborar com o Departamento. Por estes dias apareceu em La Protesta uma entrevista de Mario Lorenzo (pseudônimo de Ernesto Ortiz) ao mesmo Matienzo, em que este último é descrito como um petit Viviani Sudamericano, e a instituição trabalhista como "uma parte da Seção Social da Delegacia de Investigações".²

Por sua parte a União Industrial Argentina (UIA), não deixará de contestar Matienzo aceitando como ensaio a função mediadora do Departamento:

"La UIA no tiene inconveniente alguno en ensayar el temperamento indicado por el Sr. Presidente para regulamentar las relaciones entre patronos y obreros, evitar en lo posible los conflictos y solucionar las que se produjeran." BDNT, 1907, pp. 41-42.

O Departamento não apenas chocaria com a oposição inicial das organizações operárias, mas também de forma crescente, com as patronais. Já em sua primeira Memória Anual, o Dr. Matienzo se queixava:

"Es tradicional y reiteradamente se hace sentir la repugnancia de los dueños de los establecimientos a suministrar los informes que solicita el gobierno(...). Es aún más notable esta resistencia cuando se trata de permitir el acceso a los funcionarios(...)". BDNT, 1908, p. 182.

O ponto mais agudo deste enfrentamento entre o Departamento e os empresários se verificou em finais de 1911 por ocasião da greve do Porto e em começos de 1912 com a greve fer-

roviária.

O debate, levado a efeito firmemente por Indalecio Gómez, Ministro do Interior, o mesmo que defendeu nas Câmaras a Lei Sáenz Peña, estabeleceu-se em redor do tema da legitimidade do Estado ao assumir funções de arbitragem obrigatória. Este debate acabou em um impasse: Gómez frente aos cerealistas e gerentes das ferrovias inglesas, reconheceu que as soluções oferecidas pelo Estado não eram juridicamente obrigatórias, porém alegou que sua obrigatoriedade poderia estar baseada nas "condições inseguras e desumanas do trabalho, não sujeito à matéria contratual, mas que rocam as faculdades do governo". BDNT, 1911, p. 855.

As dificuldades com os empresários continuarão mesmo depois da sanção da Lei Orgânica em 1912. Veremos algo mais sobre este aspecto no ítem sobre greves e arbitragem.

Outra dificuldade para uma ação eficaz do Departamento era o sistema federal argentino, o qual tornava possível que as leis "nacionais" se aplicassem apenas na Capital Federal e (às vezes) nos Territórios Nacionais (ainda não elevados à categoria de províncias). Este problema pode ser notado na ocasião em que a instituição buscou mediar os conflitos agrários em 1912:

"Las agitaciones huelguísticas que más novedad y resonancia han tenido en el país, son las de carácter agrario ocurridas en la provincia de Santa Fe, de Córdoba y la Pampa Central. En las primeras la acción del Departamento ha tenido que limitarse a estudiar las causas del conflicto y a indicar los medios para resolverlo(...) En la Pampa Central, la intervención del Departamento ha sido más directa extensa y completa, porque a la vez que estudiaba los motivos de protesta de los colonos y de su malestar, ofrecía y se aceptaba su mediación." BDNT, 1913, p. 737.

A ação dos reformistas era em princípio bem menor nos governos provinciais que no governo federal e no Congresso. Pouco a pou

co, a ação do Departamento e a legislação social, foram penetrando também nas províncias com a criação dos Departamentos Provinciais, sobretudo nas províncias conquistadas pelos radicais.

A partir de primeiro de junho de 1907, o Departamento começou a publicar um Boletim em que os tópicos mais recorrentes foram a situação dos trabalhadores por ramo de atividade, as enfermidades próprias a estas atividades, a segurança no trabalho, as leis sociais, as organizações operárias e patronais, a descrição das greves e suas estatísticas e as tentativas de mediação nos conflitos. E, de início, através do Boletim, o Departamento enfatizava e justificava suas atividades como próprias de um país moderno e civilizado, motivo pelo qual eram publicadas em cada número as leis sociais promulgadas em diferentes países, com preferência pelos Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e Alemanha.

Podemos observar nestas publicações, às vezes nas entrelinhas, uma firme convicção sobre o papel que o trabalho e o trabalhador deveriam cumprir numa sociedade capitalista moderna. Quando ressaltavam as condições desumanas a que estavam sujeitas as classes trabalhadoras argentinas, especialmente nos engenhos e nos obrajes, havia sempre por trás uma intenção: buscavam assegurar-se de uma classe trabalhadora ordenada e disciplinada, e intentavam, mediante a previsão, não deixar as correntes operárias e patronais a seu próprio arbítrio, justamente pela imprevisibilidade de seus resultados.

A necessidade de harmonia estava dada pelas características violentas que, na época, assumia a contestação operária e que, a nosso ver, colocava em perigo o sistema implantado a partir de 1880, tanto ou mais que a ameaça radical.

O trabalho do Departamento deve ser visto como uma respos-

ta reformista do Estado e tem estreita relação com a reformulação política levada a cabo paralela e contemporaneamente.

"Em uma sociedade naturalmente sã, a eliminação da fraude e das injustiças sociais mais evidentes, levariam a uma sociedade estável e harmoniosa", diria Indalecio Gómez na Câmara ao defender a sanção da Lei Eleitoral.

II. 2: Situação dos Trabalhadores em algumas Indústrias, segundo os Informes dos Inspetores do Departamento.

No terceiro número de seu Boletim, em 31 de dezembro de 1907, o Departamento começou uma série de descrições das condições de trabalho dos operários industriais da cidade de Buenos Aires. Em 1908, 1913 e 14 continuará tal tarefa, sendo que a partir de 1910 os inspetores vão literalmente até os confins da República para descrever a situação dos engenhos de Tucumán, Salta e Jujuy e os obrajes do Alto Paraná, do Chaco e de Formosa. Descrevia igualmente o trabalho e a exploração não assalariada dos índios nos engenhos açucareiros.

Vejamos algumas descrições extraídas do Boletim, sobre as fábricas de Buenos Aires:

Curtumes:

"Cuarenta y dos establecimientos visitados; veinte y cuatro tienen máquina a vapor. Se ocupan en ellos 1.569 obreros (...). La mayoría de los obreros ocupados en esta industria trabaja a jornal, siendo escaso el número que lo hace a sueldo o por tanto. Los jornales varían de \$2 a \$7' (...). De las casas visitadas sólo 7 tienen seguro contra accidentes (...). Otras fábricas alquilan casas para sus obreros a precios reducidos y proporcionan en la misma fábrica albergue a los solteros". BDNT, 1907, pp. 320-321.

Confecções de Roupas:

"Es digno de notarse que existen casas que emplean 50 o

más mujeres que se encargan de llevar a sus domicilios trabajo para 300 o más obreras". Idem p. 328.

Sete anos mais tarde, depois de uma exaustiva investigação, o Departamento chegou à conclusão que:

"Podría quedar definitivamente fijado en 74.177 el número de nuestros obreros a domicilio sólo para la industria del tocador y del vestido y en el de 86.732 para todas las industrias. Descompuesta esta cifra podemos indicar en 60.000 el número de mujeres". BDNT, 1913, p. 779.

Charutos e Cigarros:

"Como se ve el elemento femenino predomina. la mayoría de las obreras trabajan a destajo, variando los precios de sus jornales entre 40 y 60 centavos el centenar de cajetillas empaquetadas (...) Según opinión general esta situación (baja remuneración), la origina la fabricación doméstica que se efectúa en la Capital en gran escala". BDNT, 1907, p. 344.

Fundições de Ferro e Bronze:

"La gran mayoría de los (64) establecimientos pagan a sus obreros a tanto por hora (...) Otras casas tienen sus obreros a destajo". BDNT, 1908, p. 14.

Operários do Porto de Buenos Aires:

Relata o Boletim que os operários do porto se compunham de 40% de italianos, 25% de espanhóis (sobretudo descarregadores de carvão), 20% de argentinos e os demais ingleses, suecos, noruegueses e alemães.

"El gremio de los estibadores no se entiende en forma directa con los agentes o compañías de navegación o carga, sino por intermedio de contratista que desempeñan el papel de agentes de conchavo o colocación(...) En diferentes ocasiones los obreros del puerto han gestionado la supresión de estos intermediarios. Pero esta pretensión ha sido rechazada de plano por los patronos fundándose (...) en que siendo los contratistas personas de cierto prestigio entre los obreros, pueden mantenerlos en orden evitando huelgas" BDNT, 1908, pp. 359-360.

Armazéns e Docas:

"Los jornales fluctúan entonces día a día con el movimiento del puerto y varían también, como lo he podido comprobar, con la nacionalidad de los trabajadores. Mientras los carretillos italianos, criollos y españoles ganan \$5 y \$3,50, los turcos, que según informes de ciertas personas son inep- tos para esta clase de trabajos, y al decir de otros, no en- cuentran mejor, perciben de \$3 a \$3,50 por día". BDNT, 1913, p. 788.

Moinhos de Farinha:

"1.280 es el número de obreros ocupados por la Sociedad de Molinos Harineros del Río de la Plata, de los cuales 721 trabajan 10 horas y 559, 8 horas (...) 980 hombres de día y 300 de noche (...) En resumen los obreros empleados en los graneros, elevadores y molinos harineros de la Capital Federal, 2.046 de los cuales 700 son volantes. Rigen horarios de 8 a 11,30 horas durante el día y 8 a 10 horas durante la noche". Idem, pp. 793-794.

Fábricas de Fósforos:

Das páginas 824 e 825 do Boletim de 1913, pode-se obter uma idéia da proporção de homens, mulheres e menores que trabalhavam na indústria fosforeira. Em 9 fábricas da Capital, Avellaneda e Lanús, trabalhavam um total de 292 homens, 980 mulheres e 618 crianças. Os jornais eram de 3 a 4,50 pesos para os homens, 1,75 a 2,50 para as mulheres e de 0,80 a 1,50 para as crianças. Nas fábricas do Paraná (Entre Ríos), os jornais eram bem inferiores: 2,65 a 3 pesos para os homens, 1,20 a 2,70 para as mulheres e 0,60 a 0,80 para as crianças.

Fábricas de Tecidos:

	Operários				Jornais		
	Homens	Mulheres	Crianças	Total	Homens	Mulheres	Crianças
1910	1.765	3.571	919	6.255	1,8	1.-4,5	0,5-2.
1913	1.687	3.626	588	5.893	2,5-8.	1.-5.	0,6-2

Tratava-se aqui de um total de 34 fábricas, número que não se modificou ao longo do período. Houve uma diminuição do número de homens ocupados e um aumento do número de mulheres; todavia o que mais chama a atenção é o decréscimo na ocupação de menores já que esta categoria guardava em geral uma relação simétrica com a das mulheres. E aqui podemos notar a influência da Lei que regulamentava o trabalho das mulheres e menores, sancionada em 1907.

Com relação aos jornais, houve uma diminuição dos salários mais altos e um ligeiro aumento daqueles mais baixos, efeito a nosso ver de uma standardização do processo de trabalho. Não é alheio a este procedimento referente aos salários o aumento do capital investido: 100% entre 1908 e 1913, em contraposição a um também aumento de 25% de mão-de-obra.²

A Agroindústria do Interior:

Não caberia aqui nos estendermos demasiadamente, transcrevendo os numerosos informes sobre os engenhos de Tucumán, os obrajes do Chaco e Misiones etc, ainda que estes constituam provavelmente a parte mais interessante do trabalho dos inspectores do Departamento.

Contudo, apesar de nossa exposição se referir ao movimento operário organizado e não haver conjecturas de sindicatos ou outras formas de organização nestas atividades, faremos apenas breves comentários de alguns testemunhos que consideramos relevantes.

Indústria Açucareira de Tucumán:

"El ingenio es una escuela permanente de labor, de orden, de disciplina moral que poco a poco va modificando la psicología del jornalero mediterráneo, tan reacia a la actividad creadora (...). Casi podría decirse que los trabajadores viven en sociedad, moderando la rudeza de sus costumbres por el diario contacto con las personas cultas, lo que no g

curre con el proletariado agrícola y pastoril. (...)

La salud del obrero se resiente pronto; trabaja sin descanso, su alma no es atraída por la fábrica en que labora y, en consecuencia, desde luego deja de ser un factor eficiente en la producción. (...)

Las huelgas son rarísimas en Tucumán y más raras aún entre los obreros ocupados en la industria azucarera. (...).

Por otra parte el obrero criollo, especialmente el del Norte, no es propenso a la huelga, acaso porque su deficiente cultura intelectual opone, al verdadero concepto de vida, con todas sus legítimas y racionales exigencias, un conformismo superlativo respecto a sus necesidades al grado de no oírsele ni siquiera mencionar el deseo de mejorar de situación". BDNT, 1910, pp. 48, 57 e 63.

Assinado: Inspetor F. Figueroa.

Figueroa era, entre os inspetores, mais conservador que progressista, porém igualmente ao comentar as condições dos engenhos de Jujuy e Salta, Pablo Storni afirmava:

"Aún pasará mucho tiempo antes que las clases ocupadas en la industria azucarera se dan cuenta de los beneficios que comporta la asociación y organización gremial; aún ellas se encuentran en el período de plena niñez, de manera que, el patrón es el amo y señor al que deben la más completa obediencia (...) y al fin quizá, ello importa un bien para esos trabajadores". BDNT, 1910, p. 527.

Os informes estão infestados de contradições não apenas entre aqueles que se mostravam mais progressistas ou mais conservadores, mas também no interior mesmo de seus discursos.

Ora, os estabelecimentos possuíam uma estrutura extremamente autoritária e por outra parte censurava-se ao criollo o fato de não haver superado uma etapa ainda "infantil". Um exemplo de que a agro-indústria se assemelhava a "instituições totais" (como quartéis, cárceres ou manicômios), é oferecido pela descrição complacente de José Ruiz Moreno de um salgadeiro de Entre Ríos:

"Anexo a la fábrica la Compañía ha formado un pueblo esencialmente obrero y es así que, las casas que delinean las

calles están destinadas exclusivamente a vivienda del personal de escritorio y jornaleros del establecimiento.

En la pequeña ciudad nada falta: escuela para los niños y obreros, mercado, carnicería, panadería, tienda, almacén, ferretería etc. y hasta un local especial, llamado club, en el cual se organizan fiestas de carácter social (...).

La embriaguez, el juego, desorden o falta moral, son severamente castigados, imponiéndose desde la suspensión temporaria, a la absoluta separación del establecimiento". BDNT, 1913, pp. 829 e 834. Assinado: José Ruiz Moreno.

Menciona o inspetor que em 1906 (7 anos antes!), houve um dia de greve, experiência fracassada devido às medidas adotadas pela administração. A causa de tal ocorrência deveu-se, segundo o administrador, ao fato de que "vários instigadores vindos de outras partes, incitaram os trabalhadores a pedir aumento de salário e diminuição de trabalho". Como nos filmes de Hollywood, o inimigo sempre vem de fora, ou talvez neste caso, da FORA.

Condições de Vida e de Trabalho no Alto Paraná.

O Boletim número 1 do ano 1914 está integralmente dedicado à publicação do famoso informe de José Elías Niklison, baseado nas suas próprias experiências em viagem realizada de outubro de 1913 a março de 1914 pelo Alto Paraná.

Em sua primeira seção dedica-se às desventuras de um grupo de trabalhadores italianos e espanhóis, que, por intermédio do Departamento, foram contratados por um obraje de Puerto Segundo de Misiones. A maioria destes estrangeiros, não suportando os maus tratos, que da mesma forma eram dispensados ao mensú paraguaio ou correntino, escaparam do obraje.

Na sua segunda seção esboça conclusões mais gerais da situação dos operários na indústria arvejense e medidas tendentes a melhorar tal situação. Nestas conclusões, Niklison caracteriza o trabalhador ressaltando sua "falta de instrução e moral,"

seus hábitos hereditários, a inflexibilidade de seus costumes alheios a toda evolução e sua absoluta falta de resistência para reagir contra o meio que o convertia em um fator propício para a manutenção indefinida da atual ordem de coisas".
BDNT, 1914, p. 331.

Condições de Vida e de Trabalho nos Territórios do Chaco e Formosa.

Depois de mencionar que no Chaco e em Formosa não existiam "os odiosos mercados de braços, as feiras de escravos do Alto Paraná", Niklison constatou aí a existência de uma forma de pagamento por vales e letras de câmbio, que constituíam uma "verdadeira moeda ilegal da região". Observou também que muitos lenhadores que aí se encontravam eram provenientes de Corrientes: "são pequenos proprietários que deixam as suas famílias nas terras que amorosamente cultivam." BDNT, 1915, p. 80 e 83.

A respeito dos salários:

"Y es lógico creer, conociendo el pensamiento administrativo de las empresas, que se han decidido y se mantienen en el sistema de trabajo a destajo, porque la situación aislada de los hacheros en el monte no permite el control directo y permanente del patrón o contratista e impide fijar el rendimiento diario". BDNT, 1915, p. 89.

No período legislativo de 1914-1915, Juan B. Justo apresentou um projeto de lei para regulamentar "Os Contratos sobre Conchavos".

II. 3: Leis Protetoras do Trabalho.

Até o ano de 1913 foram sancionadas apenas 2 leis sociais: a do Descanso Dominical, aprovada em 1905 e a Lei Regulamentando o Trabalho de Mulheres e Crianças, de 1907.

A lei de 1907 foi objeto de uma série de restrições, por pressão da UIA e seus representantes nas Câmaras. Assim decla

rava o deputado O'Farrell:

"(...) la industria arruinada, por un lado, la patria potestad menoscabada por el otro; el trabajo limitado para la pobre mujer, antes y después del parto; el niño privado de trabajo que se convertirá en un vagabundo de Londres, en el "street vagabond" de Nueva York, en el "gamin" de París. En fin en todas partes el mismo argumento".³

A regulamentação do trabalho dos menores trouxe consigo, segundo o Departamento, o aumento das "indústrias de rua" (camelôs). Em nome da moral e da defesa do menor, o Departamento se oporá firmemente a tal fenômeno. De fato caberia aqui suspeitar, e da mesma forma que para as outras intenções de controle do trabalho a domicílio, que se tratava então de dominar totalmente o processo de trabalho, quer dizer, confinar o trabalho na fábrica, retirando-o da rua e do domicílio privado:

"Difícil es decir si el número de estos menores ha aumentado o disminuido. La opinión primera aparece como la más exacta, no solo como consecuencia del desalajo que de los menores ha hecho la Inspección en industrias insalubres, o para los que carecían de edad, sino también como consecuencia del mismo desarrollo notable en determinadas industrias callejeras. Nótese en este sentido, bajo el punto de vista de las deficiencias legales, algo semejante(...) al trabajo a domicilio". SDNT, 1914, p. 42.

No mesmo artigo mencionou-se que "os menores de ambos os sexos que ganham o sustento diário com o trabalho exercido em vias públicas, em condições altamente nocivas para a sua saúde moralidade e futuro", passariam a ser objetos de um projeto de lei afim de protegê-los. Ibidem.

A Lei de Regulamentação do Trabalho a Domicílio, proposta por del Valle Iberlucea em 1913 e 1915 foi finalmente aprovada em 1918. Esta lei estabelecia entre outras coisas, uma retribuição mínima por peças produzidas, fato que suscitou o protesto indignado da UIA:

"El salario mínimo que es una tendencia del gremialismo moderno (...) no es posible aplicarlo en provecho de grupos determinados".⁴

A lei sobre Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho, apresentada como projeto desde 1902, será aprovada apenas em 1915. Em 1913 foram sancionadas as leis sobre Indenização de Acidentes em Repartições Estatais, Descanso Dominical para os Territórios Nacionais e Descanso Obrigatório para os Dias Pátrios. No ano seguinte foram também sancionadas as leis de Embargabilidade dos Salários, e em 1915 a da Prenda Agrária, ambas com características de proteção ao devedor.

II. 4: Mediação e Arbitragem. Greves.

Entre as funções que o Departamento se auto-atribuía estava "o modo de conciliar os conflitos entre patrões e operários". Um projeto de lei sobre Arbitragem Obrigatória, que poderia reforçar sobremaneira esta função do Departamento, foi apresentado por Montes de Oca, Ministro do Interior de Figueroa Alcorta em 1907; não foi todavia sancionado. Entre outros pontos o mesmo projeto estabelecia a não demissão de empregados durante as negociações e a não declaração da greve dos mesmos. Por sua vez, buscava proibir a exigência das empresas de transporte, sujeitas a jurisdição nacional, para a admissão de seus empregados, a não filiação à organizações sindicais. Cfr. BDNT, 1907, p. 65. Cumpre notar esta atitude do Estado Argentino, em luta travada com o anarco-comunismo e que, contudo, pretendia sancionar a legitimidade da filiação sindical.

Em 1904 um decreto do Executivo delegou ao Chefe da Polícia da Capital poderes para oferecer "sua mediação amistosa ou pro por a arbitragem em caso de diferenças declaradas ou eminentes acerca do descanso dominical ou da jornada máxima de traba

lho entre operários e empresários" BONT, 1908, p. 6. Como o Departamento pretendia monopolizar a função mediadora assinalará, na ocasião, o inconveniente de "confundir em uma só mão as funções repressivas e conciliatórias". Ibidem. Matienzo, o autor do artigo, assinalaria ainda:

"El sistema australiano, tribunales de trabajo, con fallos obligatorios y amplias facultades de investigación y procedimiento, parece ser hasta ahora el más eficaz. Pero él no podría ser implantado en nuestro país sin que le precediera una organización adecuada de los gremios". Ibidem, p. 12.

O presidente do Departamento falaria também da necessidade de se criar "hábitos de conciliação e de entendimento mútuo entre patrões e operários".

Desde a época de sua criação mesma, o Departamento se chocava com a patronal em suas reiteradas tentativas de implantar a arbitragem. Assim, ante a sugestão de mediação oferecida por Matienzo a Percy Clarcke, gerente do Ferrocarril Sud, este último responderia:

"No es exacto que haya entre el Ferrocarril y su personal ningún conflicto de trabajo (...) (La empresa) ha readmitido a toda la gente honesta y tranquila que se presente con ánimo de trabajar. En tales condiciones han ingresado más de 1.400 hombres, a quienes no consiguen amedrentar mal inspirados antagonistas, conspiradores extraviados contra el orden público, la ley y la sociedad, a la que quiere modificar con atentados y violencias que registra la crónica diaria. No hay pues señor presidente, el conflicto de trabajo a que se alude". BONT, 1908, p. 83-84.

De fato existia um impasse jurídico que obstaculizava a intervenção do Departamento nos conflitos. Neste sentido o Departamento era um leão herbívoro e mesmo depois da sanção da Lei Orgânica em 12, seus poderes não aumentaram grande coisa, pois pelos artigos 11, 12 e 13 a mediação e a arbitragem continuavam sendo não obrigatórias. Cfr. BONT, 1913, pp. 46-47.

Ainda assim, apesar de sua base juridicamente fraca, o De-

partamento tentava uma e outra vez intervir nas greves, às vezes reconhecendo a não obrigatoriedade de sua intervenção, e outras tratando de legitimá-la com formulações juridicamente vagas como a de "combater certas transgressões com critérios que correspondem à autoridade resolver", e quando se referia a "condições desumanas e inseguras de trabalho, não sujeito à matéria contratual" mas que "roçam com as faculdades do governo".
BDNT, 1911, p. 855.

Na Memória Anual de 1912, o Departamento menciona algumas intervenções que tiveram êxito:

"La mediación del Departamento ha tenido lugar en la huelga de los obreros de las fábricas de cigarrillos en la Compañía Argentina de Tabacos Ltda., de Fundición y Bronce de los señores Haupt y Piazza y la de Tejidos de los señores Barolo y Cía. La primera de estas huelgas tuvo su origen en las divergencias respecto a la forma de pago del salario; la segunda se produjo por la negativa de los patronos de abolir el trabajo a destajo y la tercera ha reconocida como causa la solidaridad con un obrero despedido. (...)" BDNT, 1913, pp. 735-736.

Na Memória do ano de 1913 diz-se:

"Los conflictos entre capital y trabajo en que el Departamento ha intervenido, no ha requerido la formación de los consejos de conciliación y arbitraje que prevee la ley, porque las partes llegaron a arreglos amistosos después de las primeras entrevistas y discusiones celebradas en el despacho del que suscribe. Sólo en los casos en que actuaba la influencia de elementos extraños, contrarios a todo advenimiento pacífico, la intervención del Departamento no era aceptada (...)" BDNT, 1914, p. 11.

Causas das greves na Capital Federal em 1907:

Motivo	Número
Aumento de Salário	49
Outras Questões Salariais	18
Readmissão	46

Expulsão	27
Horário	30
Solidariedade	18
Abolição do Trabalho por Empreitada	1
Mudança no Modo De Execução do Trabalho	2
Outros Motivos	4

Fonte: BDNT, 1908, p. 102.

Causas das greves na Capital em 1913:

Motivo	Número
Questões de Organização (Readmissão Expulsão, Solidariedade)	40
Salário	34
Horário	11
Causas de Ordem	10
Abolição do Trabalho por Empreitada	1
Modo de Execução do Trabalho	2
Outros Motivos	4

Fonte: BDNT, 1914, p. 74.

As greves de 1913 foram pouco frequentes. O Departamento atribui tal fato ao desemprego, à crise econômica, e à ineficácia dos sindicatos. Em troca, 1907 foi um ano de grande quantidade de greves. Contudo os motivos das greves não variam muito nos anos considerados. Existe uma diminuição entre as greves por horário, talvez devido ao fato que em 1913 a jornada de 8 horas estava se impondo. (46,6% em 1914).

II. 5: As Organizações Operárias Vistas pelo Departamento Nacional de Trabalho.

Existem poucas referências directas sobre a FORA e o anarco-comunismo no Boletim e nos primeiros 9 anos encontramos apenas uma vez o nome de Marx. Contudo, em 1914 uma página inteira é dedicada à FORA e aos seus métodos. Parece-nos que valeria a pena

transcrevê-la:

"Finalmente, en buena parte, la causa del poco resultado de las huelgas no es tal vez extraña a la intervención de la FORA. Esta institución que, a pesar de su carácter anarquista procede con buena fe obrera, interviene sistemáticamente en casi todas las huelgas, a punto de asemejarse a un procurador general de huelgas (...).

Comunmente se cree en nuestro país que los promotores y organizadores de las huelgas son los socialistas y a ellos se carga la responsabilidad del hecho. En las investigaciones realizadas se ha visto que tal concepto es infundado. Son muy contadas las huelgas en que han intervenido; ellos parecen más bien ajenos a los intereses inmediatos del obrero que motivan cada huelga y al desarrollo y resultado de las mismas, lo que podría significar que el movimiento obrero se opera independientemente de la acción socialista (...).

El origen (de las huelgas) es generalmente un motivo real y apreciable de descontento: salarios, cuestiones de dignidad, descanso, horario, sistema de trabajo. Exigencias éstas de fácil solución que no requieren huelgas(...). En casi todos los casos con rapidez y celo admirable, aparece la FORA. Podría pensarse que está interiorizada de todas las injusticias y deficiencias patronales respecto de cada uno de los gremios obreros. Acude a ellos y trata de provocar huelgas, consiguiéndolo algunas veces. En las demás interviene, una vez producida la huelga; principia por alentarla y se constituye luego en su procurador, pero lo hace con tan poca suerte que muchas veces resulta necesario retirar todo lo hecho para principiar a tratar.

El principal error en que incurre la FORA, es aumentar siempre las exigencias y se aleja tanto de la causa real y concreta, que hace imposible toda inteligencia." BDNT, 1914, pp. 71-72.

A partir de 1908, o Departamento descreve algumas organizações operárias, e nos dá informações que são frequentemente diferentes daquelas fornecidas pela imprensa operária:

Construtores de Carruagens:

"800 socios sobre un total de 1.000 obreros. Posee una bibli

oteca con 400 volúmenes. Periódico: El Obrero Constructor en Rodados.

Conquistas: 8 horas, a raíz de una huelga de 48 días. Aumento salarial del 25% con 80 días de huelga en 1905". BDNT, 1908, pp. 63-64.

Condutores de Carroças:

"Gremio fundado en 1902; 2.300 socios, de los cuales cotizan 1.025 con un peso mensual. El número de obreros de este gremio asciende a 6.000.

Periódico El Látigo del Carrero. Adherido a la FORA. Este gremio cuenta con una proporción elevada de analfabetos. La institución no tiene estatutos escritos.

En la secretaría a cargo de un empleado con 120\$ mensuales, está concentrado el trabajo gremial.

La asociación mantiene 2 inspectores, para vigilar el cumplimiento horario y otras condiciones de trabajo. BDNT, 1908, p. 65.

Condutores de Vehículos:

"600 socios sobre 6.000 cocheros. (...) En el año 1906, cuando se produjo la huelga de los cocheros particulares de remi se y de servicio fúnebre, soliciando la libertad de usar bigote, los conductores de coche de plaza también iniciaron otro movimiento para exigir a las autoridades comunales y policiales las ordenanzas y disposiciones relativas a la libreta, retrato, uso de sombrero de copa dura e impresiones digitales y otras condiciones impuestas por la municipalidad."

BDNT, 1908, pp. 67-68.

La Fraternidad:

"Creada en 1887. Se compone sólo de conductores de locomotoras, e.d. de maquinistas y fogoneros.

Esta asociación es de tendencia conservadora; procura el mejoramiento gremial por medios pacíficos (...).

De 5.300 maquinistas y fogoneros, 4.780 son socios cotizantes de esta asociación (...).

La Fraternidad no interviene en huelgas ni en movimientos gremiales de ninguna especie y repudia las huelgas por solidaridad con otros gremios". BDNT, 1908, pp. 69-70.

A Confederação dos Ferroviários:

"Es una asociación obrera fundada en 1902 y dividida en 15 secciones. Comprende todo el personal de ferrocarriles, excepto el de tracción. En este momento el número de socios que tiene inscriptos es de 15.000 de los 60.000 que forma el gremio en toda la república, habiendo abonada la cuota mensual (1 \$), 3.500 socios en el último mes.

Esta asociación obrera no se encuentra unida a ninguna unión y no tiene personería jurídica. Posee 2 bibliotecas con 1.000 volúmenes. El Ferrocarril tiene un tiraje de 5.000 ejemplares. (...) La organización, como entidad social, no abarca a la mayoría del gremio. Los obreros se quejan de que esto se debe, no sólo a la indiferencia del elemento ferrocarrilero, sino principalmente a la persecución sistemática que han realizado las empresas con el apoyo de la autoridad policial. BDNF, 1908, pp. 70-71.

Sobre os Engenhos de Tucumán o Boletim comenta:

"Ni una sociedad de defensa de intereses comunes; ni una sociedad de consumo (...) ni cajas de ahorro, cuya virtud parecetotalmente desconocida por el peón del Norte. Nada, ni una sociedad de socorros mutuos hay en esta numerosa clase obrera". BDNF, 1910, p. 64.

O problema da não-sindicalização da agroindústria e dos frigoríficos, tinha muito a ver com a estrutura repressiva implantada nestas atividades, e não tanto pela "massa de idéias atrasadas" (La Protesta, 29-3-1907) ou pelo "acentuado conformismo do operário criollo, que não deseja melhorar sua situação". BDNF, 1910, p. 63 .

Podemos aqui também nos perguntar se a estrutura sindical por ofícios seria a mais adequada para este tipo de atividades. E ainda levar em conta que nos Estados Unidos antes da década de 30, considerava-se o operário da indústria de produção em massa (mass production) como incapaz de sindicalização.

Finalmente com relação ao número de sindicalizados na Capital Federal, o Boletim nos diz o seguinte:

"Asociaciones y gremios: en el curso del año fueron visitadas las asociaciones de la ciudad de Buenos Aires. Las sociedades visitadas alcanzaron a 31, con un total de socios a estar con las comisiones directivas, de 44.562. En 1908 el Departamento realizó una investigación análoga. las asociaciones en número de 45, tenían 23.438 socios". BDN, 1913, p. 763.

III. 6: Uma Organização Patronal: Sociedade União Protetora do Trabalho Livre.

Esta sociedade foi criada expressamente para fazer frente às greves e outras formas de resistência operária. Sua fundação, em 1905, ano em que se registra a ocorrência de três greves gerais, coincidiu com o apogeu do anarco-comunismo e da atuação da FORA. A iniciativa de sua criação partiu das empresas mais fortemente contrárias à intervenção do Estado em conflitos trabalhistas: ferroviárias e portuárias:

"Se declaram socios fundadores a las empresas del ferrocarril Sud, Rosario, Oeste, Pacífico, Gran Oeste y Santa Fe, al Centro de Navegación, a los Importadores de Carbón y al Centro de Cereales, por haber subscripto, entre todos como cuota de ingreso la suma de 100.000 pesos m/n." BDN, 1908, p. 384.

A comissão de direção era composta por 9 membros, entre os quais não havia nenhum operário. E, como frequentemente ocorre com tais tipos de organismos econômicos, a SUPTL se revestia de um caráter assistencialista, que lhe servia para atrair sócios, bem como lhe encobria a sua função mais relevante. O artigo 4º do seu estatuto estabelecia como fins da sociedade:

"Mejoramiento de las condiciones sociales, morales y materiales de los obreros que trabajen en los puertos de la República Argentina y se adhieren a ella (...)".

Art.5: "La Sociedad se propone tener en el Puerto de la Capital su local propio, dotado de cocinas económicas, sala de lectura, consultorio médico y boticario y así como se lo permiti-

tan sus recursos, irá estableciendo en los demás puertos de la República instituciones análogas". BDNT, 1908, p. 385.

A atitude do Departamento frente a esta iniciativa patronal se revelava ambivalente, ora ostentando uma aparente neutralidade, ora aprovando suas ações ou condenando-as por seu caráter provocativo para com os sindicatos.

A eficácia desta organização patronal se nos mostrou relevante por ocasião da greve geral lançada, sem grande preparação pela FDRA em janeiro de 1908. O próprio Departamento atribuiu seu fracasso às ações da SUPTL. Todavia a efetividade dos fura-greves ou Krumiros em maio de 1909 e dezembro e janeiro de 1911-12, não parece haver sido muito grande.

De qualquer forma a atuação da Sociedade, juntamente com a repressão policial, conseguiu fazer desaparecer em 1905 e 1906 a poderosa Sociedade da Resistência do Porto, que apenas em 1914 volta a reorganizar-se. A SUPTL anotaria em sua Memória de 1910: "Estamos obrigados a manter a Sociedade e seu prestígio; pois o dia em que ela desaparecer recobrarão seu império outras sociedades contrárias à ordem, ao trabalho e aos mesmos operários". BDNT, 1911, p. 1.016.

O alvo preferido da Sociedade era o sindicato anarquista dos condutores de carros (de carga pesada): em 1910, dos 14 casos que sofreram a intervenção da SUPTL, 8 correspondiam a greves destes carreteiros. O fato de que os condutores não se deixavam desanimar é uma prova de que o proletariado nem sempre é mera vítima do capitalismo, pois que frente aos desígnios deste, pode impor de forma premente a sua vontade de luta e de resistência.

Em 15 de agosto de 1911 contavam-se entre os associados da referida organização, 1.262 na Capital, 985 em Rosario, 327 em Colastiné, 286 em Bahía Blanca, 165 em Villa Constitución e 65 em La Plata, ou seja um total de 3.091 operários. BDNT, 1911, '

p. 1.019.

Por fim importa ainda notar que a mesma sociedade amarela' teve mais êxito nos portos que nas ferrovias. Com relação a ' estas últimas, os maquinistas eram de difícil substituição, ' característica marcadamente comprovada em 1912, quando se che- ' gou, a custo de vários acidentes, ao extremo de substitui - ' los por pessoas inexperientes e à contratação de maquinistas da França e Inglaterra.⁵ Além disso os donos das ferrovias, ' mais que os dos portos, pretendiam usualmente a ajuda eficaz' do governo com a colaboração do Exército para solucionar os conflitos mais graves.

II. 7: A Liga Democrática Cristã.

Pouco nos dizem as fontes operárias e o Boletim sobre esta organização fundada em 1902 pelo redentorista alemão Frederico Grote. Contrariamente aos Círculos de Operários Católicos, a Liga não se opunha sistematicamente às greves e não nos parece haver sido uma organização patronal.

O engenheiro José Pagés observa em um discurso em 1944:

"Em 1902 constituiu-se a sociedade dos Carvoeiros Unidos ' que antes de finalizar o ano contava com 550 associados. Em 1903 o Grémio dos Tipógrafos e os Carregadores de Onça. Em 1904 a Sociedade dos Pedreiros e a Sociedade dos Tece- ' lões.

Destes sindicatos, o que alcançou maior desenvolvimento ' foi a Sociedade Argentina de Operários do Porto, que teve ' ação de destaque na greve portuária de 1905. Este sindicat- ' to reuniu em suas fileiras em torno de 2.400 operários".⁶

Em que consistiu esta "ação de destaque" em 1905? Não sabe- ' mos, porém Pagés afirma que em 1906 a Liga dirigiu uma greve' no Porto, a qual fracassou, perdendo a associação gremial boa' parte de seus filiados. O mesmo Padre Grote acusa em seguida ' à patronal de não cumprir com seus compromissos e de "decla- ' rar uma guerra implacável à Liga".

A Liga Democrática Cristã foi sucedida pela Liga Social Argentina e pela União Democrática Cristã em 1911. Esta última foi dissolvida em 1919 pelo Mons. Mariano Espinosa, arcebispo de Buenos Aires.⁷

II. 8: As Casas Operárias no Discurso de um Presidente.

Discurso do presidente Figueroa Alcorta, ao colocar a pedra fundamental do primeiro grupo de casas para operários, em 15 de dezembro de 1907 (ano das greves conventilleras):

"El conventillo, el inquilinato y demás zahurdas cerradas a la luz y al aire, no limitan su acción al fermento de las protestas airadas y los extravíos libertarios; no circunscriben su acción morbosa al desgaste gradual de lo que ha caído en sus garras, sino que extiende su influencia perniciosa sobre el porvenir, comprometiendo las energías vivas del país, pues nada hay más evidente que de ahí no pueden salir más que organismos valitudinarios, incapacitados para la lucha por el bien, por los ideales de la vida culta, por la conquista del progreso social.

Es necesario, pues, sanear a toda costa ese ambiente saturado de miasmas que atacan lo mismo la salud y la vida, que afectan la noción moral de los destinos humanos (...).

Empecemos entonces, por instalar al obrero, por ofrecerle la base material de la constitución de un hogar, apartémoslo de la atmósfera enrarecida de ese especie de comunismo antihigiénico y de esa condición de precariedad indefinida de su vida actual (...).

Completarán la obra las leyes protectoras de las clases débiles, las que instituyen el seguro obligatorio (...) las que determinan la conciliación arbitral entre capitalistas y obreros (...). El resto será tarea confiada a la previsión económica individual, al ahorro, a la instrucción, a la cultura moral". BDN, 1907, p. 480.

II. 9: O Trabalho Disciplinado.

A disciplinarização do trabalhador poucas vezes constituiu um objeto explícito no discurso do Departamento Nacional do

Trabalho; contudo aparece de forma indireta em todos os temas abordados. Evidentemente a maior intervenção do Estado na relação Capital-Trabalho buscava substituir a situação de enfrentamento por uma situação de consenso. Empresários e operários deviam ser convencidos a dirimir seus conflitos mediante negociações e o Estado (ou o Departamento) seria um árbitro, pretensamente neutro e simbolicamente colocado acima dos conflitantes.

Certo é que a princípio a FORA, a UGT e a CORA repeliam as intervenções de tal árbitro, o qual sempre haviam visto como partidário (ou parte) da classe capitalista. Porém as transformações no interior do Estado argentino foram gerando lentamente uma mudança nas atitudes de alguns setores do movimento operário, principalmente aqueles que estavam se cansando de tantas greves gerais revolucionárias sem benefícios materiais imediatos. Para tanto basta ver o fato de que em 1914, a convite do Departamento concorreram até mesmo sindicatos anarquistas; ora, isto seria impensável em 1907.⁸

Na questão da disciplina podem-se distinguir dois aspectos: o da ordem, no sentido de evitar a agudização dos conflitos, e o da disciplinarização do processo de trabalho. O primeiro aspecto diz respeito ao impedimento de greves, boicotes e outras manifestações consideradas violentas; quanto ao segundo tratar-se-ia de retirar do operário toda autonomia e tomada de decisão no processo de trabalho.

Devemos sublinhar que nesta época por nós tratada, existe uma grande defasagem entre a estratégia do Estado e a do patronato. Os inspetores do Departamento podiam coincidir com os proprietários de charqueadas, engenhos e obrajes em atribuir aos operários uma "infantilidade" e na sua crença de que a higiene a instrução, a moral e a cultura poderia redimi-los através da

disciplina do trabalho. Todavia aquilo que para os inspetores se colocava como um melhor ordenamento das relações sociais, para muitos proprietários seria a introdução da desordem. Tal fato acontecia tanto nos confins da República como também na Capital. Delfino, representante dos cerealistas durante a greve de 1911, dizia que "o governo alenta a greve ao mediá-la".

BDNT, 1911, p. 884.

Dessa forma muitos empresários resistiam em aceitar o modelo de consenso e a intervenção do Estado e continuavam preferindo a situação anterior.

Já foi ressaltado que os inspetores não possuíam opiniões homogêneas com relação ao modelo de sociedade harmoniosa que então perseguiram. Assim sobre o tema de uma empresa ordenada e disciplinada encontramos versões diferentes:

"El ingenio es una escuela permanente de labor, de orden y de disciplina moral (...).

Creo que los propietarios de ingenios deberían establecer un reglamento interno que señalara al personal reglas de higiene tanto en lo relativo a las personas como a las viviendas, instalar baños, crear cursos nocturnos para obreros (...) establecer gimnasios y canchas de juegos atléticos, fundar bibliotecas y organizar periódicamente fiestas morales y conferencias útiles, de suerte que la fábrica sea al mismo tiempo un centro de producción y de enseñanza."

BDNT, 1910, p.54

Também Ruiz Moreno por ocasião de sua visita a uma charqueada de Entre Ríos, elogiou o "estabelecimento-instituição-total":

"En la pequeña ciudad nada falta: escuelas para los niños, y obreros (...). Los días de descanso, que por lo general son de 2 o 3 días después de una labor continuada por espacio de 14 días (...) se nota en la ciudad animación y contento entre los trabajadores quienes forman grupos en las distintas diversiones, pero en el mayor orden y sosiego. Existe en la fábrica una disciplina digna de encomio; todo el mundo allí se respeta y vela cuidadosamente por el cum-

plimiento de su deber". BDN, 1913, pp. 834-835.

Outra é a fala de Pablo Storni com referência aos engenhos de Jujuy e Salta:

"Aún pasará mucho tiempo antes que las clases obreras ocupadas en la industria azucarera de aquella región se den cuenta de los beneficios que comporta la asociación y organización gremial; aún ellas se encuentran en el período de plena niñez, de manera que el patrón es el amo y señor al que deben la más completa obediencia y sus órdenes son sentencias inapelables (...); ¡ojalá algún día ellas se organicen y asocien". BDN, 1910, p. 527.

Em lugar de elogios, encontramos a denúncia de uma estrutura autoritária, só superada pela organização gremial, ainda que Storni, da mesma forma que outros inspetores, achava que os criollos eram crianças...

Todavía encontramos no Boletim referências de que os patrões dos estabelecimentos metalúrgicos, associados à UIA, firmaram convênios tratando de horários e condições de admissão de operários nas fábricas, comprometendo-se a não diminuir a jornada para menos de 9 horas e a não admitir operários sem certificado do trabalho anterior. Cfr. BDN, 1908, p. 14.

Numa relação de condições exigidas pelos grevistas do porto em 1911, encontramos, entre outras, a "abolição dos inspetores da Protetora do Trabalho Livre, por ser um perigo à segurança e à ordem dos operários do porto". BDN, 1911, p. 872. Igualmente manifestavam o desejo de suprimir os empreiteiros, e todavia, ao contrário do que sucedia em outros lugares e condições, os patrões queriam mantê-los pois os mesmos dominavam com seu prestígio os seus subordinados.

Se neste caso os empresários se mostravam partidários de manter os empreiteiros, mesmo com a perspectiva de não controlarem totalmente o processo de trabalho, por ocasião da regu-

lamentação do trabalho a domicílio a situação será distinta.

Aí, além da intenção do governo em melhorar as condições de trabalho, nota-se a preocupação em concentrar o trabalho sob o teto das fábricas.

O Departamento compartilha também a mesma opinião dos industriais do tabaco, segundo os quais devia-se combater a fabricação doméstica de cigarros, como já vimos.

Sem pretender exagerar a importância do Departamento e a influência do Estado argentino sobre o processo de trabalho, as condições do mesmo e a disciplinarização dos imigrantes do Litoral e dos criollos do Interior, tampouco devem ser subestimadas as transformações aí operadas desde 1904 ou 1907, pois terá seu impacto no processo posterior.

Ao nosso ver a ação do Estado é uma resposta a uma situação dificilmente controlável que dizia respeito ao enfrentamento entre os anarco-comunistas e "sindicalistas" e a classe empresarial argentina. Repetimos que a vemos como complementação da simples repressão, esta que era guardada para os casos extremos. Enfim, repressão e mediação procuravam em última instância o mesmo objetivo: controlar a classe trabalhadora, evitar os conflitos, isto é, estabelecer uma comunidade harmoniosa.

Um outro ponto que é mister considerar diz respeito ao fato de que ali onde reinavam as piores condições de trabalho, nos engenhos, nos obrajes e nos frigoríficos, estavam ausentes os sindicatos e predominava o trabalhador nativo, e não o imigrante. Estas atividades farreamento controladas, na maioria dos casos por empresas modernas estrangeiras, se achavam em um estado anterior ao conflito manifesto. O fato de que certas zonas rurais e mais interioranas fossem no começo dos anos 20 tão sensíveis à prédica de militantes anarquistas, até o ponto de produzir os levantamentos do Chaco e da Patagônia, demons-

tra que essa tranquilidade dos operários criollos e chilenos era fictícia e que o sindicalismo organizado, ainda que tratando-se de anarco-comunistas, tinha um efeito colateral e não procurado: o de canalizar os conflitos organicamente, diminuindo a possibilidade de estalos de consequências imprevisíveis.

Em troca na zona pampeana ou no Litoral, com condições de trabalho relativamente melhores e com um proletariado constituído basicamente por imigrantes, o conflito se achava instalado à vista da sociedade. E a sindicalização, ainda que superando raras vezes 10% dos trabalhadores da categoria, se mostrava importante pelos efeitos multiplicadores de sua ação, visto que os anarquistas e em seguida os "sindicalistas" passam a dirigir movimentos de protesto dali mesmo onde se originam. E assim as influências das centrais se nos apresenta maior do que a quantidade de filiados e sócios poderia fazer suspeitar.

A repressão, a mudança de atitude do Estado para com a classe operária, a diminuição da imigração, a crise econômica desatada a partir de 1912, tudo isto produziriam transformações dentro do sindicalismo. O mesmo cabe dizer com respeito ao avanço do radicalismo. Todos estes fatores fizeram com que a Argentina se tornasse novamente governável, apesar de acontecimentos como a Semana Trágica em 1919, e os levantamentos rurais em 1920 e 21. O como e o porque desta canalização de conflitos é um dos objetos deste trabalho. O presente capítulo esboçando a visão dos reformistas do Departamento do Trabalho sobre a questão social e o mundo do trabalho, pretende apenas antecipar e preparar o terreno para uma visão global dos problemas então colocados.

CAPITULO III: As Correntes Sindicais: Anarco-comunismo, Socialismo e "Sindicalismo".

III.1: O Gremialismo Socialista.

III.1.1: A Posição do Partido Socialista para com os Grêmios.

Em outubro de 1906, um mês antes da saída dos "sindicalistas" do partido, La Vanguardia ensinava:

"El sindicalismo resulta ser una fuerza poderosa cuya importancia e influencia sobre la vida económica contemporánea es incalculable. Pero es unilateral. (...) Su influencia concluye allí donde termina el proceso de producción. En las otras fases del proceso económico, en la circulación, y la distribución nacional e internacional de la riqueza, su intervención es mínima. Pero integrado con la cooperación y la acción política, resulta ser parte importante de un movimiento homogéneo, multiforme, completo, irresistible."

Mientras el viejo y clásico sindicalismo inglés, que hasta poco repudiaba la acción política de la clase obrera como partido independiente, comprendiendo la insuficiencia de la acción sindical y cooperativa, acaba de entrar de lleno en la lucha parlamentaria, en Francia e Italia aparecen algunos teóricos ideólogos que muy ufanos de su trascendental descubrimiento propagan el retorno al primitivo y unilateral sindicalismo. Tales teóricos han encontrado algunos imitadores sobretudo en los países donde el proletariado está aún muy atrasado".¹

A direção do PS preferia expulsar os "sindicalistas" e seus simpatizantes a outorgar-lhes um papel mais preponderante dentro do partido que resultaria em sua radicalização.

Entre 1890 e 1900, o socialismo argentino intentara por quatro vezes consecutivas criar uma central operária. Porém quando em 1901 finalmente foi estabelecida a FOA (Federação Operária Argentina), os anarquistas já estavam convencidos da importância do trabalho gremial e acompanharam os socialistas na

composição da mesma associação. Em 1902 aqueles já constituíam a maioria e os socialistas decidem, então, sair da FOA para criar a UGT (União Geral dos Trabalhadores), contra a vontade do partido.

La Vanguardia explicita sua oposição à saída dos socialistas, rejeitando o "pretexto de predominar entre os dirigentes daquela, o elemento anarquista".² Para J. Solomonoff "a retirada da minoria socialista da FOA para fundar outra central, foi uma péssima ação estratégica", pois, "causou a interrupção durante décadas da comunicação institucional efetiva entre o PS e os setores majoritários do movimento operário".³

Podemos observar no período de 1905 a 1914 que a influência socialista nos sindicatos operários diminuiu, porém, a sua importância política estava em crescimento; como explicar, então, esta defasagem entre ação sindical e ação política?

A nosso ver tem-se exagerado muito o voto socialista da classe média e o voto radical dos radicais. Parece-nos uma simplificação afirmar que enquanto os operários tendiam para o anarquismo ou "sindicalismo", a classe média da Capital votava nos socialistas. Vejamos a conduta eleitoral de dois bairros bem diferentes, o da Boca e o do Socorro, circunscrições 4 e 20 respectivamente:

	UCR	PS	TOTAL
1912	4: 1990	4: 2605	4: 7941
	20: 1442	20: 1140	20: 4130
1914	4: 2401	4: 4314	4: 7794
	20: 1383	20: 1179	20: 4130
1916	4: 3121	4: 4030	4: 8618
	20: 2341	20: 1124	20: 4573
1924	4: 4158	4: 5905	4: 11563
	20: 2545	20: 2411	20: 5811

Fonte: D. Cantón, Tomo II, pp. 3, 7, 17.⁴

Entenderemos melhor este quadro se observamos todo o panorama dos resultados eleitorais da época. Veremos que é curioso que as dissidências socialistas (o PSA de Palacios em 1916 e o PSI em 1930), tenham encontrado muito mais eco no bairro norte que no sul operário. Explicariamos este fenômeno talvez pelo sentimento nacionalista destas dissidências que encontrou uma acolhida mais favorável entre os argentinos tradicionais que entre os descendentes dos xeneises. Se no Boca, Palacios obtém a metade dos votos que o PS justista, em Socorro o supera por ampla margem. E em 1930 os independentes conseguem a metade dos votos que o PS no Boca, enquanto que em Socorro triplicam em número de votos o velho partido.

Esta tendência que apontamos pode ser generalizada para toda a Capital. Realmente em 1914, o PS ganha nos distritos 1 a 4, 6 a 10 e 15 a 18.

David Rock em El Radicalismo Argentino afirma que "a grande maioria dos membros efetivos do partido era de classe média", e continua, "em 1920, verbi gratiae, apenas 20% eram trabalhadores, o resto, excetuando-se os dirigentes máximos, eram donos de oficinas e pequenos comerciantes".⁵ Rock baseia esta afirmação numa estatística de filiados do PS, reproduzida a seguir:

Membros do PS por Ocupação na Capital Federal.

Categoria Ocupacional	Número Absoluto	%
Trabalhador	732	20
Artesão e Pequeno Comerciante	1.382	37,8
Empregado	1.155	31.6
Proprietário	24	0,7
Profissional	293	8.
Vários	73	2.
TOTAL	3.659	100.

Fonte- La Vanguardia, 10-4-1920.

O quadro evidencia quão arbitrário é deduzir que a maioria dos filiados (e minoria dos eleitores) do PS pertencem às classes médias, pois os trabalhadores e empregados juntos já formam mais de 50% e a estes ainda tem de se agregar os artesãos, curiosamente reunidos aos pequenos comerciantes.

Spalding cita também La Vanguardia dos dias 11 e 12 de abril de 1910, onde são relacionados os ofícios dos 917 votantes do PS nesse ano no Boca: "173 empregados, 101 jornaleiros 96 comerciantes, 70 mecânicos, 50 marceneiros, 45 ferreiros, 29 marinheiros, 27 maquinistas, 27 carreiros, 28 serradores"⁶. Ora, trata-se aqui de uma esmagadora quantidade de operários comuns e a mesma fonte assinala que apenas 9,6% deles eram argentinos naturalizados.

Uma outra explicação tradicional da separação entre os socialistas e os sindicatos é seu reformismo extremo, que se expressava por seu darwinismo social, seu respeito à legitimidade burguesa, seu liberalismo decimonônico com sua fé cega no progresso e na educação popular. Ora, o fato de que o PS funcionava como parte do sistema político liberal e acreditava que o Estado podia ser conquistado pela matemática dos votos, sem necessidade de utilizar meios de ação direta, não constitui a nosso ver um explicans universal para as grandes dificuldades dos socialistas em fincar pé nos sindicatos. Havia na Argentina grandes setores operários que, a nível ideológico, não estavam tão longe dos programas mínimos dos socialistas. Resulta porém que o PS, como logo veremos, não sindicalizou a aristocracia operária argentina, o que não quer dizer que parte dos operários qualificados não simpatizasse com o partido. Assim, por exemplo, La Fraternidad, cortejada pelo PS, se manteria nesta época como sindicato autônomo. Da mesma forma a Confederación Ferrocarrilera (1902-1908), cujos dois'

empregados pagos, Lemos e Zacagnini, eram socialistas, se manterá à margem da UGT.

Que apesar de toda a sua moderação o PS não representava um projeto político de classe média, o demonstra a nosso ver, seu fracasso em organizar os arrendatários de Santa Fe, Córdoba, Buenos Aires e La Pampa, os quais em 1912 se rebelaram contra as condições onerosas dos contratos de arrendamento. O PS não conseguiu atrair Francisco Netri, um advogado italiano mazziniano pro-socialista, um dos dirigentes do movimento e fundador da Federação Agrária Argentina.

Netri escrevera a Justo em 27 de junho de 1912, dois dias depois do Grito de Alcorta (a rebelião dos arrendatários):

"(..)Me dirijo a Ud. para que nos acompañe y ayude en esta santa causa. Yo me he colocado al lado de los trabajadores donde siempre estuve, aquí como en Italia; pero Ud. sabe y puede ayudarnos y guiarnos si fuera necesario".⁷

Ante a existência de um ala socialista dentro da Federação Agrária, dirigida então por Antonio Noguera de Pergamino, o PS fez imprimir um número especial de La Vanguardia dedicado à questão agrária convidando os arrendatários "a constituir agrupamento socialistas e incorporar-se ao Partido".⁸

Os arrendatários não só não formaram agremiações socialistas, como também em outubro de 1912, Noguera foi expulso da Federação Agrária (havia sido seu primeiro presidente), juntamente com seus correligionários.⁹

III.1.2: A Equação: Ideologia Sindical-Tipo de Ofício.

Antes de continuar vendo as desventuras do PS com relação às organizações operárias, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre os sindicatos socialistas e pensar se é possível estabelecer uma correlação entre o tipo de ocupação e a ideologia sindical professada.

Para tanto devemos levar em conta as palavras de Marotta, segundo o qual o sindicalismo argentino era uma "teia de Penélope". Os sindicatos, em muitos casos, eram organizados para levar a cabo um movimento grevista e depois, por seu fracasso, por repressão do governo ou patronal ou por desânimo e divergências, eram dissolvidos. Não constituía grande vantagem pertencer a um sindicato e os motivos de filiação eram antes por idealismo, e só em alguns casos (La Fraternidad, Federação Gráfica), por motivos práticos ou vantagens econômicas.

Os ofícios que encontramos entre os participantes do III Congresso da UGT, em agosto de 1905 foram:

"Metalúrgicos, seleiros, lavradores de pedra, construtores de carruagens, União Gremial Feminina, vassoureiros, pintores, fundidores de tipos, empalhadores de garrações, curtidores, abatedores de porcos, latoeiros, fotógrafos, Liga Textil, ferreiros, vidreiros, oleiros, Usinas de gas, eletricistas, escoveiros, doceiros, ebanistas, alpargateiros, tintureiros, bronzistas, vimeiros, geleiros, ferradores, Confeiteiros. Todos da Capital; e no Interior: Padeiros de San Juan, Azul, Santiago, Pergamino, Rojas, Tres Arroyos e Bahía Blanca, UGT de San Isidro, oleiros e Liga Operária de Resistência de Junín, condutores e construtores de carruagens de La Plata, metalúrgicos de Tres Arroyos, pintores e marceneiros de Pergamino, pedreiros e operários do porto de Concordia, Centro Cosmopolita de San Pedro 25 de Mayo, Baradero e General Villegas, sapateiros de Santiago, seleiros de San Nicolás, fosforeiros de Avellaneda, União Operária de Mercedes, Ofícios Vários de Posadas, pedreiros de San Pedro e de Bahía Blanca, UGT de Villa Mercedes.¹⁰

No mesmo mês de agosto de 1905 se reúnem também os anarquistas para celebrar seu famoso V Congresso; encontramos aí:

"Federações Locais de Santa Fe, Rosario, Córdoba, Chacabuco e San Fernando, Federação de Operários em Calçado, padeiros, pedreiros, tabaqueiros, condutores de carros, pintores, modistas e costureiros, chapaleiros, mosaicistas, carpinteiros, passadeiras, ourives, serradores, maquinistas Bon-

sacq, macarroneiros, alpargateiros, litógrafos, alfaiates' trabalhadores de armazéns e do mercado central de frutos ' do país, mecânicos, proprietários de 1 ou 2 carros, portuários, encadernadores, escultores, moldadores, condutores de veículos, tipógrafos, gesseiros, fundidores, carpinteiros de Ribera, marinheiros e foguistas, Federação de Construções, caldeireiros; no total 5 federações que englobam' 53 sociedades, uma (sic) Federação de Ofício com 4 sociedades e 41 sindicatos".¹¹

Não se precisa de muita perspicácia para perceber que o divisor de águas não passava pelo tipo de ofício. Em alguns casos pode-se defender a teoria "do que chegou primeiro". Os centros socialistas de Junín, Pergamino, Mendoza y Posadas, organizaram os sindicatos do lugar. Porém, a ausência em 1905 de sindicatos socialistas em Rosario, a "Barcelona Argentina", não significa que os anarquistas foram os primeiros a organizar os sindicatos locais. E realmente na grande greve da Refinaria de Açúcar em 1901, havia socialistas e anarquistas. Em Córdoba, ao contrário, encontramos uma federação local anarquista, porém anos mais tarde o sindicalismo cordobês, segundo as palavras de O. Pianetto, estava nas mãos dos socialistas.

Às vezes é importante o lugar do trabalho. Assim, o porto' de Buenos Aires e de muitas outras cidades é território anarquista, e igualmente o transporte para o porto e os armazéns. E grande parte parte dos conflitos trabalhistas será aí desenrolada e, também, é onde atuará o sindicato patronal.

Não obstante, em linhas gerais, não havia grandes diferenças entre os ofícios dos filiados anarquistas ou socialistas. Há alguns que são representados em ambas centrais, outros há' que mudam de central como veremos mais adiante, e dos sindicatos socialistas mais da metade passaria em 1906 ao "sindicalismo".

Da mesma forma estavam ausentes em 1905 de ambas as centrais os ferroviários, os trabalhadores dos frigoríficos (com exceção dos abatedores de porcos) e os trabalhadores dos moinhos de farinha. E estavam escassamente representadas as indústrias do Interior, ainda que os sindicatos do Interior poucas vezes mandavam representantes aos congressos.

Depois de 1906 torna-se muito difícil localizar os sindicatos socialistas, pois estes passam a atuar juntos aos "sindicalistas" na UGT e na CORA e La Vanguardia perde o interesse pelo sindicalismo, silenciando sobre os congressos da UGT de 1906 e da FORA do mesmo ano.

Todavia é importante identificar os sindicatos socialistas na medida em que encontramos autores que pretendem estabelecer uma correlação entre os sindicatos socialistas e a aristocracia operária sem uma fundamentação coerente com a documentação. Vejamos inicialmente a afirmação de Spalding ao comentar o fracasso do socialismo argentino na sua tentativa de incorporar em suas fileiras as sociedades gremiais, o qual em 1909 "pode reunir somente quatro agrupamentos: gráficos, metalúrgicos, ferroviários e mecânicos, todos os quais podiam chamar-se grêmios aristocráticos".¹²

Da mesma forma D. Rock: "(...) o PS atraiu ao seu seio principalmente grupos de operários que gozavam de um status aristocrático, como os maquinistas e foguistas do La Fraternidad e outros grupos muito especializados, que contavam com as melhores condições de mobilidade social e aburguesamento".¹³

E ainda J. Vazeilles: "(...) A preponderância ideológica da classe média profissional era inevitável: a aristocracia operária marcava a mesma tendência social, só lhe faltava desenvolvimento (...)

De maneira que ao descrever as proposições do PS se abarcam os dois grupos, unidos por um mesmo ideal de vida e sentindo-se expressado em quase igual medida por essa ideologia".¹⁴

Em 1906 encontramos na FDRA uma seção dos ferroviários e o sindicato de Artes Gráficas, sendo que neste mesmo ano não encontramos estes ofícios na UGT.¹⁵ Em 1907, no primeiro Congresso de Fusão, estava a União Gráfica representada pelo socialista chileno Luis Recabarren, e mais os sindicatos de torneiros de madeira, curtidores, gráficos de San Nicolás e operários em vime, que pelos seus representantes deviam ser socialistas. Concorram ainda a este Congresso o sindicato de ferroviários do sul, anarquista, e completando o quadro, outra seção ferroviária autônoma de Mendoza.¹⁶

Em 1909 no Congresso que fundou a CORA, estavam a Federação Gráfica, os torneiros de madeira de Oddone, operários em vime, bronzistas, fundidores e modelistas e o sindicato autônomo de eletricitistas, representado pelo socialista Cúneo. Não concorreu nenhuma seção de ferroviários.¹⁷

Entre os três delegados eleitos pela CORA em 1914 para realizar a unidade com a FDRA, não encontramos nenhum socialista e por isso 4 grêmios socialistas votaram contra a unidade, mostrando não estarem de acordo com os métodos utilizados pelos "sindicalistas" e anarquistas; são eles a União Gráfica, os barbeiros e cabelereiros, confeiteiros fundidores e modelistas.¹⁸

Em 1918 o PS se reuniu em Avellaneda e aí calçou a estratégia sindical socialista:

"Que el deber de todos los afiliados es pertenecer a sus respectivas organizaciones gremiales.

Que en ellas debe propiciar el más absoluto alejamiento de toda tentativa de embanderar las organizaciones en el 'comunismo anárquico', en el 'sindicalismo revolucionario' y en cualquier partido político".¹⁹

A julgar por uma votação no XI Congresso da FORA "sindicalista" em 1921, os socialistas haviam aumentado bastante sua representação na central: 60 delegados apoiaram a aceitação das credenciais do "político" Augustín Muzio, contra 107 votos negativos dos "sindicalistas".²⁰ Nesta época o domínio sobre o movimento operário organizado argentino se reduzia na prática à influência sobre um sindicato só, a União Ferroviária, que contava com mais filiados que todos os outros juntos e, então, nas mãos dos "sindicalistas", e a partir da metade da década da 30 nas dos socialistas.

Do que temos exposto até agora pode-se concluir que:

1. Para os anos anteriores a 1915 é difícil estabelecer uma equação entre o tipo de ofício ou indústria e a ideologia sindical professada.
2. Não se pode falar nesta época de uma aristocracia operária socialista, já que anarquistas e "sindicalistas" também organizaram os operários nas mesmas atividades onde se destacavam os socialistas. Poder-se-ia falar apenas de tendências que se explicitariam mais tarde.

Neste sentido nos parece sensato concordar com Solomonoff: "as tendências ideológicas nas organizações primárias (sindicatos, sociedades de resistência), medidas em termos de sua filiação em distintas organizações secundárias (as centrais rivais), são uma função direta das orientações de suas respectivas elites dirigentes".²¹ Ora, todavia isto resolve ainda apenas em parte a problemática planteada: Por que as elites dirigentes eram predominantemente anarquistas até 1915 e por quais motivos muitos operários lhes davam seu voto de confiança?

III.1.3: Os Socialistas e a Greve Geral.

O debate e a prática da greve geral revolucionária, deu bastante dor de cabeça aos socialistas e como disse R. Walter: "acentuava sua postura intermédia (middle-of-the-road posture), em um período de polarização crescente. Ainda que os socialistas se opusessem às ações dos empresários e governos e simpatizassem com as demandas dos trabalhadores, não podiam aceitar a greve geral (...). Arguíam que a greve geral teria pouco valor a longo prazo e serviria como desculpa para a repressão governamental".²²

O PS se encontrava em um dilema: contestar frontalmente os detentores do poder ou continuar procurando os meios não violentos para as mudanças, principalmente as soluções a nível jurídico e econômico através do parlamentarismo e ainda acoplar-se às tendências que vinham se manifestando no interior do Estado argentino por obra dos reformistas.

Assim nas raras ocasiões em que o PS adere à greve geral, ele o faz como protesto contra a violência e arbitrariedade do governo e do empresariado e não como ato de ocupar o espaço público manifestando o contrapoder dos trabalhadores explorados, e menos ainda como exercício revolucionário de preparação para o dia do cataclisma universal. Seu protesto era mais contra a política criolla do Estado ou contra a polícia que contra o sistema capitalista em si.

Em seus programas mínimos e manifestos eleitorais dos anos 90, o PS não fala de greve geral nem tampouco do direito de exercício da greve. Só a partir de 1900 trata do tema em seus congressos, mas porém não o inclui em seus programas. Neste mesmo ano emite a seguinte declaração: "As greves: o Partido não prestará seu apoio às greves que se declaram, sempre que as sociedades que as iniciarem não estiverem em condições de afrontá-las".²³

É por ocasião da greve geral declarada na Capital em novembro de 1902, o PS assim opinaria: "Deploramos a atitude assumida por alguns grêmios ao declararem-se em greve por simples espírito de solidariedade aos trabalhadores de armazéns, estiva-dores e carreiros: atitude que tem sido determinada pela propa-ganda anarquista e é contraproducente, pois que a melhor maneira de sustentar a greve dos grêmios mencionados e cooperar com seu triunfo seria os grêmios restantes continuarem trabalhando para entregar aos grevistas uma parte de seu salário"²⁴

No Congresso Internacional Socialista de Amsterdã, em 1904, aprovou-se o seguinte mandato imperativo para a delegação argentina: "a greve geral como meio de luta econômica do grêmio e não como meio revolucionário de emancipação social".²⁵

É a UGT, que ainda era socialista, declararia em 1905 que: "a greve (...) como ato que traga como consequência a paralisação do movimento daquelas indústrias indispensáveis para a vida econômica, pode ser em determinada circunstância de lugar e tempo um meio eficaz".²⁶ Sendo que dois anos antes, em 1903, a mesma entidade havia aceitado a greve geral, todavia com algumas restrições: "pode ser um meio eficaz de luta quando for declarada com uma organização prévia que ofereça possibilidade de triunfo (...) que rechaça em absoluto a greve toda vez que for intentada com fins de violência e revolta, por considerar que longe de favorecer ao proletariado, determina em todos os casos reações violentas da classe capitalista que contribui para debilitar a organização operária".²⁷

Em 1906, já com a maioria "sindicalista", a UGT revelaria posições bem mais marcantes: "considerando que a greve é uma arma genuinamente operária e a mais eficaz para a defesa e o ataque a favor de seus próprios interesses e em detrimento da burguesia (...) o IV Congresso declara que a greve geral é uma arma superiormente eficaz e aconselha o proletariado a capa

citar-se a exercê-la, não devendo-se colocar-lhe nenhum limite".²⁸

Quando no mesmo Congresso os socialistas Cúneo e Vidal apresentaram a seguinte moção: "Que a greve geral seja considerada um meio de luta útil e eficaz para o proletariado, sempre que seja usada com as limitações que as condições de luta e oportunidade lhe imponham", foram vencidos por 2.772 votos contra 1.773.²⁹

Em maio de 1909, todavia o Comitê Executivo do PS conclama os trabalhadores à greve geral, em protesto contra a matança de manifestantes no dia do trabalho, "vítimas inocentes do chumbo de verdugos que manda o delinqüente Falcón".³⁰ E já no dia 8 é o primeiro a propor a volta ao trabalho, alegando entre outros motivos: "Que não seria razoável persistir na ação de protesto coletivo contra um governo que se empenha em considerar esta demonstração, não como uma consciente e justificada exigência do povo produtor, mas como um ato subversivo que deve ser reprimido com o emprego brutal de toda a força pública que tem em seu poder".³⁰ Enfim, o PS não conseguiu integrar-se ao Comitê de Greve, constituído pela FORA, UGT e sociedades autônomas, nem tampouco os operários "acudiram em massa às reuniões organizadas pelo PS", como propunha o manifesto socialista do dia 3 de maio.³¹

Na famosa greve do Centenário, em 1910, que foi reprimida antes de ser iniciada, os socialistas não só não colaboraram como posteriormente declararam: "Eram incendiados uma gráfica na cidade de Buenos Aires, e o local de nosso diário La Vanguardia, que respeitoso do tradicionalismo sincero de muitos cidadãos havia combatido o propósito de perturbar as festas com agitações extemporâneas".³²

Comentando a fusão da CORA e da FORA em 1915, La Vanguardia

dia se revelava: "É já motivo de satisfação e de esperança ver nossas organizações emancipadas, ainda que de forma parcial, do charlatanismo catastrófico em que se debatia constantemente na preparação de boicotes mais ou menos suspeitosos e de greves gerais, quase sempre escabeladas".³³

A presença e existência de um partido político, com uma determinada influência sobre a vida operária organizada e que preconizava ser o representante dos assalariados, é um fato que não deve ser negligenciado e merece ser analisado mais detidamente.

Parece-nos perspicaz a análise de Vazeilles quando avalia as idéias de Puiggrós e conclui que este ao falar do "papel triste do socialismo" e de seu "pecado original" (não haver sido marxistas e nem anti-imperialistas) oculta um reproche ético: "Justo e seu partido não foram o que teriam que ter sido".³⁴

E com relação ao livro de Spilimbergo, Juan B. Justo y el Socialismo Cipayo, Vazeilles observa: "O curioso é que Spilimbergo se burla do economismo normativo de Justo e da tendência de ditar normas à realidade, sem o menor fundamento e com base em 'raciocínios' totalmente incoerentes, caindo nesta interpretação essencialmente normativa da teoria e inclusive da prática socialista".³⁵

Os dirigentes socialistas que dominaram o partido através do tempo, pensaram a sociedade argentina e as classes trabalhadoras com um arsenal científico e ideológico específico e atuaram de acordo com tal.

Ainda que esporádicamente o partido mencione a luta de classes, podemos perceber que, de fato, ele não acreditava nela nesta etapa "pre-industrial" argentina. Isto é claramente evidenciado pela sua atitude vacilante ante a greve geral, ex-

pressão máxima da luta de classes antes da Primeira Guerra Mundial. Acreditamos que esta tomada de posição custou aos socialistas a perda do proletariado mais combativo do começo do século, que via o PS como um grupo modernizador de reformistas, um estorvo para a revolução, a qual era pressentida como iminente, mais com o coração que com a cabeça.

Da mesma forma tampouco os grupos mais moderados, e estes havia em abundância, viam vantagens em constituir sindicatos socialistas dependentes do PS. Estes grupos, sem dúvida, davam aos socialistas (mais que aos radicais) o seu voto nas eleições da Capital, porém -com exceção dos gráficos e alguns poucos sindicatos mais- permaneciam como grêmios autônomos, como é o caso do La Fraternidad, sem ligação formal com o partido de Justo.

Parece-nos então que o papel mais significativo que cumpriu o socialismo argentino antes de 1915, foi o de reformulador da sociedade, tanto pela implantação de leis sociais e pela defesa do consumidor, e, em última instância, o de harmonizador da relação entre o Capital e o Trabalho, tal qual os reformistas Matienzo, Indalecio Gómez etc. Quando uma pessoa ou um grupo pretendia ir além dos limites estritamente marcados pelos dirigentes do partido era logo chamado à ordem, como sucedeu com os "sindicalistas" em 1906, com o americanista Manuel Ugarte em 1913, ou com o grupo de Penelón em 1917.

E não devemos esquecer ainda o quadro que a II Internacional apresentava para a época. Os socialistas argentinos, que viam o seu país como um país de capitalismo atrasado, conscientemente se comportaram mais moderadamente ainda que as socialdemocracias européias. Ora, seus problemas com o sindicalismo foram também os problemas da II Internacional. Com efeito, esta organização se defrontava frequentemente com a oposição dos

sindicalistas revolucionários, os quais ela não podia expulsar de seu seio, porque boa parte de seu caudal eleitoral dependia deles.

A II Internacional era constituída basicamente por uma associação de partidos nacionais que concordavam entre si em bem poucos aspectos. Assim, enquanto em muitos países se proclamava a greve geral, seja contra a guerra ou pelo sufrágio universal, o partido socialista mais poderoso da época, o da Alemanha não a aceitava qualificando-a de "estupidez geral". Apenas em 1907 em Stuttgart, a Internacional chega a um acordo: "Os sindicatos devem ter liberdade para orientar a luta econômica diária, sem interferência do partido, e o partido deve ter uma autonomia similar na esfera política".³⁶

O reformismo do PS argentino, então, considerado à luz das múltiplas posturas da II Internacional, não apresentava uma singularidade acentuada. Vejamos o que diz Cole:

"Em 1914, o socialismo havia adquirido um caráter muito mais parlamentar que em 1890. A esta mudança seguiu-se, como era natural, uma diminuição da intransigência revolucionária dos movimentos socialistas afetados pela mesma mudança e, por conseguinte, uma divisão mais acentuada entre os países democráticos e os que permaneciam sujeitos a um governo absoluto(...)".³⁷

O socialismo argentino construiu seu próprio reformismo. No momento não havia que pensar em luta de classes, mas sim em afirmar a sociedade capitalista, elevar o grau da instrução redentora e proteger os consumidores. Não se encarou tampouco decididamente a luta pelo sufrágio universal, como o fez, por exemplo o partido socialista belga com as greves gerais de 1907.

E enquanto o quadro político-sindical apresentava algumas semelhanças com a França, com seu socialismo possibilista e o guesdismo perdendo sua influência ante um sindicalismo

revolucionário, ou com a Espanha, onde a UGT socialista se defrontava com um pujante anarquismo em algumas regiões, o marxismo vernáculo insistia em ver seus modelos na Inglaterra e Alemanha, ou em países com uma estrutura de agro-exportação e clima temperado semelhantes à Argentina, porém com uma estrutura social e história política completamente diversas: Austrália e Nova Zelândia.

Assim por sua postura "no meio do caminho", eleito livremente e não fruto de traições ou imbecilidades, a luta pela hegemonia sindical não se daria, a partir de 1906, entre socialistas e anarco-sindicalistas, mas sim entre anarco-comunistas e "sindicalistas", esses últimos saídos do seio do socialismo.

III.2: Os Anarco-comunistas nos Sindicatos Argentinos.

III.2.1: As Duas Vias.

Para que os anarquistas argentinos se decidessem a entrar na vida sindical, os partidários da organização tiveram que sustentar um longo debate com os individualistas que dominavam a cena libertária dos anos 90.

Os anti-organizadores publicavam nessa época uma série de periódicos como El Descamisado (1879), Révolte (1888-93), El Perseguido (1890-96) e El Rebelde (1898-1903). E por outra parte dos organizadores eram publicados: La Lucha Obrera (1884), La Questione Sociale (1885-86 e 1894-96) de Malatesta, publicada em espanhol e italiano e réplica da mesma publicação de Florência, El Oprimido (1894-97) e La Protesta Humana (1897-1903), que passou a se chamar La Protesta a partir de 1903.

La Questione Sociale era uma publicação que insistia na futilidade das diferenças entre comunistas e coletivistas e tentava sintetizar o coletivismo bakuniano organizador com o

o comunismo anárquico anti-organizador. E buscava ainda fundamentar a posição de que ser partidário da organização não significava ser menos revolucionário que os individualistas.

El Oprimido era editado pelo irlandês Juan Creaghe, médico da polícia de Navarra, estabelecido no país desde 1873. Creaghe fundou esta publicação em Luján e em 1897 a transferiu para Buenos Aires, para logo em seguida, neste mesmo ano, suspendê-la e entrar como redator em La Protesta Humana.³⁸ Este diário é que levaria a cabo a luta final com os anti-organizadores entrincheirados em El Rebelde, dirigido pelo andaluz J. Reguera.

Outro periódico importante, era L'Avvenire (1895-1903) que, segundo Nettlau, era a continuação da mesma publicação de São Paulo, Brasil, entre 1894 e 1895.³⁹

Frequentemente avaliada pelos historiadores que se referem a este período, é a ação do criminólogo italiano e orador de prestígio, Pietro Gori, que esteve na Argentina de 1898 a 1902 (havia sido condenado a 21 anos de prisão na Itália). Suas idéias com relação à organização operária seguiam a linha traçada por Malatesta, L'Avvenire, El Oprimido e La Protesta Humana, ou seja a de uma organização proletária que serviria para implantar a consciência revolucionária. O objetivo final seria o estabelecimento de uma sociedade comunista, e os sindicatos não seriam um obstáculo, mas, pelo contrário, sua prática de ação direta e de solidariedade seriam elementos qualitativos para a constituição dessa sociedade livre.

A prédica de Gori atraiu muitos intelectuais e políticos, e entre eles Pascual Guaglianone, um periodista ex-socialista diretor de Vida Nueva,⁴⁰ Félix Basterra, escritor, Alberto Ghiraldo, escritor e poeta, ex-membro da UCR e fundador da revista literária El Sol em 1897 e do Martín Fierro

rrro (1904-1905). Ghirardo foi um dos poucos anarquistas partidários da unidade operária em 1905, posição que manteve até a sua revista Ideas y Figuras (1909-1916), em 1915.

Gori atraiu ainda, entre muitos outros, E. Gilimón, pseudônimo de Eduardo García, autor em 1911 de Hechos y Comentarios, Arturo Montesano, Spartaco Zeo e Oreste Rístorí, todos deportados em 1902 pela Lei de Residência. (Quanto a Rístorí o encontraríamos logo como diretor de La Battaglia (1904-1912) em São Paulo).

Tão importante quanto a ação de Gori foi a série de 12 artigos do catalão Antonio Pellicer Paraire, publicados em La Protesta Humana entre novembro de 1900 e fevereiro de 1901, com o título de "Organização Operária".⁴¹ A idéia central destes artigos era constituída pela Teoria das Duas Vias. Vejamos esta teoria mais de perto:

"La organización puede ser y es perfectamente dualista, dividida en dos ramas paralelas (...). En nuestro caso pueden compararse a las vías férreas, que si son equidistantes una de otra, ambas son conductoras del tren (...). Así una rama de la organización obrera, que puede denominarse revolucionaria, la constituyen cuantos, plenamente convencidos, trabajan rectamente por el triunfo del ideal y otra rama que puede llamarse económica, la constituyen las masas obreras que pugnan por mejorar su condición contrarrestando los abusos patronales, no bien convencidos aún de que si los esfuerzos empleados por mejoras parciales se hicieran por la completa emancipación, con menos sacrificios y tiempo, esta se lograría."⁴²

Esta passagem é citada por Santillán y Oved, mas este último a interrompe quando começa o parágrafo: "Não muito convencidos ainda..."⁴³. Ora, esta parte faltante da citação é fundamental para complementar a "teoria das duas vias". A via econômica ou sindical é uma concessão aos débeis, aqueles ainda não convencidos da importância do trabalho revolucionário. Assim a ação que

constituiria a partir de 1901 o trabalho central do anarquismo argentino era a revolucionária; o trabalho estritamente sindical era considerado como perda de tempo frente ao objetivo realmente importante: o desaparecimento do Estado e o manejo da produção pelas organizações primárias.

O importante é que esta fórmula das duas vias funcionou: a via econômica centrada em redor da FORA e a revolucionária centrada também na FORA e em nos grupos anarquistas do La Protesta, La Batalla e mais tarde La Antorcha. Assim a seção sindical da FOA, FORA e FORA do V Congresso, sempre tiveram em conta a outra via, o "ideal", a "finalidade", e nunca entrariam pela trilha do modelo harmônico entre o Capital e o Trabalho.

De fato, Pellicer Paraire com a sua teoria das duas vias, não havia inventado nada de novo, mas apenas ressuscitava o Livre Pacto de Solidariedade Espanhola de 1889 que, segundo Nettlau, estava-se tentando reconstruir na Espanha em 1900.⁴⁴

A influência de homens como Malatesta, Gori, Pellicer Paraire, Creaghe, Ghirardo e outros, vêm demonstrar que sua propaganda contava com fatores favoráveis dentro do próprio mundo do trabalho. Existia já pelos anos 90 numerosas sociedades de resistência de índole anarquista. A prédica dos anti-organizadores (chamados nietzchianos por Nettlau), contra o débil, o solidário e o moral, a longo prazo pouco teria a acrescentar ao proletariado incipiente da Argentina.

Afirmamos anteriormente que a fórmula das duas vias de fato funcionou na Argentina. Existia, todavia, um aspecto sob o qual esta teoria que embasava uma prática, entrava em colisão com uma questão candente neste primeiro quarto de século: a da unidade operária. Com efeito o trabalho conjunto dos militantes anarquistas que publicavam periódicos, organizavam greves

e boicotes, e o trabalho dos sindicalistas, supunham a crença de ambos os grupos em um futuro libertário e em tática e estratégia anarquistas. Ora, os grêmios anarquistas ao entrarem para uma central operária para trabalhar junto a socialistas e "sindicalistas", perdiam a referência com o polo revolucionário e, de fato, eram destruídas a teoria e a prática das "duas vias". Por isso nos parece tão importante a aceitação, ou a oposição, da recomendação do comunismo-anárquico, pois constituía o fundamento do anarquismo nos sindicatos.

Muito esquematicamente podemos dizer que a opção para os anarquistas nos sindicatos argentinos era: ou aceitar a unidade operária, renunciando ao caráter anarquista dos sindicatos e indo lentamente em direção ao reformismo, ou manter a "teoria das duas vias", que se expressava pela recomendação do comunismo-anárquico que conservava o caráter revolucionário da central, mas que porém a afastava dos socialistas e "sindicalistas". Em 1915 a FORA se viu dividida frente a esta opção, e a aceitação unânime de uma ou outra postura, quiçás teria mudado a evolução posterior do movimento operário organizado na Argentina.

III.2.2: A Tese Italiana e a Espanhola no Sindicalismo Anarquista Argentino.

A "teoria das duas vias" foi extraída, como já dissemos, do Livre Pacto de Solidariedade da Região Espanhola. Todavia, na Itália, bem outra era a prática dos sindicalistas anarquistas: a de trabalhar nos sindicatos junto a outras tendências, salvando antes de tudo a unidade proletária e pretendendo ser o fermento revolucionário das centrais.

A Itália era em fins do século 19 e começo do 20, um país com uma população excedente que, devido à concentração de terras, ao baixo preço dos cereais no comércio mundial, era em sua

maioria expulsa do campo e apenas parcialmente absorvida pela indústria. Esta difícil situação acarretava ações de revolta em boa parte da população e a prática da emigração (uma forma específica de revolta). Da parte do Estado saídas eram buscadas através do expansionismo colonial e sonhos de criar a "Grande Itália" na América.

Quanto às centrais operárias e camponesas, a evolução italiana é curiosa: a partir de 1891 estabeleceu-se em Milão a primeira Camara del Lavoro, cujos estatutos eram cópia dos da Bourse du Travail de Marselha. Segundo Daniel Horowitz: "As Câmaras eram organizações paralelas às Câmaras de Comércio, com funções de coordenação entre sindicatos locais, serviços de empregos, educação e solução de disputas trabalhistas".⁴⁵ Porém, a ação das Câmaras, fechadas durante a "supressão" de 1894 a 95 e de 1898 a 99, foi precária até que em 1901 se inaugurou a età giolittiana.

G. Giolitti dominou a cena política italiana de 1901 a 1914. Foi ele que mudou a atitude do Estado italiano para com seus contestadores, apostando em sua integração e permitindo a sindicalização e o direito de greve dentro dos limites da não violência. Apresenta então assim, uma analogia com os reformistas da Argentina e com Antonio Maura da Espanha.

Em 1901 a Federação das Câmaras do Trabalho, começou a atuar como central operária, mas já nesse ano começaram-se organizar também as grandes uniões nacionais por indústria, as quais em 1902 contavam com nada menos que 480.000 filiados.

E quanto ao grau de combatividade dessas organizações cabe destacar que a disputa entre reformistas e revolucionários se dava desde o início tanto dentro da Federação de Câmaras, dentro e entre as uniões, como dentro do próprio Partido Socialista Italiano, ligado a ambas estruturas com laços informais. Sob esse aspecto teria pouco sentido para os anarquistas constituir sin-

dicatos revolucionários em contraposição a outros reformistas. Sua tática consistiu por conseguinte, em unir-se aos polos revolucionários dos socialistas e dos "sindicalistas revolucionários".

Em 1906 as uniões criaram a Confederazione Generale del Lavoro (CGL), cujo chefe, de 1907 a 1918, foi Rinaldo Rigola, partidário de organizações fortes, com taxas altas para pagar aos organizadores e reunir fundos para greves. Por sua parte as greves eram utilizadas apenas como último recurso, justamente para não gastar estes fundos. Preconizava também uma direção centrada nas uniões, e a independência dos partidos políticos.

Estas posturas reformistas eram contestadas vigorosamente pelo sindacalismo rivoluzionario, que começava a se manifestar no seio do PSI a partir de 1902, e trabalhava aliado aos setores anarquistas. Em 1912 o sindicalismo revolucionário criava uma central própria, a Unione Sindacale Italiana (USI). Todavia muitos anarquistas preferiram permanecer na CGL, para não deixar que esta ficasse completamente em poder dos reformistas.

Neste mesmo ano, 1912, o PSI era conquistada pelos elementos mais radicais, e entre eles Benito Mussolini, diretor do diário Avanti. E no interior da CGL os revolucionários também avançam, estabelecendo compromissos com os moderados com relação às greves e à intromissão do partido nos assuntos sindicais.

A entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial favoreceu os moderados dentro da CGL e do PSI. Mussolini, partidário da "guerra revolucionária" junto com os aliados, foi expulso do PSI, cuja postura não se diferenciava da da CGL, isto é, moderadamente neutra: Né aderire né sabotare.

Durante a guerra formaram-se comissões tripartitas de mobi-

lização industrial em que colaboravam o Estado, os empresários e a CGL. O impacto da Revolução Russa foi enorme, sobretudo depois do desastre militar de Caporetto. O lema então entre "sindicalistas", socialistas e anarquistas era "atuar como na Rússia".

Quanto aos anarquistas, a estadia de Bakunin na Itália de 1863 a 1867 e durante a revolta de Bolônia em 1874, havia deixado seus frutos, não tanto quanto a organizações de trabalhadores, mas quanto a cenáculos revolucionários conspirativos. A partir de 1879 os anarquistas começam a perder terreno frente aos socialistas, principalmente no norte e centro da Itália e sobretudo depois que Andrea Costa e outros passam para o marxismo.

A preferência anarquista pela conspiração e os atentados, assim como as perseguições dos governos de Crispi e Rudinì, prejudicaram o crescimento dos sindicatos anarquistas. Com a abertura giolittiana estes se achavam em franca minoria, ainda que imbuídos de grande vitalidade e criatividade. Igualmente aos anarquistas franceses, preferirão operar em conjunto com os sindicalistas revolucionários e os socialistas. Atuavam também nos sindicatos locais, não necessariamente filiados às centrais.

Parece-nos então que as diferenças entre o quadro sindical italiano e o argentino são marcantes. Na Itália encontramos:

1. Um PSI forte com bases no campo e na cidade, e no qual os setores revolucionários e reformistas estavam em constante enfrentamento, sem que até 1912 o reformismo quisesse ou mesmo conseguisse expulsar os revolucionários e vice-versa.
2. Um anarquismo em situação de minoria nos sindicatos e com tendência a participar na forma do anarco-sindicalismo, aliado ao sindicalismo revolucionário, ou ainda formando parte dele, e aliado também aos socialistas revolucionários.

3. Grandes uniões nacionais de indústrias.

Em troca, ante o reformismo extremo do PS argentino, ocorre no país do Prata o caso único no mundo de uma central anarquista que se defronta com outra "sindicalista".

Malatesta diria em 1907 no Congresso de Amsterdã : "Não estou exigindo sindicatos anarquistas, o que resultaria imediatamente em sindicatos social-democratas, republicanos, monarquistas e muitos outros e acabaria por lançar mais do que nunca a classe operária contra si mesma".⁴⁶ Também insistia frequentemente nas duas formas de trabalho anarquista, uma dentro e outra fora dos sindicatos, porém, enfatizava, não se devia impulsionar um sindicalismo nitidamente anarquista, por motivos éticos inerentes ao ideal libertário: "Os anarquistas não querem dominar a USI. Não o quereriam nem mesmo se todos os operários ligados a ela fossem anarquistas (...) Nós não queremos o poder, desejamos apenas as consciências".⁴⁷

A tese italiana parece-nos ter tido um papel importante na formação da FOA pelos anarquistas e socialistas em 1901, mesmo que esta união tenha durado apenas um ano. Em 1915, durante o IX Congresso da FORA, Augusto Pellegrini mencionava Luigi Fabbri ao conclamar à unidade proletária.⁴⁸ O mesmo Fabbri em uma polêmica com Santillán diria mais tarde: "De todos os modos, no que se refere aos anarquistas esteja-se tranquilo que estes não renegam suas idéias nem em teoria nem na prática em quaisquer organizações operárias que se encontrem".⁴⁹

Passemos agora à tesis espanhola. A evolução na Espanha de anarco-coletivismo ao anarco-comunismo e logo ao que nos parece um pseudo anarco-sindicalismo, e que cobre o lapso entre 1870 e 1939, se mostra muito interessante se confrontada com a

estrutura e as estratégias da FORA na Argentina.

Enquanto na Argentina o período de 1880 a 1916 é de relativa estabilidade política, a Espanha do período é uma sucessão de governos liberais e conservadores e golpes de Estado. E assim a vida sindical neste último país apenas se manifestava nos breves interstícios de legalidade, enquanto que por longos períodos se refugiava na clandestinidade e nas organizações locais.

Em 1868 chegava à Espanha o ex-garibaldino Giuseppe Faneli como delegado da Bakunin e da AIT, e em 1870 fundava-se a Federação Regional Espanhola (FRE). Caberia deter-se sobre a estrutura desta federação, pois segundo Romero Maura, Joll e C. Lorenzo, foi sobre este modelo que se estruturou o anarco-sindicalismo em começos do século 20.

A federação estava organizada conforme o modelo de associações locais por ofício, que unidas formavam a FRE, que por sua vez, ainda que bakuninista, era bastante centralizada e detinha amplos poderes. César Lorenzo descreve as funções da federação regional da seguinte maneira:

"A federação de seções ou FRE, seria o instrumento que permitiria a divulgação do pensamento libertário, a defesa dos interesses do proletariado e o que permitiria chegar por meio da greve geral, à sociedade nova; uma vez realizada a Revolução, asseguraria a administração e a produção no lugar do Estado e do empresariado".⁵⁰

Lorenzo afirma ainda que a Espanha "foi dividida em 5 zonas, presididas por Conselhos Provinciais que enviariam um delegado ao Conselho Federal, o qual gozava de amplos poderes".⁵¹

Este poder amplo e centralizado, nas mãos do Conselho Federal, trouxe a partir de 1873 uma forte oposição das organizações anarquistas do sul, ora, a região onde se realizara a rebelião cantonalista não apoiada pelo mesmo Conselho Federal.

Andaluzia então, será o lugar onde as idéias de Malatesta sobre a insurreição, e as de Kropotkin sobre a descentralização

administrativa e a plena autonomia dos grupos locais, encontram maior receptividade. E foi aí que se originou o anarco-comunismo espanhol. Tal fato é comentado por Romero Maura em La Rosa del Fuego:

"O anarco-comunismo como concepção geral, viria desempenhar uma função vital: a de temporalizar a Federação e retirar ' seu caráter sagrado. Os revolucionários acratas de Andaluzia já haviam experimentado a escassa utilidade de uma organização de molde sindical ao estilo coletivista, nas condições peculiares do Sul; marcê do comunismo, os sindicatos da Federação perdiam sua virtualidade de engranagens essenciais da sociedade pós-revolucionária. Com o que não havia razão humana para seguir obedecendo às ordens absurdas emanadas da Federação".⁵²

Todavia, e segundo Gómez Casas em 1882, a federação se declarava anarco-coletivista e prevenia seus filiados "contra jacobinismos e motins susceptíveis de quebrar a moral do trabalhador a travar o desenvolvimento da Federação".⁵³

O período de 1883 a 1888 é de decadência para a federação e, como já vimos, em 1889 é criada uma nova central: o Pacto de Unión y Solidaridad de caráter anarco-comunista. Já por esta época todos os anarquistas espanhóis acreditavam ser anarco-comunistas, e dizemos "acreditavam" porque na Catalunha, por exemplo, permaneciam muitos elementos do bakuninismo coletivista.

E ainda nos parece importante aclarar três tendências distintas que cobririam o anarco-comunismo: a individualista anti-solidária de Max Stirner, a praticada por grupos que se auto-organizam para conquistar seu pão e preparar a sociedade futura, sem que isto tenha que passar por organizações centralizadas como as dos anarco-coletivistas (Kropotkin), e finalmente aquela doutrina e prática que vê o trabalho sindical como útil e importante, porém sob a condição de que não obstaculize ou substitua

a ação revolucionária. (Malatesta).

O fato de que durante a década de 90, tanto na Itália como na Espanha, França e Argentina chamasse mais a atenção o anarco-comunismo individualista, com seus dinamiteiros e regicidas, não significa que não existisse uma corrente comunista partidária da organização.

O Pacto fenece definitivamente em 1896 e até a criação do Solidaridad Obrera na Catalunha e Extremadura em 1907, não havia um organismo central libertário na Península Ibérica. Solidaridad Obrera foi a base para a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) em 1910. Esta tinha fundamentos aparentemente moderados e sua organização parece uma cópia do sindicalismo francês da CGT. Parece, porque os que dirigiam a CNT eram anarco-comunistas, com exceção de José Prat, o mesmo que havia estado na Argentina e que de tanto traduzir textos do sindicalismo francês e italiano se havia feito "sindicalista".

A CNT então será a organização "sindicalista revolucionária" dirigida por anarco-comunistas. Sua estrutura, como toda estrutura anarco-sindical ou sindicalista revolucionária, começando pela CGT francesa, tem fortes raízes no anarco-coletivismo de Bakunin, tal como estava organizada na FRE. Isto era, repetimos, mais notório na Catalunha que na Andaluzia e se expressava na relação organização versus insurreição e centralismo versus autonomia regional.

A CNT foi muito mais anarquista que a CGT; e como a FORA não perderia de vista a via revolucionária - uma via revolucionária que encontraria sua expressão orgânica em 1927 na FAI, Federación Anarquista Ibérica, enquanto que a CGT bem como a UGT, CORA e FORA do Nono Congresso consideravam a si mesmas os únicos protagonistas das mudanças sociais.

E outro ponto é que, para a CNT e a FORA devia-se libertar

o explorado e não apenas o operário, pois em última instância todo mundo era vítima do sistema capitalista.

Uma diferença notória entre a CNT e a FORA era que a organização espanhola operava com o esquema do sindicato único: "todos os ofícios de um mesmo ramo industrial deviam-se agrupar em um sindicato só; não haveria mais um sindicato de pedreiros outro de serventes e outro de carpinteiros etc., mas sim um sindicato de construção".⁵⁴ A FORA que havia admitido em 1920 a Federación Regional Portuaria, desistiu de tal concessão logo em 1923, "por entender que não cabem dentro da FORA federações regionais por ofício".⁵⁵

No Congresso de Madri de 1919, a CNT reafirmava que "o comunismo libertário era o objetivo final da Confederação e que em consequência os sindicatos que não compartilham esta ideologia não teriam lugar em seu seio"; e estimava que "a UGT (socialista) não era mais que uma organização 'amarela' que havia de ser combatida, desarticulada e 'absorvida'".⁵⁶

A Unión General de los Trabajadores, a central socialista, havia sido criada em 1888 pelo PSOE (Partido Socialista Obrero Español). De acordo com César Lorenzo os socialistas espanhóis eram "muito moderados, muito prudentes e colocavam em primeiro plano a ação política e parlamentar, calcavam escrupulosamente os programas e as táticas do guesdismo, e da Social-Democracia alemã. Porém a realidade prestava pouco a seus desígnios".⁵⁷

Em 1905 a UGT contava com 57.000 filiados,⁵⁸ principalmente nos Países Vascos, Madri, Astúrias e parte de Castilha.⁵⁹

Já em 1920 atingia 211.342 filiados, sendo que a CNT nesta mesma ocasião contava com 714.028.⁶⁰

Em várias ocasiões veio à baila o tema de uma unidade entre a CNT e a UGT. Em 1919 os delegados asturianos propuseram um congresso de unidade sem condicionamentos prévios; porém os de-

legados andaluzes rechaçaram qualquer proposta de fusão, enquanto os catalões se declararam partidários da "absorção". 61

Certos paralelismos entre a Argentina e a Espanha, a CNT e a FORA e entre o PSOE e o PS, saltam à vista. Todavia reconhecemos que não devem ser levados ao extremo, dado que não somente Buenos Aires não se apresentava tão industrializada quanto Barcelona, mas também que, apesar de existir na Argentina massas rurais proletarizadas com suas diversas formas de resistência, nos engenhos, adegas, tanineras e ervatais, tais careciam de toda organização formal e os conflitos abertos e violentos só adquiriram maior significação nos inícios dos anos 20. E na Argentina de trigo, milho e gado, diferentemente da região de Andaluzia por exemplo, a expansão econômica oferecia algumas oportunidades ou saídas às classes trabalhadoras, o que funcionava de válvula de escape.

Para a Argentina e Espanha, as repressões periódicas, o partido socialista reformista, um partido radical e outro republicano em ascensão, o anarco-comunismo como tendência majoritária nos sindicatos, constituem fenômenos comparáveis e semelhantes. Contudo, em 1915, o panorama sindical nos dois países se apresentava completamente diferente: enquanto na Espanha a CNT com 15.000 membros nesse ano passa a mais de 700.000 em 1919, ou seja estava no início de um grande decolagem, na Argentina de 1915, a FORA estava no final de um caminho; ora, com a passagem de mais da metade de seus membros à central predominantemente "sindicalista", a central anarco-comunista ficará numericamente em minoria, ainda que até 1930 venha a liderar como o polo mais combativo do movimento operário, muitas lutas contra os empresários, latifundiários e o Estado.

Enfim, para resumir, na Itália o anarquismo encontrava-se em minoria e tendia a unir-se às alas revolucionárias do socialismo. E ainda havia também a influência e o prestígio de Malatesta, Gori e Fabbri que defendiam a posição de que o anarquismo não tinha que dominar os sindicatos, mas sim atuar como fermento revolucionário da massa sindicalizada. Na Espanha o anarco-comunismo era maioria, e o PSOE e a UGT não apresentavam alas combativas como o PSI, as Câmaras, a CGL e a USI. Dessa forma a "unidade" na Espanha parecia menos necessária e mais difícil de ser conseguida.

Enquanto a conservação do caráter anarquista dentro de centrais unitárias não constituía um obstáculo na Itália, segundo o testemunho de Fabbri, na Espanha, apesar e em consequência dos ensaios de colaboração, a preservação do caráter anarquista revolucionário era considerado como um problema: já vimos a oposição andaluz à unidade em 1919 e vimos também que apenas a região de Astúrias, mesma onde o anarquismo constituía uma minoria frente ao socialismo, era partidária da unidade.

Na Argentina de 1915, anarquistas como Senra Pacheco, Francisco García, Mansilla, Giribaldi, Biondi e Pellegrini optaram pela unidade adotando a tese italiana. Outros como González Pacheco, Antillí, Camilo Rodríguez, Barrera, López Arango e um pouco mais tarde Santillán, elegeram a autonomia de uma central declaradamente anarco-comunista, continuando a vida da FORA mais parecida à CNT espanhola que à da CGL e a USI italianas ou à CGT francesa.

Ora, já na FORA do IX Congresso, o anarquismo não mais se sobressaía pois os líderes que aceitaram a unidade em 1915 passaram a atuar como "sindicalistas", como o demonstra a história sindical de Biondi, Senra Pacheco, García, Giribaldi, Mansilla

e Pellegrini.

David Rock, ao falar da Semana Trágica em 1919, assinala que a FORA do V Congresso, também chamada FORA Comunista, estava formada nesta época por pequenos grupos de anarquistas espanhóis.⁶² Acreditamos que é possível pensar em uma tendência dos espanhóis se manterem na FORA anarco-comunista e dos italianos de permanecerem na FORA "sindicalista". Todavia é uma questão que mereceria uma pesquisa mais específica.

Nosso intuito, nos detendo nessa análise talvez um pouco extensa do anarquismo na Itália e Espanha, não era outro senão o de explicitar as influências de ambos países no movimento sindical argentino. E que, enfatizamos, não foram poucas, se exercendo diretamente através de pensadores como Malatesta, Gori e Fabbrì ou Lorenzo, Mella, Pellicer Paraire, Inglán Lafarga, López Arango e Abad de Santillán, e com um grande respaldo pela presença dos numerosos imigrantes italianos e espanhóis, que conservavam alguns laços com seus países de origem.

Não ha dúvida de que o posicionamento diverso de espanhóis e italianos colaborou para a divisão operada no movimento sindical anarquista na Argentina. Evidentemente -para não reduzir o caso apenas a uma consequência do enfrentamento espanhol-italiano, mesmo porque se tornavam cada vez mais numerosos os dirigentes sindicais argentinos- outros fatores dariam também a sua contribuição, tais como a crise econômica, a abertura política e a declinação das greves gerais.

III.3: Os "Sindicalistas" na Argentina.

III.3.1: O "sindicalismo" na UGT e na CORA.

Em abril de 1906 reunia-se na cidade de Junín, na província de Buenos Aires, o VII Congresso do PS, presidido por Alfredo Palacios. Na ocasião Nicolás Repetto apresentou a seguinte moção:

"El VII Congreso Socialista varía con agrado que el grupo de afiliados titulados sindicalistas, se constituya en partido autónomo, a fin de realizar la comprobación experimental de su doctrina y táctica".⁶³

Posta em votação, esta moção foi aprovada por 882 votos contra 222.⁶⁴

O PS seguia assim a sua tradição, assumida desde 1896, de expulsar de seu seio as dissidências, em lugar de entrar em uma relação dialética com elas, assim como fazia, por exemplo, o PSI até 1912 pelo menos no que dizia respeito aos "sindicalistas revolucionários".

O que havia acontecido no interior da UGT socialista para que a maioria de seus filiados fossem convidados elegantemente a se retirar do partido, juntamente com um grupo de socialistas como Julio Argentino Arraga, Gabriela de Coni, Emilio Troise, Aquiles Lorenzo e Bartolomé Bossio?

O debate anterior à moção Repetto e os editoriais do La Vanguardia, nos indicam alguns motivos para esta determinação tão drástica.

Alguns dias antes do Congresso, em 12 de abril, o diário socialista declarava: "(...) compreendendo em toda sua amplitude o moderno movimento proletário, o PS o apoia em todas as suas modalidades; porém considera como sua missão própria, específica e peculiar, a ação política e eleitoral".⁶⁵

E durante o Congresso o dirigente socialista E. Dickmann, negou a asseveração "sindicalista" de A. Lorenzo, segundo a qual o PS se encontrava "em bancarrota". Para fundamentar sua posição contrária a tal afirmação, Dickmann cita o caso da Inglaterra, "onde as organizações operárias têm, recentemente, percebido seu erro, e reagido em direção à luta política positiva e construtiva".⁶⁶

Ao apresentar sua moção, Repetto interroga os "sindicalistas": por que se quer negar a companheiros inteligentes e ati-

vos, que não são estritamente operários manuais, o direito de intervir nessa obra? (...) os mesmos sindicalistas, que censuraram o partido por sua composição heterogênea, fazem desse facto um argumento probatório de sua incapacidade para realizar uma função importante no movimento operário".⁶⁷

Findo o Congresso, o diário La Vanguardia resumiria seus objetivos: "Tratava-se de rever os princípios e a tática do Partido, postos em julgamento pela maioria de alguns agrupamentos que acreditavam estar de posse de uma nova teoria social, anunciada sob o nome de 'sindicalismo'".⁶⁸

Ora, as palavras do matutino socialista refletem, a nosso ver, o núcleo da controvérsia entre a ação parlamentar, vista como "fundamental", e a ação sindical. Se no anarquismo falava-se de "duas vias", neste debate chegou-se a reconhecer que o socialismo caminhava sobre duas pernas; só que para um número crescente de operários socialistas, a perna política ou parlamentar era uma "perna de pau".

Na realidade, os problemas entre a UGT e o PS começaram desde o momento em que o grupo socialista sindicalista saiu da FOA em 1902, constituindo um Comité de Propaganda Económico Gremial em 22 de junho do mesmo ano.⁶⁹ Este comitê que estava centrado ao redor do grupo que em 1901 se negara entregar a publicação oficial da FOA, La Organización, à maioria anarquista, criou uma nova central operária, a Unión General de Trabajadores (UGT).

E em 7 de março de 1903 a central UGT se reunia para o seu primeiro congresso. Nesta ocasião discutiu-se a possibilidade da greve geral, recomendou-se a atividade política e a legislação operária e foi enfatizada a necessidade de se criar bolsas de trabalho. Insistiu-se ainda na educação comum, na perniciosidade do álcool e na denigradora obrigatoriedade do

corte do bigode. Em suma era, antes de tudo, um programa socialista. Porém um sinal particular, por parte de uma central cujos líderes estavam filiados ao partido socialista, se evidenciava quando se fez a seguinte declaração: "Protestamos contra a malévola espécie lançada, mediante a qual quer-se fazer crer que o Partido Socialista é o organizador deste Congresso".⁷⁰

No II Congresso da UGT, em abril de 1904, reivindicou-se a jornada de 8 horas, decidiu-se pela criação de câmaras de trabalho e cooperativas de produção e consumo (nesse sentido a UGT fundaria no mesmo ano uma fábrica de cigarros, com as marcas "Alba" a 20 centavos, "Proletários" a 10 e "Porvenir" a 15), aprovou-se a arbitragem entre patrões e operários, rechaçou-se o trabalho por empreitada e recomendou-se outra vez a promulgação de uma legislação operária.⁷¹ Apesar de que nesse ano a oposição "sindicalista" começara a crescer, o conteúdo do programa não o denota, principalmente se recordarmos a posição da UGT sobre a greve geral, por nós já explicitada no item III.1 deste capítulo.

Já no III Congresso, em agosto de 1905, o panorama se apresentava completamente diferente do dos congressos anteriores e isto faz-nos supor que o "sindicalismo" já era hegemônico na central. Das resoluções tomadas é importante destacar as referentes à solidariedade operária e à ação parlamentar. Quanto à primeira declarava-se:

"Considerando que las causas que tienen distanciados a los obreros socialistas y anarquistas tienen sus raíces en escuelas sociológicas distintas (...). Que sólo las necesidades imperiosas del desarrollo industrial y proletario y una mayor educación económica y política de las masas proletarias atenuarán hasta suprimir los diferentes métodos de lucha (...), la UGT aceptará un pacto con las demás asociaciones obreras, siempre que no se perjudique su método de lucha".⁷²

Em 1902, os socialistas saíam da FOA por oposição aos anarquistas; três anos mais tarde, porém, aceitavam um pacto de unidade, que, com exceção da observação "sempre que não prejudique seu método de luta", era o mesmo pacto que a FORA havia proclamado no ano anterior. Em contraposição, o PS evoluía no sentido inverso: em 1902 não estava de acordo com a saída dos sindicatos da FOA e, em 1906, não via a necessidade de uma central única para todos os trabalhadores argentinos.

Os motivos alegados pelos ugetistas para unir as forças operárias sindicais eram, tanto "opôr-se tenazmente à aplicação de qualquer projeto de lei nacional do trabalho", quanto para resistir ao estado de sítio e à Lei de Residência. Quanto ao primeiro motivo, recordemos que os socialistas Palacios, Ugarte e del Valle Iberlucea haviam colaborado na elaboração do "Projeto González".

A resolução "Ação Parlamentar" era outro ataque profundo à hierarquia do PS, ainda que buscasse preservar o termo "luta política":

"(...) resuelve: aceptar la lucha política en el verdadero significado que ella tiene de lucha de clases; y a la acción parlamentaria en el concepto que no realiza obra efectiva revolucionaria y solo sirve para complementar la acción material y positiva que realiza el proletariado en la fuente verdadera de la explotación y dominio capitalista, o sea en el campo económico".⁷³

Os comentários dos socialistas sobre o III Congresso não podiam ser senão negativos, pois aqueles além de estarem parcialmente em desacordo com o pacto de solidariedade e totalmente contrários a essa nova visão da política com sua pouca consideração pelo trabalho parlamentar, não aceitavam também o lugar central, na teoria e na prática, da greve geral revolucionária. La Vanguardia comentaria que o pacto ideal, "uma espécie de comunhão de aspirações que refletem as necessidades de

todos os grêmios operários, não há necessidade de estabelecê-lo, existe de fato. Todos os operários associados aos seus respectivos grêmios, sejam socialistas ou anarquistas, lutam para chegar a um idêntico resultado: sua liberação paulatina, completa e definitiva do capitalismo explorador".⁷⁴ Alguns parágrafos depois a diário revelaria o motivo fundamental que julgava justificar o distanciamento entre anarquistas e socialistas: "diferenças fundamentais na apreciação da luta de classe".⁷⁵

O IV Congresso da UGT foi realizado em dezembro de 1906. Já vimos anteriormente o que se determinou com relação à greve geral. No que diz respeito à fusão operária marcou-se uma posição totalmente favorável, já decidindo-se concorrer no ano seguinte ao primeiro congresso de fusão. Os "sindicalistas" argentinos serão os campeões da unidade proletária.

Baseando-se no jornal La Acción Socialista, E. Bilsky assina la que em abril de 1907 os "sindicalistas" descartaram definitivamente toda luta eleitoral e parlamentar, "aproximando-se mais assim do sindicalismo revolucionário francês e do Sorel das Reflexões sobre a Violência".⁷⁶

No mesmo artigo do La Acción Socialista, em que se baseou o autor referido anteriormente, mencionou-se a dissolução do Agrupación Socialista, grupo este criado para coordenar a ação sindical e a propaganda. E foi rejeitada toda idéia de formulação de um programa: "nada de programas, a prática cotidiana e a ação nos sindicatos é que deve ditar o que há para ser feito".⁷⁷

Os "sindicalistas" da mesma forma que seus congêneres italianos entre 1902 e 1912 (e até mais tarde), consideravam-se marxistas, colocando a prática da greve geral como expressão máxima da luta de classes. E é importante ressaltar que os "sindicalistas" argentinos evitavam cuidadosamente, da mesma forma que na Itália, auto-intitular-se "anarco-sindicalistas", tal co

mo era conhecida a corrente sindical francesa e onde efetivamente concorreram desde o início anarquistas e socialistas.

Pensemos, ainda, que foi justamente a falta de uma ala revolucionária dentro do PS que levou o "sindicalismo" argentino, com maior rapidez que na Itália, à sua posição a-política ou anti-política.

O avanço dos "sindicalistas" nos sindicatos argentinos até 1915, não foi muito espetacular. Na realidade depois do seu "trunfo definitivo sobre os socialistas", durante o IV Congresso de 1906, suas hostes não aumentaram, e se reuniram novamente apenas em 1909, quando com a colaboração de 3 sindicatos anarquistas e alguns autônomos fundou-se a Confederación Obrera Regional Argentina (CORA).

Quantitativamente a UGT (1903-1909) e posteriormente a CORA (1909-1914), constituíam muito aproximadamente um terço dos filiados da FORA. A UGT possuía em 1906, 5.362 membros que haviam pago sua cota sindical.⁷⁸ Ora, em 1913 os membros que cotizaram à CORA, foram só 5.844.⁷⁹ Esses números merecem ser comparados com os 4 a 5.000 membros da Federação Operária Ferroviária em 1914, e os 8.378 quotizantes do La Fraternidad, também em 1914.⁸⁰ (Segundo o Boletim do DNT, o número total de sindicalizados somente na Capital Federal, era de aproximadamente 23.000 em 1907 e de 45.000 em 1913.⁸¹).

Começamos a apresentação desta corrente sindical com alguns dados concretos sobre suas primeiras atuações e não a partir de suas raízes européias, principalmente francesas e italianas. Estamos convencidos que somente as idéias, ainda que ardorosamente propagadas, não dão nascimento a organizações específicas, mas sim que estas correspondem a um espaço e a uma necessidade social existentes. No que se refere ao caso por nós tratado, esse

espaço existia, já que entre o socialismo, o que havia caracterizado a sociedade argentina como pre-industrial e por isso raramente participava de uma estratégia de confrontação direta, e o anarquismo, que subordinava a atividade sindical à revolucionária, existia uma brecha através da qual começava a despontar o "sindicalismo". Esse espaço "sindicalista" deve ser definido e se apresenta muito mais complicado que um simples meio-termo entre o socialismo reformista e o anarquismo insurrecionista. A partir de 1907, os "sindicalistas" se encontram muito mais perto da FORA que do socialismo justista. Acreditamos, então, que aquilo que os distinguia fundamentalmente dos anarquistas nos sindicatos, era seu caráter estritamente obreirista, o qual ante a falta e a rejeição de uma outra via de controle ideológico, possibilitava o diálogo com o Estado (apesar do caráter apolítico do "sindicalismo"), especialmente quando este, a partir de 1907 e 1916, começava a mudar sua concepção global sobre a sociedade, a classe operária e o movimento operário organizado.

Apesar das influências estrangeiras, são notórias no processo de constituição do "sindicalismo", num primeiro momento, sua atitude anti-parlamentarista e seu anti-politicismo. Num segundo momento começa a adquirir relevância sua oposição a todo tipo de definição ideológica, como por exemplo a recomendação do comunismo anárquico, que caracterizou a FORA a partir de 1905. E isto porque, em primeiro lugar, o "sindicalismo" estava cada vez menos interessado no debate teórico que dividira o proletariado (a unidade pela unidade); e, em segundo, porque queria ter as mãos livres para decidir fazer em cada circunstância o que lhe parecesse oportuno. Esse pragmatismo evitava institucionalizar determinadas práticas e permitia uma mudança rápida de tática, quando a situação política ou social mudava.

Os "sindicalistas" argentinos vislumbraram acertadamente que sua força residiria na unidade proletária, constituída sobre a base do apoliticismo, do a-ideologismo e do pragmatismo.

A auto-anulação da CDRA como sigla em 1914 e a unidade parcial alcançada em 1915, tiveram como consequência a hegemonia do "sindicalismo" na vida gremial argentina até meados dos anos 30, alcançando sua máxima expressão na União Sindical Argentina fundada em 1922.

III.3.2: Os Teóricos do "Sindicalismo".

Temos frequentemente nos referido à corrente em questão como "sindicalismo", e isto merece uma observação: as aspas têm sido usadas apenas para chamar a atenção de que não se trata de qual quer tipo de sindicalismo.

Já dissemos anteriormente que, da mesma forma que ocorria na Itália, os "sindicalistas" argentinos nunca se viram como "anarco-sindicalistas", apesar de sua proximidade e seu parentesco com esta corrente francesa, onde Pelloutier, Pouget e Delesalle atuavam junto a líderes sindicais socialistas. A denominação "sindicalista revolucionária", pode ser defendida para o primeiro decênio da vida "sindicalista" (1905-1914); porém ao deixar de lado a prática da greve geral e outras ações diretas, e ao entrar por um caminho de diálogo com o Estado (radical), tal vocabulo nos parece menos adequado.

A difusão do pensamento "sindicalista" na Argentina começou a partir de 1902, e teve como fatores as viagens à Europa de Araga, Ingenieros e de Coni, a visita em 1903 do colaborador de Arturo Labriola, Walter Mocchi e publicações tais como L'Avanguardia Socialista, La Vie Ouvrière, Il Devenire Sociale, L'Internazionale, Le Mouvement Socialiste ou La Bataille Syndicalis

Em 11 de julho de 1905, apareceu o primeiro número de uma publicação "sindicalista" chamada La Acción Socialista (1905-1910). Neste exemplar foi apresentado um manifesto assinado por "Os Cooperadores", que não são outros que os fundadores do periódico, ou seja E. Troise, J.A. Arraga, B. Bossio, A. Lorenzo e G. de Coni - grupo de intelectuais socialistas que seriam expulsos do partido socialista no ano seguinte. Nesse manifesto de 1905 dizia-se:

"La observación del movimiento socialista universal permite comprobar que existe una desviación bien definida en la acción general del Partido de la verdadera lucha de clases, hacia medios y procedimientos que confunden en los trabajadores la noción clara del problema social y de la irreductibilidad del antagonismo de clases, que caracteriza el actual sistema de producción".⁸³

Continuando, os "cooperadores" reproduziram ainda um programa de 7 pontos, em que se insistia na luta de classes, na ação direta "desenvolvida por um proletariado independente de toda tutela legal", na superioridade e caráter revolucionário do sindicato, no caráter subordinado do trabalho parlamentar, na "negação do Estado como órgão social e universal" e no papel do parlamentarismo que "no processo revolucionário é o de agente de crítica e descrédito da instituição política do regime capitalista".⁸⁴

Além dos artigos de Troise, Arraga, de Coni, Bossio e Lorenzo, o periódico publicou textos de autores como Pouget, Lagardelle, Griffuelhes, Peloutier, Labriola e Sorel. (E para aqueles que conseguissem 5 assinaturas para o La Acción Socialista, eram oferecidos como prêmios o El Porvenir Socialista de los Sindicatos de G. Sorel, e o Reformismo y Revolución Social de A. Labriola).⁸⁵

Um grande colaborador na difusão do pensamento "sindicalista" foi o socialista italiano Walter Mocchi, jornalista do Avanti e

L'Avanguardia Socialista. Em 1903 ele utilizou as colunas do La Vanguardia para expor o pensamento "sindicalista-revolucionário".⁸⁶ De Mocchi sabemos que era um empresário teatral e que em 1902 financiou a publicação do L'Avanguardia Socialista, dirigida por seu amigo Arturo Labriola.⁸⁷ No ano seguinte o encontramos ao lado de Labriola no Congresso de Brescia e em 1904 na Bolonha, e sempre com uma posição contrária à ala moderada do PSI, nessa época nas mãos de Ferri e Turati.⁸⁸

Alceo Riosa nos dá algumas notícias sobre Mocchi e sua atuação política. Segundo o autor o empresário teatral dizia que: "para os anarquistas a questão social é fazer uma insistente ginástica agitadora insurrecional, como meio para adestrar a massa para a suprema batalha". Em troca, continuava, existiria para o sindicalismo a convicção de que a revolução era um longo processo, que se manifestava contemporaneamente à "formação da nova estrutura social, que funda os sindicatos como órgãos estáveis da produção socialista".

Riosa afirma ainda que ante a acusação de sorelianismo por parte dos reformistas, será Mocchi quem precisará a natureza do vínculo entre o "sindicalismo revolucionário" italiano e o pensamento de Sorel. Dizia Mocchi: "Dele (Sorel) tomamos o conhecimento seguro de que (...) das vísceras do sindicato, produto específico do proletariado, e não do parlamento burguês, nascerá o socialismo". Porém em seguida acrescentava: "tomamos de Sorel apenas esta parte que contém o imortal e sempre renascido pensamento de Marx".⁸⁹

Outra estrangeira, a francesa Gabriela de Laperrière, casada com o médico argentino Emilio Ramón Coni, daria também a sua contribuição. Em 1905 escrevia:

Presentimos errores en nuestro propio partido, pero cuáles? ...un vago temor se apodera del que piensa (...) Para el proletariado la lucha parlamentaria, tan cortés, tan burguesa,

tan desigual como número, tan desalentadora como resultado, lo impulsa a llevar a otro terreno su lucha de clases".⁹⁰

Esse terreno diferente era para Gabriela de Coni o sindical. Feminista e pacifista, Gabriela formava parte do Comitê Executivo do PS, até que foi expulsa no Congresso de Junín. Em 1904 lutou ao lado das mulheres na greve da Fábrica Argentina de Almagatas, cujas operárias tinham-na elegido para sua representante, e o mesmo haviam feito as costureiras da cidade de Córdoba.⁹¹

Um outro propagandista "sindical", igualmente Coni expulso de Junín, foi o advogado Julio Argentino Arraga. Segundo Bilsky, Arraga fêz várias viagens à França, e "depois de uma viagem, deu uma série de conferências onde foram apresentadas as posições do El Porvenir Socialista de los Sindicatos".⁹²

Em 1918 o advogado procurou sintetizar a concepção do "sindicalismo", afirmando, entre outras, as idéias seguintes:

"Los socialistas políticos y anarquistas comunistas, no tienen nada que ver con el 'movimiento obrero autónomo'; el partido no tuvo valor moral suficiente de romper todo vínculo, toda relación con el orden burgués y haber venido, sin ambiciones personales a ponerse desinteresadamente al servicio de la clase obrera. A servir a ésta sin pedir nada. Los intelectuales políticos y anarquistas, que viven fuera de la vida del trabajo, critican siempre al sindicalismo porque carece de una finalidad histórica. No ven que la vida tiene una orientación y una filosofía que una vez intuita, aparece y se precisa en la fuerza motriz que la dirige y orienta, sin ideologías, sin construcciones de sociedades futuras".⁹³

Se Sorel, na França, dirigiu seus ataques contra o parlamentarismo socialista, e resgatou os anarquistas como os mais capacitados para encabeçar a luta de classes, e se Labriola, na Itália, dirigiu-se contra o setor reformista do PSI, Arraga repartiu seus golpes de sabre equitativamente entre os socialistas políticos e anarquistas sectários. Estas duas correntes e-

ram, para Arraga, intelectualistas, isto é, "buscavam na razão que raciocina a orientação que deviam encontrar na vida".⁹⁴ E eram também incapazes de compreender "a verdadeira realidade social", porque ao verem "uma fato, lembram o que já sabiam de le; o que haviam aprendido com os autores".⁹⁵ Enfim, recriminava nos anarquistas sua convicção de que o sindicato limitava sua ação apenas à consecução de "simples melhoras imediatas", em lugar da organização transcendente cuja finalidade se ria a luta de classes.

São recorrentes em Arraga os conceitos de "vida" e "intuição", o que revela sua leitura de um Sorel bergsoniano.

Essa mesma filosofia da "vida" e anti-intelectual pode ser encontrada num artigo, assinado por "Operário", no periódico La Acción Obrera:

"El mejor libro es la acción y el mejor maestro la vida. (...) nosotros los obreros nos podemos bastar y la acción y la lucha continua nos irá haciendo más capaces y más diestros también y nos irá enseñando que clase de conocimiento necesitamos para resolver nuestros problemas con acierto y eficacia, y no los conocimientos teóricos tomados en los libros sin objetivos para su aplicación, deformando nuestra mentalidad con lecturas estériles creyendo que con repetir lo que otros han escrito, nos hacemos más apto para la lucha por la vida. Todos somos capaces para iniciarnos en la lucha; ésta nos irá preparando, dándonos los conocimientos necesarios para ir resolviendo los problemas que nos plantea la lucha.

La vida para comprenderla hay que vivirla. Hay que arrojar-se al agua para aprender a nadar".⁹⁶

Ora, podemos perceber que aqui está prefigurado o "alpargatas sim, livros não" do peronismo. E podemos ver também a rejeição de uma vanguarda pensante, como no caso do anarquismo e mais tarde do trotskismo. No caso do "sindicalismo" essa vanguarda poderia ser substituída por uma política estatal que fizesse propostas convincentes para estes enamorados da Praxis, e que lhes falasse a partir de um campo ideológico que os "sin

dicalistas" sentissem como comum; ainda que isto, em princípios do século, não passasse pela cabeça daqueles sorelianos, que em 1911 ainda rejeitam firmemente qualquer aproximação com o Departamento Nacional do Trabalho.⁹⁷

Ricardo Falcón marca a presença de outro socialista no debate sobre as idéias de Sorel na Argentina, a de José Ingenieros. Este filósofo argentino abandonou o partido socialista em 1901 e, relata Falcón, numa viagem à França editou um livro: La Legislation du Travail dans la Republique Argentine, onde assumia a defesa do Projeto González, e analisava a crise do marxismo e do pensamento socialista. Falcón assinala que "segundo Ingenieros, o marxismo encerra uma contradição inssolúvel; por um lado, o determinismo e o evolucionismo de sua doutrina histórico-social e, por outro, o fato de pregar a agitação revolucionária e de anunciar a iminência de uma revolução sangrenta". Entre os que superariam esta contradição estariam, segundo Ingenieros, Sorel com sua crítica ao dogmatismo e também valiosas contribuições de Labriola, Loria, Croce e Bernstein, no seu afã de purificar a doutrina de Marx.⁹⁸

As seguintes obras "sindicalistas" foram por nós encontradas numa listagem da biblioteca do La Acción Socialista de 1907:

- Labriola A. Reformismo y Revolución Social.
Parlamentarismo e Riformismo.
Sindacalismo e Riformismo.
- Leone E. Il Sindacalismo Rivoluzionario.
Che é il Sindacalismo?
- Lagardelle H. Azione Pratica e Sindacalismo.
- Pouget E. El Sindacalismo.
Las Bases del Sindacalismo.
- Pelloutier F. Sindacalismo e Rivoluzione Sociale.

Sorel G. El Porvenir Socialista de los Sindicatos Obreros.
La Sciopero Generale e la Violenza.

Fonte: La Acción Socialista, 16-9-1907.

Bilsky também nos oferece em apêndice uma relação das obras de Sorel difundidas na Argentina:

1906: El Porvenir Socialista de los Sindicatos Obreros, Valencia, F. Sempere.

Insegnamenti Sociali dell' Economia Contemporanea, Milano, Sandron.

1907: La Sciopero Generale e la Violenza. Folheto publicado por primeira vez no Il Devenire Sociale.

1908: Introduction à l' Economie Moderne, Paris, G. Jacques.

Las Ruinas del Mundo Antiguo.

Considerazioni sulla Violenza, Bari, Laterza, 1908.

Fonte: Bilsky, La Diffusion..., art.cit.p. 19.

Podemos constatar, então, que o pensamento de Sorel, Labriola e demais autores "sindicalistas" era amplamente difundido na Argentina, o que ficava à cargo principalmente, desde 1905, do grupo de intelectuais da La Acción Socialista, e, a partir de 1910 do La Acción Obrera.

III.3.3: A Especificidade do "Sindicalismo" Argentino.

A Itália foi, sem dúvida, o país onde mais se desenvolveu o debate historiográfico sobre o "sindicalismo revolucionário". E, todavia, não se chegou ainda a um acordo mínimo, nem sequer sobre o significado histórico da obra de Sorel.

Gregorio De Paola, num artigo sobre o pensador francês, "Georges Sorel, da Metafísica ao Mito", chega à conclusão que: "Com efeito, propor a fusão entre marxismo e proletariado significa sempre, para Sorel, pôr esse último em condições

de utilizar os espaços históricos que se vão abrindo à luta de classes. Decerto o sentido último dessa operação era pago com a redução do marxismo à ideologia, e o marxismo-mito marcava em toda sua amplitude, a cisão com o marxismo-ciência. (...).

No fundo da adesão de Sorel ao socialismo, em última instância estava uma profunda intuição histórica: ele percebera 'que o socialismo é a única, se não a necessária, solução para a fratura produzida na sociedade pelo desenvolvimento' do capitalismo, do maquinismo e da ciência. A luta de classes (...) restou sempre para ele o instrumento fundamental para a superação dessa fratura e para a 'formação' do proletariado".⁹⁹

Em outras palavras, se a luta de classes é o central na teoria marxista, Sorel, e com ele os sindicalistas revolucionários italianos e argentinos até 1914, eram marxistas.

Contrastemos o enfoque de De Paola com o de Gian Maria Bravo: "Equivocadamente o sindicalismo revolucionário foi identificado com um 'marxismo vivo', contraposto à estereotipada vulgata dos partidos socialistas da I. Internacional".¹⁰⁰ Esta afirmação de Bravo está baseada na postura de que o partido toma um lugar central na concepção de Marx, Engels e Lênin. Dessa forma negar a necessidade de um partido político revolucionário é sinônimo de abandonar o marxismo.¹⁰¹

Ainda no plano teórico, talvez seja útil citar Dora Marucco autora que pretende desvelar o solo social onde floresceria o sindicalismo revolucionário:

"De imediato parece que o sindicalismo revolucionário (...) pressupõe a presença de fortes tensões sociais, uma situação econômica caracterizada pelo predomínio da pequena e média empresa, incapazes de coligar-se, e da relevância de áreas ou bolsões subdesenvolvidos e portanto a existência de um subproletariado; pressupõe por outra parte um alto grau de compromisso das forças políticas e sindicais de esquerda com o poder político e econômico".¹⁰²

Vejamos se esta análise é aplicável ao "sindicalismo" argen

tino e sigamos o "desvelamento" de Marucco por partes.

Em primeiro lugar, se substituirmos "sindicalismo revolucionário" por "anarquismo", a proposição não seria igualmente válida? Em segundo lugar parece-nos aplicável sim ao caso italiano, porém não ao argentino: a Federação Operária Marítima ou a União Ferroviária, não eram grêmios representativos dos trabalhadores dos "bolsões subdesenvolvidos" ou pequenas e médias empresas. Para o caso argentino resta, portanto apenas a coincidência no tempo de um Estado disposto a negociar com a classe operária e integrá-la e o aparecimento do "sindicalismo".

As análises italianas estão influenciadas também pelo fato histórico da integração do "sindicalismo revolucionário" ao fascismo. Isto é evidente na passagem seguinte de Bravo:

"Como consequência da falta de um exame totalizante da realidade econômica, política e social, o sindicalismo nega violentamente -sobre a base de sua herança proudhoniana- a concepção de classe e o conflito de classes, admitindo em seu lugar uma representação mais ampla da 'massa trabalhadora' ou ainda mais genericamente, a de um proletariado indiferenciado que coincide com a 'massa oprimida', com todas as suas lutas particulares pela pura sobrevivência".¹⁰³

Concordamos que faltava ao "sindicalismo" argentino também um "exame totalizante da realidade econômica, política e social", e isto pode ser notado na declaração de 1907 "nada de programas a prática cotidiana e a ação dos sindicatos", ou, nas palavras de Bernard durante o congresso de fusão, ainda no mesmo ano: "a teoria parlamentar socialista, muito bonita; a ideologia anarquista, bonita também, não valem nada, absolutamente nada frente à organização sindical dos operários"¹⁰⁴

Ora, que o "sindicalismo" argentino, e possivelmente também o italiano, "negava violentamente a concepção de classe e o conflito de classes" e de que representava a "massa trabalhadora" ou um "proletariado indiferenciado que coincide com a 'massa o-

primida", não nos parecem ser de nenhuma maneira as suas características específicas. O "sindicalismo" argentino era clasista e até 1915, pelo menos, falava de luta de classes. Enquanto os anarquistas se faziam representar por intelectuais nos seus congressos, admitiam em seus sindicatos proprietários de um ou dois carros ou donos de táxis, e pensavam seriamente em admitir na FORA os arrendatários, os "sindicalistas" jamais admitiriam sindicatos que não fossem estritamente composto por operários. Iguamente a identificação com uma massa oprimida corresponde, na Argentina, a conceitos anarquistas e não "sindicalistas", e neste sentido os "sindicalistas" argentinos eram muito mais marxistas que proudhonianos.

Estas considerações valem mais para o "sindicalismo" em sua primeira década de existência na Argentina que para o período posterior a 1915. Porém, se depois de 1916, os "sindicalistas" dialogavam com o governo yrigoyenista, eles o faziam, a nosso ver, antes para obter melhorias econômicas setoriais, que por

falta de uma auto-identificação classista. Não estamos convencidos que o radicalismo tenha cooptado o "sindicalismo" como às vezes, é levianamente sugerido. O que estamos em condições de demonstrar neste trabalho, é que foi sobretudo no setor "sindicalista" que as mudanças operadas no Estado argentino alcançaram um impacto maior.

Por fim, caberia ainda analisar as diferenças entre o anarcocomunismo argentino da FORA e o "sindicalismo" da UGT-CORA.

As duas correntes colocavam a greve geral no centro de sua estratégia sindical (os "sindicalistas" pelo menos até 1914, ou teoricamente até começos da década de 20). E a organização sindical de uma e outra também não diferiam substancialmente, com os sindicatos por ofício, as federações locais, regionais e um Conselho Diretivo; só a partir de 1915 a FORA do IX Congresso

passaria a aceitar, com mais facilidade que a FORA do V Congresso, a federação por indústria ou ramo de atividade.

Tampouco acreditamos que as considerações sobre a sociedade futura constituíam uma divisória entre elas: para os anarquistas associação de produtores livres e para os "sindicalistas" a conquista dos meios de produção pelos sindicatos.

Em troca pareceu-nos que o ponto de ruptura estava no obrerismo da UGT-CORA e na presença constante de militantes não-operários na FORA. Na primeira UGT, a fiscalização do PS foi um espinho cravado nos olhos dos "sindicalistas". Mas a FORA também tinha um grupo fiscalizador da pureza doutrinária e das estratégias corretas a serem seguidas. Este grupo se manifestava no La Protesta no La Organización Obrera e seus integrantes percorriam os lugares de conflito organizando a resistência operária em nome do anarquismo. Naturalmente os que estavam mais livres para estas atividades eram os intelectuais como González Pacheco, Giribaldi e Barrera. Rápidamente os "sindicalistas" aprenderiam esta lição com os anarquistas, acorrendo também aos lugares de conflito; só que seus viajantes eram operários como Margutta ou Tortorelli, sustentados pelos sindicatos.

Os dirigentes gremiais "sindicalistas" evoluíram em direção a um crescente pragmatismo, demonstrado por suas atitudes assumidas ante a Semana Trágica (1919) a Patagônia Rebelde e os levantamentos do Chaco (1920-1921) e o golpe de Uriburu (1930). Já que o que interessava era a "realidade", a que podia e devia ser apreendida sem mediações racionais, a teoria da luta de classes e a prática da greve geral, podiam facilmente ser deixadas de lado em prol das melhorias imediatas da classe operária. Estes elementos, em 1915, apenas se insinuavam, não se manifestando ainda claramente. Os "sindicalistas", antes do governo de Yrigoyen, participavam ativamente das greves gerais (em 1910

na ocasião do Centenário, eles proclamaram a greve geral, antecipando-se à FORA, que estava em conversações com o Ministro do Interior), e praticavam boicotes a empresas hostis à classe trabalhadora. Apenas em 1914 os numerosos grêmios "sindicalistas" acorreram ao chamado do Departamento Nacional do Trabalho, acontecimento que veremos no último capítulo.

Um aspecto muito pouco analisado até agora sobre o "sindicalismo", é o seu elogio à vida, à prática e à luta, e o seu repúdio à ciência: a nosso ver, uma ruptura com o mundo do século 19, cujo cientificismo e crença num progresso indefinido eram compartilhados por socialistas, anarquistas e liberais.

Talvez sem perceber, os "sindicalistas" começavam a romper o esquema de Sarmiento da "civilização e barbárie", situando-se no polo da barbárie para atacar a civilização:

"Ha sido necesario que nosotros los bárbaros, los ignorantes lucháramos confiados en nuestros resultados y soportando degüellos, fusilamientos en masa llevados a cabo por la burguesía civilizada e instruida, presentáramos la fuerza obrera organizada, orientada y fuerte, para que aquella declarara que aquí entre nosotros tiene razón de ser el socialismo".¹⁰⁵

As características históricas da evolução do socialismo e do anarquismo na Argentina até 1915, tornaram possível a incubação de uma corrente "sindicalista", que sairia majoritária do IX Congresso da FORA, quase à mesma época em que o yrigoyenismo conquistava a aparato estatal.

Se o apoliticismo (e já não mais o anti-politicismo) da FORA do IX Congresso e da União Sindical Argentina, permitia apenas laços informais entre o "sindicalismo" e o radicalismo, porém, em 1946, será levado à vitória eleitoral pelo Partido Laborista, dirigido por ex-socialistas e ex-"sindicalistas".

CAPITULO IV: O Movimento Operário Argentino entre 1905 e 1915.

IV.1: As Presidências de Manuel Quintana (1904-1906) e José Figueroa Alcorta (1906-1910).

A chegada de Quintana à presidência em 1904 e, mais ainda, a de Figueroa Alcorta dois anos depois, significaram uma ruptura com a linha roquista que predominava desde 1880. Com efeito, a partir de 1904, se instalaria gradualmente no país uma nova política com relação à questão social, tanto no que dizia respeito à contestação radical quanto ao movimento operário organizado.

Quintana foi o candidato de Roca "arranjado" com a intenção de deter a candidatura daquela que constituía a figura política mais destacada do reformismo, Carlos Pellegrini. Por outra parte, o próprio nome escolhido para a vice-presidência, Figueroa Alcorta, prefigurava a transmissão do poder político à linha reformista de Pellegrini, Sáenz Peña e Indalecio Gómez.

O governo de Quintana coincidiu com um boom econômico que, com pequenos altos e baixos, perduraria até 1912. Verificou-se nesta época um aumento considerável da exportação de carne congelada e, a partir de 1908, de carne resfriada, boas colheitas de trigo, milho e linho, um aumento do crédito europeu e uma grande redução da dívida externa e do déficit orçamental.¹

Esta expansão econômica foi acompanhada por uma imigração abundante que, segundo Ofelia Pianetto, já se apresentava suficiente desde 1904.² Os saldos imigratórios se alteram de 37.895 em 1903, para 94.481 em 1905, e 138.850 em 1906.

Poucos meses depois de Quintana assumir, em 4 de fevereiro de 1905, verificou-se um levantamento cívico-militar radical. A participação operária ou anarquista nesse evento tem sido muito pouco estudada. Muitos autores consideram como certa uma colabo

ração ativa dos anarquistas nesta insurreção radical. Os rumores desta aliança anarco-radical, estão presentes nas palavras de Quintana a alguns representantes diplomáticos europeus, em uma carta do representante britânico Mr. M. Haggard, e na edição do semanário The Review of the River Plate, do 17 de fevereiro de 1905.³ Contudo, se nos ativermos à informação do La Protesta na sua edição seguinte ao dia do levantamento, veremos que esta colaboração não teve lugar: "Os valentes produtores estão evoluindo no sentido da única revolução, a econômica, portanto, social".⁴ Ou então a declaração da FOA ao se posicionar sobre sua atitude ante um eventual conflito político-militar, decidida no seu IV Congresso, seis meses antes do já referido levantamento: "a FOA deve se abster de intervir até que possa realizar a revolução por sua conta", posição que foi rejeitada pelas delegacias de San Fernando, Federação Local de Junín e Operários Unidos de Santa Fe, pois estas julgavam que a "FOA deve aproveitar as revoluções para seus fins progressistas na ordem econômica e social".^{4 bis}

O que se pode afirmar é que houve contatos prévios entre Yrigoyen e certos círculos operários, e entre o caudilho radical e Alberto Ghiraldo.⁵ Mas, este é um tema que merece um trabalho historiográfico mais específico, e seria interessante indagar não só sobre o sucedido na Capital mas também em Rosario, Santa Fe, Córdoba, Mendoza e outras cidades.

Mas, enfim, participando ou não, os anarquistas sofreram em cheio a repressão desencadeada: La Protesta foi fechado, e igualmente as sedes da Confederação Ferroviária, dos carpinteiros, padeiros, pedreiros, e a Federação do Calçado.⁶ Por coincidência todos estes grêmios haviam participado de greves nos últimos meses e aproveitou-se a ocasião conturbada politicamente para a repressão ao movimento operário.

O estado de sítio declarado em fevereiro de 1905 foi renovado em maio para combater a greve geral; e mais uma vez, seria decidido em agosto, devido ao atentado do anarquista Salvador Planas contra Quintana.⁷

O resultado político mais importante da época foi, a nosso ver, o fortalecimento do governo central. A repressão ao motim de fevereiro mobilizou forças políticas e militares, declarando a intervenção em Córdoba e Mendoza, províncias que havia vários dias, estavam tomadas pelos radicais sublevados. Esta intervenção propiciou também o desprestígio de Roca, que nessa momento se encontrava em Córdoba, e cuja conclamação aos governadores do norte para que acudissem em ajuda ao governo central, surtiu muito pouco êxito. Nesta ocasião Roca tornou-se inimigo de Figueroa Alcorta.

Enquanto Quintana tentava fortalecer o governo central contra as poderosas "situações" das províncias (e principalmente contra o caudilho da província de Buenos Aires, Marcelino Ugarte, chamado de "baixinho orelhudo", apelido que teve origem num famoso estrangulador da época), o grupo político dos reformistas também ia se fortalecendo. É o caso de Pellegrini que, de acordo com Peck "unificou os partidos jovens da Capital, o Autonomista e o Republicano, e o grupo 'bernardista' (de Bernardo de Irigoyen) em uma aliança formal, a Coalizão Nacional".⁹

Em 1906, o processo de reformulação política da sociedade argentina se viu afetado pela morte de políticos de grande influência: Bartolomé Mitre, Carlos Pellegrini, Bernardo de Irigoyen e o mesmo presidente Quintana. E, segundo Natalio R. Botana, "o vazio de poder deixado por Pellegrini, seria logo ocupado por uma coalizão cambiante, que faria uso do controle institucional para dismantelar as posições roquistas".¹⁰

José Figueroa Alcorta, um advogado cordobês de 36 anos, assu

miu de fato a presidência em janeiro de 1906. Identificado com a política dos reformistas da Coalizão Nacional, começará seu governo concedendo anistia aos radicais exilados em Montevideu. E com relação à política dos governadores, estabeleceu um programa por ele mesmo chamado "reacionário", palavra que enfatizava o propósito de reagir à fraude e à arbitrariedade dos poderes locais estabelecidos. Com este programa, Alcorta tornou possível o triunfo de Emilio Civit em Mendoza em novembro de 1906, e de Carlos Sarmiento em San Juan e Esteban Adaro em S. Luis em 1907.

Uma crise política em Corrientes neste mesmo ano, leva Figueroa a responder com uma intervenção federal. Assim, em meio a esta crise, ante uma ala de opositores liderados por Marcelino Ugarte e diante do fato de possuir apenas uma pequena minoria nas Câmaras, o presidente decidiu finalmente fechar o Congresso em janeiro de 1908 e aprovar para este ano o mesmo orçamento de 1907.¹¹

Em carta a Sáenz Peña, E. Zeballos comenta a nova situação: "Fechamos o Congresso, dando a Roca e Ugarte um golpe de catapulta que os desconcertou, pois estes não acreditavam que fôssemos capazes de tanto e tinham como certo o triunfo de suas pretensões ilegítimas, por meio da imposição e renúncia do presidente". E conclui enfatizando que não havia que temer as complicações pois "temos o exército bem cuidado e mandado".¹²

O golpe branco de Figueroa atingiu os efeitos desejados, evitando o iminente restabelecimento do roquismo e a influência de Ugarte e preparando o caminho para o triunfo dos reformistas, ao organizar, de 1908 a 1910, o lançamento da candidatura de Roque Sáenz Peña para a presidência.

Dessa forma, o fechamento do Congresso em 1908 e as fissuras das "situações" provinciais, tornaram possível a aprovação da Lei de Sufrágio Universal de 1912, lei que a nosso ver teve um

grande impacto na história do movimento operário.

Já vimos que sob a presidência de Figueroa Alcorta criou-se também o Departamento Nacional do Trabalho, fato que teve uma estreita relação com outras tentativas de abertura de novos canais de participação política. A questão social tal como colocada pelo movimento operário organizado, está diretamente relacionada com o tema do sufrágio, com a questão radical e com a aniquilação do poder político elitista e fraudulento.

Por ironia da história, os dois presidentes que reestruturaram o sistema político argentino, foram também os dois maiores repressores neste primeiro quarto do século: Figueroa Alcorta e Hipólito Yrigoyen, que governaram em tempos de greves gerais e rebeliões urbanas e camponesas. O primeiro reprimiu ferreamente o movimento operário em maio de 1909 e durante o Centenário de 1910; o segundo fez o mesmo por ocasião da Semana Trágica, 1919, e dos levantamentos de peões e jornaleiros na Patagônia e no Chaco em 1920 e 1921.

IV.2: O Quinto Congresso da FORA: 26 a 31 de Agosto de 1905.

A partir da criação da FOA em 1901, os anarquistas foram-se fortalecendo cada vez mais dentro dos sindicatos argentinos. As greves gerais proclamadas pela FOA (que a partir de 1904 passou a chamar-se Federación Obrera Regional Argentina, FORA) tiveram como resposta a Lei de Residência (proclamada em poucas horas no dia 22 de novembro de 1902) e as reiteradas implantações do estado de sítio.

Como vimos no cap. II, 1905 foi o ano de criação da Sociedade União Protetora do Trabalho Livre, pelas empresas ferroviárias do Sul, Rosario, Oeste, Pacífico, Grande Oeste e Santa Fe e pelos centros de Navegação, Importadores de Carvão e Centro de Cereais.¹³ E foi também um ano de grande turbulência

social com a revolução radical de fevereiro, a declaração de uma greve geral em maio e o atentado a Quintana em agosto. Ora, a repercussão destes acontecimentos fez com que aqueles que se reuniram em agosto em Buenos Aires para o V Congresso da FORA, se sentissem no começo de um tempo novo.

Arrolamos no item III.1 os sindicatos que concorreram ao V Congresso. Vejamos agora o conteúdo das suas discussões.

A situação repressiva em que o país se encontrava desde fevereiro era um dos principais temas aí tratados, e Salvador Planas, aquele que tentara matar o presidente Quintana, era de claradamente admirado. Decidiu-se na ocasião, continuar um vigoroso combate à Lei de Residência: "pela greve geral, pelo boicote aos produtos nacionais e toda atividade revolucionária que os acontecimentos aconselhem".¹⁴

Foi adotada também a mesma resolução de proclamar a greve geral, para o caso de ser sancionada a Lei do Trabalho (Projeto González). Aconselhou-se a não se deixar levar preso sem causa justificada, devendo-se ir até mesmo à "violência trágica para por fim aos abusos policiais", e recomendou-se ainda o boicote e o label, insistindo também para que o Conselho Federal da FORA apoiasse o trabalho da Liga contra os alugueiros. Era incitada a luta pela abolição de certificados de boa conduta e supressão das listas negras patronais, e quanto às máquinas, o Congresso reconhecia que "são fatores do progresso eficiente e bem estar humanos (...) porém (...) monopolizadas pelo capitalismo, são a causa da miséria reinante"; sendo assim, recomendava-se à classe trabalhadora o estudo e a organização de suas forças "para se chegar num prazo curto à expropriação dos meios de produção".¹⁵

Nunca um congresso anarquista seria preparado com tanto entusiasmo; muitos sindicatos mandaram previamente moções para serem discutidas. O debate sobre a cooperação com outras cor-

rentes sindicais (Ghiraldo) ou a afirmação de uma orientação própria (Gilimón), havia se iniciado antes mesmo do congresso. Nesta época o La Protesta já estava substituindo o termo "anarco-socialista" pelo "anarco-comunista", e em 1905 foram publicados artigos de Kropotkin, extraídos das obras Memórias de un Revolucionário e Origen y Evolución de la Moral.

Ora, mesmo com o debate já iniciado, de todo modo é surpreendente a supressão do Pacto de Solidariedad, proclamado em 1904 pela FORA e aprovado no mesmo mês de agosto de 1905 no IV Congresso da UGT com uma formulação quase idêntica. Publicado no La Organización Obrera de 25 de agosto de 1904, este Pacto declarava na sua cláusula final:

"Nuestra organización puramente económica, es distinta y o puesta a la de todos los políticos burgueses y políticos obreros, puesto así como ellos se organizan para la conquista del poder político, nosotros nos organizamos para que los estados políticos y jurídicos, actualmente existentes, queden reducidos a funciones puramente económicas, estableciéndose en su lugar una federación de libres asociaciones de productores libres".

A maioria da UGT, então nas mãos dos "sindicalistas", não tinha problemas com este Pacto, mesmo porque em maio desse ano a FORA e a UGT marcharam juntas em protesto à repressão.

Terá sido então a euforia anarquista do momento que induziu o Congresso a abolir o Pacto e proclamar a famosa recomendação do comunismo-anárquico, maçã de discórdia pela qual se lutaria durante dez anos?

Em todo o texto do Pacto da Solidariedade nem uma vez foram mencionadas as palavras "anarquismo" ou "anarco-comunismo"; mas insistia-se na liberdade e na autonomia dos trabalhadores e em "dar mais pão, mais pensamento, mais vida aos produtores". Foram excluídos como delegados dos congressos todos os que "exercem ou exerceram cargos políticos como deputados vereadores e empregados superiores da administração".¹⁶ Como

vemos tratava-se, pois, de uma declaração de princípios muito adequada para atrair os "sindicalistas", mas contrária aos socialistas.

E eis que em 1905, a FORA declarava sem rodeios:

"Que el V Congreso reconoce inútil, ineficaz y contraproducente todo pacto solidario escrito con la Unión General de Trabajadores (...)".¹⁷

E para que tal não fosse interpretado como a exclusão dos não-anarquistas da FORA, acrescentaria que:

"Y al propio tiempo, como la FORA no tiene nada que ver con idealismos que pudieran dividir al obrero, acogerá en su seno a todos los obreros o grupos de obreros que deseen ingresar en sus filas".¹⁸

Em seguida foi apresentada pela Federação Regional de Rosario a Federação Operária Local de Santa Fe, os padeiros de Lincoln e a Federação Operária Uruguiaia, a moção abaixo, aprovada por 54 votos e 2 contrários:

"El V Congreso Obrero Regional Argentino, consecuente con los principios filosóficos que han dado razón de ser a la organización de las federaciones obreras, declara:

Que aprueba y recomienda a todos los adherentes la propaganda e ilustración más amplia, en el sentido de inculcar a los obreros los principios económicos y filosóficos del comunismo anárquico.

Esta educación, impidiendo que se detenga en la conquista de las 8 horas, les llevará a su completa emancipación y por consiguiente a la evolución social que se persigue".¹⁹

Ora, a cláusula final do Pacto de Solidariedade foi transcrita de um documento da Federação Regional Espanhola dirigido aos trabalhadores espanhóis em 1889; mas a aprovação e recomendação do comunismo anárquico foi um fato inédito na vida do sindicalismo mundial. Nem sequer a CNT a proclamaria. E não existiu na Espanha, menos ainda na Itália ou França, centrais operárias com uma ideologia tão definida.

A moção, como dissemos, partira das federações de Rosario (a Barcelona Argentina), Santa Fe (tão anarquista como Rosario) e da regional uruguaia. Em Buenos Aires, porém, encontrou uma forte oposição, por parte daqueles que defendiam a unidade, e entre eles Alberto Ghiraldo, Félix Basterra e Pascual Guagianone.

Para Oved (na parte inédita de sua tese sobre o anarquismo nos sindicatos argentinos), a recomendação do comunismo anárquico, permitiu à FORA "incorporar os adversários da linha pro-organizativa no trabalho dos sindicatos e precedeu, portanto, a unificação de todo o setor anarquista nesta atividade".²¹ Esta afirmação, porém, nos parece duvidosa, na medida em que no ano 1905 os anti-organizadores já eram praticamente inexistentes, ou, pelo menos não sustentavam, desde a extinção do El Rebelde em 1903, nenhuma publicação.

Ainda segundo Oved, as causas da famosa recomendação foram: "o pioramento da confrontação com o regime (...) que encontrou o anarquismo em um momento de elevação, sensação de força e autoconfiança" e o "surgimento de tendências sindicalistas entre os trabalhadores argentinos, associados à UGT".²² Ou seja, o surgimento de uma tendência que pretendia ser não ideológica, é que levaria justamente à FORA à ideologização.

Reflitamos sobre as observações de Oved. A primeira nos parece válida, porém não a segunda: com efeito, uma central pode atuar no sentido daquilo que a une a outras, ou no sentido daquilo que a separa ou lhe é específico. Oved não explicita a causa da oposição, apenas a constata. Na Itália e na França também surgiu o "sindicalismo", e unidos a ele na CGL e na CGT, trabalharam anarquistas e socialistas.

Nettlau menciona a influência da Revolução Russa (a de 1905, é claro!) na radicalização da FORA. E nós insistimos que a conjuntura econômica favorável, a efervescência política da época, e ainda o extraordinário crescimento da referida organização em

apenas 4 anos, tiveram também uma influência poderosa nessa radicalização e auto-definição quanto ao comunismo anárquico.

IV.3: O Primeiro Congresso de Fusão: 28 de Março a 1 de Abril de 1907.

Em 1906, em seu VI Congresso, a FORA "encarrega o Comitê Federal de acordar com todos os organismos operários da República a celebração do congresso de unificação".²³

Segundo Santillán, "as delegacias de Santa Fe se abstiveram' nesta votação". De Santa Fe saíra a iniciativa da recomendação' do anarco-comunismo, e agora se opunham a um congresso unitário. Já a UGT concordava tanto em participar do congresso, que tinha escolhido um nome para a nova central: Confederación General del Trabajo de la República Argentina. No seu IV Congresso, em dezembro de 1906, a central já havia se posicionado quanto ao tema da fusão: "a UGT, que no ano passado lançou com tão pouca' sorte a idéia de um pacto expresso de solidariedade entre as di-
ferentes organizações operárias, não pode senão acolher o proje-
to de fusão lançado pela FORA".²⁴ E acertadamente a UGT perce-
bia a grande importância do congresso para atração de numerosos
grêmios autônomos. E em dezembro de 1906, La Vanguardia publica
a recomendação da UGT para que "dentro das organizações sejam '
colocadas, discutidas e resolvidas as questões que se referam às
melhorias para os trabalhadores e se deixe a doutrina e a teor-
ria fora do grêmio".^{24 bis} Ora, esta posição não era sustenta-
da naquele ano pelos "sindicalistas", como era de supor, mas '
sim pelos socialistas. E isto as opiniões de Basilio Vidal e Ja-
cinto Oddone, socialistas participantes do Congresso, bem o de-
monstram. O que Vidal pedia para a fusão era: "a neutralidade '
sindical, base, fundamento da boa harmonia entre os trabalhado-
res", e Oddone, citando passagens de um livro de Fabbrì deduzia

que: "os sindicalistas italianos estão de acordo (...) ao regulamentar ou proibir a discussão e a crítica dos diversos critérios predominantes no movimento operário".²⁶

A greve de Rosario em janeiro de 1907, foi apoiada solidariamente por muitos sindicatos da FORA e UGT: a prática muitas vezes aproxima o que a teoria separa.²⁷

Em 28 de março de 1907 se realizou o maior congresso de operários do período pré-guerra, fosse pela quantidade de sindicatos, número de filiados, ou diversidade dos ofícios representados. La Vanguardia mencionou 118 sociedades concorrentes, 65 da Capital e 53 do resto del país.²⁸ Quatro dias antes La Protesta arrolara 135 sociedades que haviam respondido ao convite, sendo 69 da FORA, 30 da UGT e 36 autônomas.²⁹

Decidimos transcrever abaixo a discriminação dos sindicatos participantes, classificados por regiões e sociedades. A listagem se mostra significativa se comparada com outra apresentada no ítem V.1, referente aos participantes do IX Congresso de 1915; muitas mudanças se produziriam nestes 8 anos.

Associados à FORA:

Capital Federal: condutores de carros, operários do porto, peões das Catalinárias, padeiros, padreiros, uruguaios, fundidores e moldadores, modistas e alfaiates, maquinistas Bon-sack, operários do calçado, Liga O. Naval Argentina, empregados de bondes, chapeleiros, Federação de Artes Gráficas, ajudantes de cozinha, caldeiros, marceneiros, mecânicos e anexos, cortadores de calçado, carpinteiros de Rivera, macarreneiros, proprietários de 1 ou 2 carros, mosaicistas.

Rosario: alfaiates, sapateiros, oleiros, peões de comércio, estivadores, marceneiros, padeiros, pintores, ebanistas, condutores de carros, construção de carruagens, tabaqueiros, gaseiros, Liga O. Naval Argentina, trabalhadores de armazéns, empalhadores de garrações.

Santa Fe: padeiros, cigarreiros, pintores, ferreiros, moedores,

caldereiros, marceneiros, macarroneiros, ajustadores, pedreiros.

Chacabuco: carreteiros; Mendoza: mecânicos; Zárate e Salto: pedreiros; La Plata: pintores, pedreiros, operários do calçado, União Gráfica; Bahía Blanca: Artes Gráficas, ferroviários, pintores; Mar del Plata: operários do cais, ferreiros, mecânicos, padeiros Lomas de Zamora: pedreiros.

Associados à UGT:

Capital Federal: ebanistas, torneiros em madeira, escultores em madeira, latoeiros, fotógrafos, forjadores, eletricitistas, bronzistas, União Gremial Feminina, engraxates, ferradores, vimeiros, trabalhadores em junco, correnteiros, estofadores, vassoureiros, Arte Têxtil, ferreiros de construções, lavradores de pedra e granito.

Tigre: cesteiros, General Villegas, San Pedro e Baradero: Centro Geral de Trabalhadores; Lobería e Ayacucho: Centro Operário; San Isidro e La Cruz (Corrientes): UGT; San Nicolás: curtidores, seleiros; Pergamino: verdureiros ambulantes; Azul: padeiros; Posadas: Ofícios Vários.

Sindicatos Autônomos:

Capital Federal: condutores de bondes, construtores de carruagens, idem de carros, sindicatos de garçons, estivadores de galpões, Internacional de Domésticos, marmoristas, condutores de veículos, empregados de comércio, ferroviários do Sul, seleiros, Confederação Ferroviária, pintores, cozinheiros, pasteleiros, pedreiros, peões da Boca e Barracas, alfaiates, costureiras, peões da estação Once, esfoladores de frigorífico, União Peões de Comércio.

Mendoza: ferroviários, garçons, pedreiros, Tucumán: UGT, garçons, Mar del Plata: condutores e proprietários de 1 ou 2 carros; La Plata: operários do porto, empregados de comércio, garçons; Tandil: construtores de carruagens; Nueve de Julio: União Operária; Rojas: padeiros; Santiago del Estero: padeiros; Salto: carreteiros; Azul: construtores de carruagens.³⁰

No dia da inauguração deste primeiro congresso de fusão, La Protesta publica uma frase curiosa: "A sociedade operária, base

provável para a sociedade futura, deve ter em germen desde agora o porvir (...) e deve ser o elemento educativo para a vida livre da sociedade futura".³¹

Durante o Congresso mesmo pouco sucedeu: discutiu-se exaustivamente as credenciais de alguns delegados, aceitou-se com unanimidade o Pacto de Solidariedade, mas o núcleo dos debates por vários dias foi a cláusula da recomendação do comunismo anárquico. E, finalmente, em 31 de março foi submetida à votação a seguinte moção:

"Convencidos de la finalidad a que han llegado los sociólogos y pensadores modernos para conquistar la más amplia libertad individual y colectiva, el congreso recomienda la propaganda del comunismo anárquico en el seno de todas las sociedades y la difusión de todas las ideas".³²

A moção foi aprovada por 62 votos e teve 9 contrários e 38 abstenções.³³

Se compararmos a relação das filiações sindicais publicada em La Protesta de 24 de março, com a relação de La Vanguardia, daqueles que votaram pelo comunismo anárquico, podemos observar que na Capital, os sindicatos autônomos de marmoristas, condutores de veículos, ferroviários do Sul, alfaiates e empregados do comércio votaram pela declaração finalista (anarco-comunista) e igualmente os garçons de Tucumán e La Plata.

Da UGT votaram a favor os ferradores e lavradores de pedra, enquanto que a maioria de "sindicalistas" e socialistas se abstiveram de votar.

A FDRA também teve seus votos infiéis, pois abstiveram de votar os empregados de bonde, Artes Gráficas, e chapeleiros da Capital, os ebanistas de Rosario, os mecânicos e ferreiros de Mar del Plata, os pedreiros de La Plata, e Artes Gráficas e ferroviários de Bahía Blanca. E dessa forma, apesar de atuar contra o parecer de 9 sindicatos de seu próprio seio, a FDRA ganha a adesão de alguns sindicatos autônomos e ugetistas.³⁴

Ora, que motivos então levaram a grande maioria dos sindicatos do país a congregar-se por cinco dias para discutir quase como ponto único a aceitação ou não da cláusula do V Congresso? E por que, num primeiro momento a FORA chama à unidade e depois insiste em manter a finalidade ideológica (ou filosófica e econômica) da dita cláusula?

Em 1907 aceita-se novamente o Pacto; por que então a recomendação, cuja proclamação em 1905 foi consequência lógica da rejeição ao Pacto?

Depois do Congresso, o jornal La Protesta quis fazer parecer esta decisão como uma estratégia: dar uma oportunidade "aos atrasados, aos míopes" de se incorporar à FORA.³⁵ E assim o Congresso de Unificação seria na realidade um Congresso de Propaganda Anarquista. Mas, se a finalidade fora fazer propaganda, o resultado foi duvidoso, pois se ela atraiu alguns grêmios, outros foram afastados, como é o caso da Confederação Ferroviária grêmio autônomo em que havia anarquistas, socialistas e "sindicalistas, e que se retirara do Congresso antes da votação da recomendação.³⁶

Da mesma forma que em 1905, muitos militantes da FORA acreditavam que tudo o que não apontasse para a construção próxima de uma sociedade anarco-comunista, devia ser rejeitado como um elemento que retardaria o processo para atingir o objetivo final, ou seja, "conquistar a mais ampla liberdade individual e coletiva". E isto justificava seu trabalho como uma central operária. E se tal não condizia com a prática que se verificava em e entre muitos sindicatos, tanto anarquistas, como autônomos e "sindicalistas" (como em maio de 1905 na Capital, janeiro de 1907 em Rosário e outras cidades, e durante a greve de inquilinos na Capital também em 1907), era para muitos militantes de importância menor, pois "o pensamento era anárquico e para a anarquia se encaminhava". Evidentemente não queremos afirmar que os partidários

rios da autonomia anarquista através de uma finalidade declarada estavam "errados"; historicamente a FORA do IX Congresso, suprimida a recomendação, em pouco tempo passou às mãos do "sindicalismo".

Esta longa e repetitiva discussão sobre a finalidade da FORA pode parecer irrelevante ao leitor, principalmente se comparada a temas menos ideológicos, tais como processo de trabalho e mudanças nas relações entre Estado, classe patronal e movimento gperário. Mas é importante ressaltar que, para a época tratada, muitos dirigentes operários (e estes mais que os filiados aos grmios, e estes últimos mais que os trabalhadores não organizados) colocavam em primeiro lugar a transformação global da sociedade: a sociedade futura e a "ideologia" estava no centro de seu mundo de interesse. E quando os anarquistas falavam de finidade, ideal etc., expressavam conceitos sustentados por uma prática e por um modo de vida e não forjados na forma de um pasatempo intelectual.

No Congresso de Fusão se chocaram dois projetos de reformulação da sociedade: um anarco-comunista e outro "sindicalista". Os libertários procuravam uma sociedade igualitária e livre, cujos protagonistas seriam todos os explorados. Diria o La Protasta em carta ao socialista Manuel Ugarte: "O operário não é a única vítima da sociedade atual; os capitalistas, os arquimilionários, são também vítimas da atual organização. A tirania do Estado pesa da mesma forma sobre ricos e pobres. O exército e a pátria são igualmente contrários aos interesses dos famintos e dos fartos".³⁷

Os "sindicalistas" também procuravam nessa época a igualdade e a liberdade (dois termos tão difíceis de conciliar em um projeto da sociedade), e da mesma forma que os libertários, viam o Estado como uma organização acrescentada ao edifício social, e que expressava apenas os interesses dos proprietários. Concorde-

vam com os anarquistas em usar os mesmos métodos de ação direta e solidariedade, com a diferença de que seu projeto social era "obreirista": os trabalhadores eram os únicos protagonistas de sua liberação, não necessitando de intelectuais nem de muitos princípios teóricos. Porém seu pragmatismo e a-ideologismo, era pago com uma redução cada vez maior ao economicismo: sua atividade se reduziria crescentemente ao mundo do trabalho e seu pragmatismo lhes faria presa fácil de ideologias e projetos políticos não procurados em primeira instância (seu a-ideologismo era extremamente ideológico).

Quanto a estes pontos são expressivas as palavras do "sindicalista" Luis Bernard:

"Todas las ideologías, la socialista y la anarquista, frente a los intereses de los trabajadores, son una bastardía, una tontera. (...) La teoría parlamentaria socialista, muy hermosa; la ideología anarquista, hermosa también, no valen nada, absolutamente nada, ante la organización sindical de los obreros".³⁸

Na formulação das moções no Congresso pudemos ver que os "sindicalistas" falam em nome da classe operária, enquanto que os anarquistas, como bons portadores de uma cosmovisão, se dirigiam aos trabalhadores.

Quanto à terceira corrente, a dos socialistas, ela rejeitava a recomendação, mas aceitava o princípio de que o sindicato não era o lugar para debates políticos e ideológicos. E assim continuavam trabalhando junto aos "sindicalistas" e sua estratégia parecia apoiar o mais débil contra o mais forte, elegendo o menor de dois males.

Além de Bernard, o Congresso contou com um outro orador brilhante, o socialista chileno Luis E. Recabarren. Em um longo e inteligente discurso, Recabarren tentou convencer os anarquistas a aceitar a unidade. Seus argumentos foram de cara rejeitados pela maioria anarquista nesse momento, mas serão usados pe-

los anarquistas partidários da unidade em 1915. O socialista chileno defende a moção Oddone, ou seja, a criação de uma CGT, com um programa máximo, a luta de classes, e outro mínimo, a elevação moral e material da classe operária e as 8 horas. A criação desta CGT se daria sobre a base de uma "maior liberdade de pensamento, para os filiados e as corporações gremiais, podendo cada qual aceitar fora da organização os meios de luta que estejam de acordo com suas idéias filosóficas e políticas".³⁹ Recabarren reconhece, todavia, que esta última declaração "pode chocar com a integridade dos princípios anarquistas", porém argumenta que a imposição "de uma etiqueta do comunismo-anárquico (...) é não querer a união dos operários, é afastar-nos de vossa organização, onde poderíeis aproveitar nossa presença para propagar entre nós vossas idéias; eu considero que com este propósito não quereis nem sequer robustecer vossas filas; isso se chama obra da inconsciência".⁴⁰ Blas Barri e B.V. Mansilla utilizariam os mesmos argumentos em 1915 para convencer seus companheiros anarquistas a aceitar a unidade.⁴¹

No Congresso de Fusão, tanto Oddone como Bernard, chamam a atenção para as idéias de Luigi Fabbrì, partidário da presença anarquista em organizações não anarquistas. E em 28 de maio de 1907, após o Congresso, Fabbrì explicitaria a polêmica no jornal Vita Operaia:

"Hemos sido dolorosamente sorprendidos con el resultado del congreso de unificación obrera de la República Argentina, fracasado porque nuestros compañeros, aprovechándose de estar en mayoría, quisieron que el Congreso recomendase formalmente con una resolución, la propaganda del comunismo anárquico, poniendo así en una injusta condición de inferioridad a los trabajadores socialistas, no-anarquistas. Lejos de imitar a los compañeros argentinos(...) yo creo que los compañeros de Italia y de Europa deben cuidarse bien de seguir el ejemplo".^{41 bis}

Estas mesmas palavras serão publicadas novamente no jornal La Organización Obrera, pelos anarquistas partidários da unidade como se fossem um comentário ao Congresso de 1915.⁴¹ tris

Os argumentos de Fabbri seriam respondidos em seguida por Gilimón no La Protesta, e mais tarde resumidos no seu livro 'Hechos y Comentarios'; e em 1925, Santillán e López Arango retomarão a discussão na sua já comentada obra El Anarquismo en el Movimiento Obrero. Para Gilimón, o anarquista considerava que o obstáculo para a fusão estava nos "sindicalistas", pois eram "suspeitos de socialismo, por haver pertencido ao PS", e porque "atacavam frequentemente as ideais anarquistas".⁴² E comentando ainda o artigo de Fabbri no La Protesta de 7 de julho de 1907, Gilimón nos apresenta outra perspectiva para a proclamação da recomendação:

Gracias a las condiciones de este país, sin tradiciones ni supersticiones añejas, que cuenta con una libertad que comparada con Europa puede llamarse absoluta, y que está en una situación económica muy distinta de las viejas naciones europeas, hemos podido llegar a donde no sabemos cuando llegarán los compañeros europeos".

Se compararmos estas afirmações com o comentário do La Vanguardia, em 4 de abril de 1907, veremos que as diferenças são marcantes:

"El modelo de organización escogido por cierta parte de uno de los proletariados de condición más inferior, ha sido en mala hora también preferido aquí por los elementos turbios de nuestro movimiento obrero, por los sectarios que no pudiendo encontrar vida propia para sus ideologías, pretenden introducirlas en los gremios haciéndolas vivir, parasitariamente, la vida de ellos."

Esse proletariado tão "inferior" a que se refere o diário socialista era o da Espanha.

Enquanto os anarquistas, ou pelo menos Gilimón cum suis, si

tuavam a experiência sindical argentina na vanguarda mundial, os socialistas consideravam o modelo anarco-comunista como um fenômeno próprio de uma classe trabalhadora atrasada e primitiva. São pontos de vista aos quais não são alheios o voluntarismo combativo dos libertários e o determinismo econômico e evolucionista do PS.

IV.4: O Panorama Sindical até 1910.

O período entre 1905 e 1910 se caracteriza por uma grande quantidade de greves, muitas delas gerais, destacando-se sobretudo o ano de 1907. Se observarmos os dados, apresentados pelo Boletim do DNT e referentes à Capital Federal, veremos que sobre 99 greves arroladas, 30 foram originadas por aumento de salário, 18 por readmissão de operários, 11 por solidariedade, 10 por diminuição de jornadas, 9 por demissão de capatazes, 5 por formas de pagamento, 3 por seguros contra acidentes, 3 por modo de execução do trabalho, 2 por aumento de pessoal, 2 por abolição do trabalho por empreitada e 6 por motivos vários.⁴³

O ano começou com uma greve dos condutores de veículos de Rosario, que não queriam aceitar o uso da carteira de trabalho. Dez dias mais tarde, em 25 de janeiro de 1907, a FORA e a UGT declararam a greve geral na Capital, La Plata, Bahía Blanca, San Nicolás, Mar del Plata, Mendoza, Córdoba, Paraná e outras cidades. E dois dias depois os condutores conseguiram seu objetivo.

Em agosto do mesmo ano, ocorre outra greve geral desta vez desencadeada pelos rebitadores de Ingeniero White, que foram reprimidos pela Prefeitura Marítima e pelos bombeiros. Por causa deste conflito os ferroviários das oficinas de Banfield da linha ferroviária Sul, também entram em greve e a sustentam por seis meses.

A greve mais importante do ano foi, contudo, a dos inquilinos. Segundo H. Spalding, cuja obra nos oferece abundante documentação, participaram neste movimento os habitantes de pelo menos 2.400 cortiços (conventillos) de Buenos Aires, Rosario e Bahía Blanca. Esta iniciativa envolveu também um movimento de protesto mais amplo contra os aluguéis caros e obteve o apoio da FORA, UGT e PS. Logo, porém, era organizado um encontro da Corporação de Proprietários, onde nomeou-se como advogado defensor o omnipresente Dr. M. Carlés. Além de reconhecer que os aluguéis eram demasiadamente caros, declarou-se na reunião também que era "preciso opor-se à greve, que esta entranhava um grande perigo social".⁴⁴ Spalding reproduz documentos que comprovam a existência de ligas de inquilinos em Montevideo e Rio de Janeiro, constituídas nesta mesma época e que operavam em conjunto.⁴⁵

O ano de 1908 começou com uma greve da FORA em protesto à Lei de Residência, que determinara, por seu envolvimento na greve de inquilinos, a deportação dos dirigentes anarquistas Cecarelli, D'Angiò e Forcat. O movimento foi longamente preparado e começou em 13 de janeiro; mas logo no dia 15 já estava terminado sem ter alcançado grande repercussão. A experiência frustrada se tornaria um alerta para os dirigentes da FORA; afinal, nem todas as greves gerais, alcançariam sempre o êxito dos três grandes movimentos do ano anterior. O Boletim do ONT nos informa sobre a causa do fracasso da greve ao dizer que: "no porto de Buenos Aires a totalidade dos operários da União Protetora do Trabalho Livre, concorreram ao trabalho".⁴⁶

Em começo de 1908 desaparece um grande sindicato autônomo, a Confederação Ferroviária. Fundada em 1902, a Confederação contava em 1907, com 15.000 sócios inscritos sobre um total de 60.000 da categoria, dos quais em dezembro 3.500 haviam pago sua cota sindical. Entre as queixas dos sócios estavam a "indi

ferença do elemento ferroviário" e a "permanente perseguição que as empresas tem realizado com o apoio da autoridade policial".⁴⁸

Uma outra greve importante estourou em Tandil em 26 de outubro de 1908, e que duraria nada menos que 10 meses. Esta, chamada "grande greve", foi deflagrada pelos lavradores de pedra que haviam criado um sindicato dois anos antes. Os patrões responderam com um lock out que expulsou das casas das companhias localizadas perto das lavras os operários. O sindicato, que contava em 1913 com 3.000 filiados sobre um total de 12.000 trabalhadores, era constituído por argentinos, toscanos, espanhóis e montenegrinos, os quais não era tão fácil de reprimir, já que dispunham de cartuchos de dinamite. Segundo Hugo Nario, com a "grande greve" conseguiu-se algumas conquistas: "os salários começaram a ser pagos com dinheiro efetivo, e os portões das vilas das companhias já não seriam mais fechados, e quando apodreceram, não foram substituídos"⁴⁹ Ainda de acordo com Nario, parte dos grevistas emigrou para o Uruguai e outros começaram a lavrar e comercializar as pedras por conta própria; e como na época estava na moda revestir as casas de Mar del Plata e Buenos Aires com pedra natural, seus empreendimentos tiveram êxito.

Se em 1908 e 1909 a greve dos lavradores de pedra foi pacífica, nos anos seguintes não o será: houve tiroteios, mortos, e as mulheres se sentariam nas linhas de trem para deter os fura-greves ou as tropas do exército.⁵⁰

Uma outra greve também importante no período foi a de maio de 1909, causada pela matança de 8 participantes de um encontro da FORA pela comemoração do Primeiro de Maio. O movimento contou com a adesão da UGT e PS. Na ocasião o PS criou um Comitê de Greve, mas a FORA e a UGT não participaram dele declarando que "esse partido não pode ter influência nas organi

zações operárias"⁵¹

A greve durou do dia 3 ao 9 de maio e foi acompanhada principalmente pelo ramo de transportes e pelo porto. O movimento de força terminou diante da promessa do governo de libertar os presos e reabrir as sedes dos sindicatos; promessa que foi cumprida, porém, apenas parcialmente. O DNT calculou o número de grevistas em 150.000, sendo que foram inúmeros os sindicatos que aderiram em Rosario, La Plata, Junín, Lomas de Zamora, Bahía Blanca, San Fernando e Tigre.⁵²

Diante dos sucessos desencadeados pela guerra de Marrocos, a FORA, UGT e autônomos constituíram um Comitê de Agitação. Mas a greve geral proclamada em protesto ao fuzilamento de Ferrer em novembro de 1909, não alcançou nem de longe as proporções da greve de maio.

IV.5: O Segundo Congresso de Fusão. Fundação da CORA em 25 e 26 de Setembro de 1909.

Com o objetivo de atingir a unidade do movimento operário foi convocado, por alguns sindicatos autônomos, um novo congresso. Em 25 de fevereiro de 1909 constituiu-se um Comitê Pro-Fusão com 3 delegados de organizações autônomas, 3 da UGT e 3 da FORA. Esta última porém não participou do Congresso, ainda que o fizessem 10 sindicatos que lhe pertenciam.

Finalmente, em 25 e 26 de setembro reuniam-se para o Congresso de Fusão 42 organizações, das quais 30 eram da Capital e 12 do Interior; um número muito exíguo se comparado com os 118 que concorreram ao congresso de 1907. As ausências mais notórias são as dos grêmios ferroviários, presentes dois anos antes com a Confederação, os ferroviários da linha Sul, e as seções de Bahía Blanca e Mendoza. Também não houve representantes dos frigoríficos, e estavam ausentes os grêmios de Arte

Têxtil e Fósforos e a ausência destes últimos chama a atenção, pois formavam parte daqueles sindicatos autônomos que haviam convocado o Congresso. Entre os novos que participaram destacam-se os sindicatos dos marinheiros e foguistas e a União Canteiros de Tandil.

Na tarde do dia 26 de setembro de 1909 constituía-se, então uma nova central: a Confederación Obrera Regional Argentina, (CORA). E, é importante ressaltar a diferença deste nome para a denominação projetada inicialmente pelos ugetistas de 1907: Confederación General del Trabajo de la República Argentina, não só por não ser uma imitação do nome da central francesa, mas também pela substituição de República por Regional, termo este caro aos anarquistas.

O prólogo da Constituição da CORA reza:

"Considerando que (...) la libertad no se pierde sindicando se con los demás productores (...) que el hombre es social y por consiguiente la libertad de cada uno no se limita por la del otro según el concepto burgués (...) que las leyes codificadas e impositivas deben convertirse en constataciones de leyes científicas, vividas de hecho por los pueblos y gestadas y elaboradas por el pueblo, mismo en su continua aspiración a lo mejor, cuando se haya verificado la transformación económica que destruye los antagonismos de clase que convierte hoy al hombre en lobo del hombre y funde en pueblo de productores libres para que en fin el siervo y el señor, el aristócrata y el plebeyo, el burgués y el proletario, el amo y el esclavo, que con sus diferencias han ensangrentado la historia, se abracen al fin bajo la la denominación de hermanos".⁵³

Como vemos, são considerações que se aproximam mais de idéias anarquistas que "sindicalistas" ou socialistas. E é muito diferente do programa "sindicalista" publicado no La Acción Socialista de julho de 1905, cuja concepção é muito mais marxista.

Em seguida ao prólogo, nos artigos, tudo parece estar delineado para não ser reprovado pela FORA: estabelecia-se a orga-

nização sindical sobre uma base federal, com suas federações locais, e não se mencionava os sindicatos por indústria. Aceitava-se o Pacto de Solidariedade da FORA e o caráter internacional da instituição. Ao se discutir o artigo 7, os socialistas protestaram por seu caráter anti-político, porém na votação são vencidos por 30 votos contra 12. Os dez sindicatos anarquistas presentes no Congresso, parecem ter aceitado sem inconvenientes a eliminação da cláusula de recomendação do comunismo anárquico. Isto chama a atenção se observarmos a presença de sindicatos como condutores de carros, marceneiros, operários do porto e fundidores e anexos, todos grêmios que constituiriam a alma da FORA quintista em 1915.

Doutro fato que deve ser notado é que o La Protesta ataca os "sindicalistas" por não entrarem na FORA, mas, no entanto, não fala nada da preservação da finalidade anárquica:

"Sinceridad Sindicalista: Habiendo adoptado las sociedades que tomaron parte en el último congreso de fusión al Pacto de Solidariedad y forma de organización de la FORA, declararon explícitamente su conformidad con esta institución, y por lo tanto si en verdad tenían un propósito de fusión de todas las fuerzas obreras, lo natural y correcto era que se hubiesen incorporado a ella. En vez de eso crearon un nuevo organismo. Son fusionistas estas sociedades?⁵⁴

Segundo Marotta, figura central de 1909 em diante, os sindicatos da FORA que participaram do Congresso defenderam que esta entrasse para a CORA.⁵⁵ O Conselho Federal da organização preferiu entretanto consultar as 85 entidades associadas, das quais 34 se manifestaram a favor da adesão à FORA, 3 se dispuseram aderir à CORA e 5 optaram por um caminho intermediário, isto é, um novo congresso.⁵⁶ Em 30 de outubro do mesmo ano, numa reunião de delegados da FORA, resolveu-se conservar a entidade e foi proposta a reunião de um congresso no prazo de dois meses "convidando todas as organizações da República a to

mar parte nele".⁵⁷

Este novo Congresso não se realizaria, devido ao impacto do assassinato de Ferrer na Espanha e, principalmente, pelo que Santillán chama a "queda" de Falcón, o comissário de Polícia de Buenos Aires, responsável pela matança de maio de 1909. Falcón fora morto por uma bomba atirada pelo anarquista russo-judeu Simón Radowitsky. Como consequência desta fato foi declarado o Estado de Sítio por dois meses, e foram destruídas as sedes do La Protesta e La Vanguardia e locais sindicais.⁵⁸

De 23 a 25 de abril de 1910, a FORA se reuniu para o seu VIII Congresso. Com relação à unidade se estabeleceu:

1. "La FORA da por resumida su labor de organización y elaboración de bases, quedándose con el Pacto de Solidariedad y la adhesión de las sociedades concurrentes al Congreso."
2. "Invitar a las sociedades autónomas y a las adherentes a la Confederación a ingresar cuanto antes".
3. "La Institución continuará subsistiendo con el nombre de Federación Obrera Regional Argentina y su órgano oficial La Organización Obrera."⁵⁹

No total tratava-se de 37 organizações da Capital e 19 do Interior. Para se ter uma idéia do quanto diminuiram os sindicatos presentes neste ano com relação ao V Congresso (1905) e o Primeiro Congresso de Fusão (1907), em 1905 concorreram 98 sindicatos e em 1907 vieram só de Rosário 20 sindicatos anarquistas, contra 3 em 1910.

Se Oved estima que a repressão de 1902 a 1905, não prejudicou, mas estimulou o crescimento dos anarquistas nos sindicatos argentinos, para 1910 a afirmação já não se sustenta. A FORA sofrera fortes golpes por parte das organizações patronais, com seus sindicatos amarelos, por parte do Estado e por parte dos grupos nacionalistas patrióticos que começaram a se formar sob a proteção policial. Entre os integrantes destes grupos se encontrava o barão A. Demarchi, presidente da União Industrial Ar

gentina, o qual durante o Centenário assaltaria as sedes operárias.

IV.6: Os Sucessos do Centenário e suas Repercussões no Mundo do Trabalho: Maio de 1910.

Os governantes e a polícia iam-se tornando nervosos à medida em que se aproximavam o cometa Halley e o Centenário da Revolução de maio de 1810. Acreditava-se firmemente em outra revolução radical, e Yrigoyen que de fato desta vez não estava tramando coisa alguma, procurava dar margem a especulações, mudando-se misteriosamente de um lado para outro e burlando frequentemente aqueles que o vigiavam.

Em sua mensagem presidencial para 1910, Figueroa Alcorta comentava:

"País esencialmente de inmigración, la República Argentina ' recibe de las viejas naciones al sujeto embargado por los agravios que allí engendran su dura situación, operándose así el transplante del sectarismo y otros males sociales sin motivos y sin ambiente propio entre nosotros".⁶⁰

A FORA e a CORA tentaram aproveitar as festividades pátrias para pressionar o governo no sentido de obter a liberdade dos presos sociais e a revogação da Lei de Residência, espada de Dâmoçles suspensa sobre a cabeça de todo militante estrangeiro. Em 8 de maio um encontro anarquista reuniu, segundo La Protesta e La Batalla, 70.000 pessoas, que protestaram contra as autoridades da Penitenciária Nacional. Nessa ocasião decretou-se para 18 de maio a greve geral, a mesma data em que a CORA, antecipando-se aos anarquistas, havia marcado sua própria greve, e, enfim a mesma data em que o Halley destruiria o mundo.

O governo que estava em negociações com o conselho da FORA, não esperou: houve presos, deportações, fechamento de jornais e

e de sedes anarquistas, "sindicalistas" e socialistas. As ligas patrióticas percorriam a cidade atacando centros operários e jornais; e quando um numeroso grupo se dirigiu para o Boca, foi convenientemente alertado que estava sendo aí esperado por homens e mulheres, o que fez com que o grupo mudasse de rumo. Da imprensa foram destruídos La Protesta, La Batalla, La Acción Socialista ("sindicalista"), La Vanguardia etc. O fervor nacionalista cometeria também excessos contra os "russos" na circunscricção 9, bairro judeu, o que não sabemos se motivado por anti-semitismo ou anti-anarquismo. Devemos dizer também que as ações da Liga Patriótica, não nos pareceu tão espontâneas como são apresentadas nos relatos. Foi mais uma entidade anti-operária que uma liga nacionalista, e suas ações 'espontâneas' se complementavam com uma organização muito eficiente de grêmios fura-greves. Os nomes e as trajetórias de M. Carlés e A. Demarchi, ligados à UIA, podem confirmar estas idéias.

Em Rosário e La Plata também houve depredações de sedes operárias e prisões massivas; as cifras dos detidos em todo o país variam entre 500 e 2.000.

La Vanguardia reapareceria três meses depois, mas o La Protesta reapareceria como semanário em junho de 1912, e como diário apenas em julho de 1913.

Em 14 de maio o governo decretava o estado de guerra, e a este sucedeu um estado de sítio que duraria 5 meses. No dia 16 de maio começou antecipadamente a greve planejada e que morreu quase que por inanição, pois todos os dirigentes da CORA e da FORA estavam presos.

Assim, o cometa e o "sol do 25" passaram tranquilamente, e Jimena Sáenz comemorava: "Na manhã do dia 25 as crianças das escolas -verdadeiras vítimas das cerimônias oficiais- já estão na rua transbordando a Praça do Congresso (...). As tropas entra-

vam por Victoria e desfilavam por Balcarce diante da tribuna oficial (...) os ácratas estavam esquecidos (...)"⁶²

Se maio de 1909 constituiu uma vitória para o movimento operário, maio de 1910 foi uma derrota evidente, apenas comparável à repressão de setembro de 1930. Nunca a repressão governamental e empresarial fora tão grande, apesar de que derrotas operárias não se medem só pela repressão, e nem esta tem apenas uma cara. A nosso ver, à repressão desvelada nas ruas combinam-se outras mais sutis e ocultas: as que se operam no interior do processo de trabalho, no estatuto semi-illegal das instituições operárias e nas contra-organizações empresariais que deixam o trabalhador sem espaço de manobra. Ainda aproveitam-se os sentimentos nacionalistas, a crise e o desemprego -na realidade a repressão aproveita tudo. E o movimento social de maio de 1910, ocorreu na pior época do ano quando os 300.000 trabalhadores do campo voltavam depois das colheitas para as cidades.

O desmantelamento das organizações sindicais depois do Centenário foi extraordinário. Até 1915 a FORA não celebraria nenhum congresso operário e os Conselhos da FORA e da CORA não aparecerão visivelmente nas greves gerais (escassas principalmente depois de 1912). Na greve do Porto de Buenos Aires em fins de 1911 os empresários não sabiam nem mesmo com quem tratar.

Um outro ponto a considerar na greve programada para o Centenário é a oposição socialista à realização da mesma. O PS se declarou "respeitoso das expansões sinceras de entusiasmo pela obra da Independência" e também "respeitoso do tradicionalismo sincero de muitos cidadãos", e por isso "se opunha ao propósito de perturbar as festas com agitações extemporâneas"⁶³ E lembremos, que as "agitações extemporâneas" eram pelas pre-

tos sociais e pela abolição da Lei de Residência.

Um Marotta bem mais jacobino que a velha raposa que escreveu a história 40 e 50 anos depois, comentava em 1911 os acontecimentos do Centenário:

"Se trataba, pues, de crear una ruptura de clases en vísperas de confundirse por una fecha cuyo origen eminentemente burgués, el proletariado debía despreocuparse en homenaje a su futura y rápida grandeza revolucionaria.

En parte podemos decir con orgullo los sindicalistas, lo hemos conseguido. La reacción burguesa desencadenada a consecuencia de ese acto audaz del proletariado argentino, a pesar de los trastornos causados en nuestras filas en la primera hora, ha adelantado en muchos años la acción revolucionaria, francamente de clase".⁶⁴

O mesmo La Acción Obrera, em uma de suas disputas crônicas com os anarquistas, incriminava a FORA, por esta ter apresentado antes da greve do Centenário uma "petição ao então ministro do Interior Gálvez, requerendo a derrogação da Lei de Residência".⁶⁵ Enquanto o socialismo se manteve à margem dos protestos do Centenário, o "sindicalismo" tomou a iniciativa, entrando em choque com o governo num momento de euforia nacionalista e indignação pela matança de Falcón. Todavia, foi sobre os anarquistas que recaíram as maiores represálias e o peso das leis "sociais". Com efeito as publicações socialistas e "sindicalistas" reapareceram alguns meses depois da repressão de maio, enquanto que o La Protesta era editado em Montevideu.

O otimismo de Marotta com relação aos acontecimentos do Centenário, não se baseava apenas numa "ruptura de classes", mas sim principalmente na possibilidade do "sindicalismo" desenvolver-se num momento em que os anarquistas estavam com a espada contra a parede.

Julio Codio, em suas obras, insiste frequentemente no "erro" das correntes operárias organizadas ao não vislumbrarem a importância de unir o nacional ao popular:

"Os anarquistas não podiam mostrar aos operários esse nexo invisível que deviam desvelar para sua própria liberação ; o nexo que une a questão social à questão nacional, o nexo que une os operários ao resto do povo. Porém para isso necessitava-se um partido marxista (...). Os operários e o povo deixavam para a oligarquia uma data que em 1910 era 'deles (...). O particular do movimento operário argentino' reside nessa falsa cisão entre ação gravista e ação parlamentar. Um movimento extremamente combativo, numeroso e organizado, é impotente para dirigir o movimento em seu conjunto na luta contra o conservadorismo, pelas características de suas vanguardas".⁶⁶

Este tipo de argumentação, a nosso ver, peca por sérios anacronismos. A questão de um nacionalismo popular não estava sobre o tapete, numa época em que o proletariado tinha ainda um forte sentimento internacionalista. O nacional era o terreno onde se movimentava a Liga Patriótica, e terreno em que se fazia os estrangeiros sentirem a sua inferioridade por não haver nascido no país, como o testemunha Gilimón em Hechos y Comentarios. E é bom destacar que os trabalhadores da Capital em 1910 eram em seu total 80% estrangeiros, e estrangeiros ameaçados com a Lei de Residência se não ficassem quietos. Era difícil pedir a líderes italianos, espanhóis e judeus ameaçados com a deportação, que vislumbrassem nexos secretos entre o nacional e popular. (Além disso conhecemos muito poucos casos históricos em que o sentimento nacionalista não tenha obscurecido os interesses legítimos das classes trabalhadoras, ou não fosse utilizado para tanto.)

Da mesma forma que para Puiggrós e para Spilimbergo, por nós já considerados, existe no discurso de Godio uma forte convicção do "dever ser", sem respeitar a contextualização histórica. Os anarquistas desafiaram o Estado e a classe proletária com seus próprios meios, e a nosso ver, conseguiram balançar a base do edifício social; se não conseguiram aquilo

que procuravam, nem por isso sua história se resume na frase "flores para os rebeldes que fracassaram".

IV.7. A Greve no Porto da Capital em 1911 e o Conflito Ferroviário de 1912.

Em 27 de junho de 1910, por causa de uma bomba, ou quem sabe um petardo, colocada no Teatro Colón no dia anterior, foi sancionada a Lei de Defesa Social. Esta lei ampliava a Lei de Residência de 1902, limitando a entrada de "delinquentes comuns, anarquistas e outras pessoas que professassem ou preconizassem ataques pela força no país", multava empresários que "introduzissem de má fé um estrangeiro proscrito", e proibia "toda associação ou reunião de pessoas que tivessem por objeto a propaganda do anarquismo". Impunha-se também pena de 1 a 20 anos por fabricação e transporte de bombas e "máquinas infernais", pela apologia do delito, e ainda pena de morte para os atentados que causassem mortes. Para a aplicação das penas seguir-se-ia um julgamento sumário de 10 dias, "servindo de cabeça do processo o informe policial".⁶⁷

A Lei de Defesa Social não pôde, contudo, evitar o estouro de novas greves. A partir de outubro de 1910 haverá conflitos em Buenos Aires, Tandil, Rosario e Mar del Plata. Nesta última cidade, e também em Tandil houve mortos.

Vamos nos deter especialmente no conflito que movimentou o Porto de Buenos Aires em fins de novembro de 1911 e na greve ferroviária de janeiro de 1912, pois estes acontecimentos mostram um Estado com uma visão da classe operária e dos sindicatos distinta daquela visão apresentada pelo Estado roquista.

Ao falarmos, no capítulo II, das auto-atribuições do Departamento Nacional do Trabalho e do, Ministério do Interior, já aludimos a estas greves. *Véase*

Vimos que em maio de 1910, o Estado argentino negociava com o Conselho Federal da FDRA no intuito de deter o movimento de protesto. Em 1911 e 1912 temos novamente o Estado, agora nas mãos do reformismo, tentando erigir-se como árbitro entre o capital e o trabalho. Esta mediação não pretendia ser oficiosa no sentido de oferecer um serviço à sociedade que poderia ser aceito ou não; mas antes se apresentava como um verdadeiro rastreamento em busca do limite a que podia chegar para impor determinadas conciliações.

Nestes anos as relações entre o Departamento do Trabalho e o Ministério do Interior de um lado e os empresários de outro, chegaram à deterioração quase total.

Com relação à greve do Porto, o Boletim via como suas causas:

"La poca holgada situación económica del obrero del Puerto, agravada todavía por las nada satisfactorias condiciones de trabajo".

"El convencimiento que existe en el proletariado, de que su precaria situación sólo puede ser mejorada mediante un recurso tan violento cual es el abandono voluntario y colectivo del trabajo".⁶⁸

Quanto ao primeiro motivo, o Departamento propôs remediá-lo regulamentando o trabalho, e quanto ao segundo, propôs a criação de tribunais arbitrais, cuja intervenção devia ser obrigatória.⁶⁹

Em janeiro de 1912, no auge do trabalho de conduzir os cereais aos portos, os ferroviários entraram também em greve. Esta greve interferirá nas negociações com os trabalhadores do Porto, na medida em que os exportadores (cerealistas) perderam o interesse em encontrar uma solução rápida para o conflito, já que de qualquer forma o transporte de carnes e cereais estava paralisado.

Exportadores como Dreyfus, Weil Irmão, William Irmãos, Bunge e Born e outros, entraram em conflito aberto com Indalecio'

Gómez e o Departamento. Sua opinião era de que:

"Si no se dijera que el Ministro iba proteger a los obreros y si el Departamento Nacional del Trabajo, con sus escritos, publicaciones y declaraciones, no se hubiera mostrado faccioso, la huelga estaría terminada. Entregado a sí mismo el conflicto se resolverá; el gobierno alienta la huelga mediante en ella".⁷⁰

E arrematavam estas suas afirmações dizendo:

"Cuando no hay más factores que los obreros y patronos, todo va bien para los patronos; pero como la intervención siempre representa mejoras para los obreros, éstos se animan y se vuelven intratables cada vez que se hable de ella".⁷¹

Os cerealistas não só não queriam a intervenção do Estado nas questões trabalhistas, como também se declaravam dispostos a negociar com os operários "sempre que não seja a Sociedade de Resistência o negociador", Sociedade cujos membros eles qualificavam de "profissionais da guerra social, que vão de casa em casa, ameaçando as famílias",⁷² Os cerealistas, na verdade, não desejavam uma lei que facultasse ao governo intervir nos conflitos sociais. Ao declararem que a Argentina carecia de tal dispositivo, efetivamente desejavam que esta lei não viesse nunca, pois a viam como uma distorsão no funcionamento livre (liberal) das relações de trabalho.

No caso da greve proclamada pelo sindicato La Fraternidad, dos ferroviários, que durou de 12 de janeiro a 28 de fevereiro em 1912, o Estado interveio no conflito sob a figura jurídica de "força maior". Marotta, o único autor que trata desta greve, considera que o Estado se colocava incondicionalmente a serviço dos proprietários britânicos. Todavia, se atentarmos para o debate surgido nas Câmaras, a posição do Estado parece ter sido diferente; Gómez declarou que cometera três pecados contra as empresas ferroviárias: "no ano passado intervi três

vezes em dificuldades delas com os maquinistas, e tive a desgraça de não encontrar razão nelas e sim nos operários".⁷³

Indalecio Gómez, este que se encontrava num conflito tão profundo com os grandes empresários estrangeiros, é o mesmo que nesta época defendia nas Câmaras a Lei Sáenz Peña, um instrumento de participação política. O seu trabalho de mediador entre o capital e o trabalho relacionava-se intimamente com outra abertura de novos canais de participação política. Ambas iniciativas apontavam para uma sociedade harmoniosa, para uma sociedade "naturalmente sã", que na época se achava perturbada pela fraude e pelos enfrentamentos diretos. E foi por isto que nos pareceu útil ver as possíveis implicações da sanção da Lei de Sufrágio Universal com relação à marcha do movimento operário organizado.

IV.8. A Lei Sáenz Peña e o Movimento Operário.

O capítulo VI da obra de Natalio R. Botana, El Orden Conservador, chama-se "A Classe Governante frente à Impugnação Revolucionária". Ora, aquele que acreditou que se trataria aí da impugnação dos trabalhadores, se julgará ludibriado: trata-se somente dos radicais. Todo o livro trata do conflito intra-classe dominante, ou seja o conflito entre os conservadores e os reformistas. Apenas no VII capítulo, Botana dedica uma página à ameaça operária, sem aprofundar nas consequências lógicas dessa ameaça.⁷⁴

A nosso ver, a reformulação da sociedade política argentina contou com tres agentes: os reformistas, os radicais e o movimento operário organizado. Quanto aos reformistas, situavam-se no interior da classe dominante e pretendiam eliminar o sistema fraudulento criando condições de uma participação política ampla. Entre estes encontramos Joaquim V. González, Car-

los Pellegrini, Roque Sáenz Peña, Indalecio Gómez e Estanislao Zeballos. Como grupos associados podemos assinalar os católicos partidários da Rerum Novarum -Estrada, Goyena, Bas e Caffaratta- e o grupo centrado em Lisandro de la Torre e sua Liga do Sul.

Em segundo lugar contou com os radicais, sobre cujas revoluções e abstencionismo eleitoral a historiografia já insistiu o suficiente, chegando frequentemente ao reducionismo de pensar a proclamação da Lei Sáenz Peña como uma concessão da oligarquia devido à pressão e à luta dos radicais.

O terceiro agente, em geral não mencionado, foi o movimento operário. É certo que, com a exceção de alguns núcleos socialistas, os operários não estavam empenhados na participação política. Na Argentina não houve uma campanha sindical pelo sufrágio universal como ocorreu na Itália por parte do sindicalismo revolucionário (socialista) em 1907. A influência operária argentina se deu indiretamente, mas nem por isto foi menos decisiva. A pressão de correntes sindicais anti-estado e partidários da ação direta, conseguiu aquilo que não pedira, ou seja, a aceleração do processo de modernização da sociedade pelos reformistas e radicais.

Ao defender a Lei Eleitoral perante o Congresso, Indalecio Gómez mencionava em seu discurso que um povo com "apenas 32% de jornaleiros" e todos os outros "gente que ocupa condições cômodas de vida" e com um "analfabetismo que não passa de 30% da massa do povo argentino", era um povo que podia exercer os direitos de soberania.⁷⁵ O que é interessante notar no discurso de Indalecio não é só a presença da pressão popular exigindo o voto universal, mas também a presença nos debates do povo, das "classes perigosas", dos analfabetos, e que, como estatisticamente era minoria, não havia grande perigo em aprovar a

lei.

Em um discurso de Sáenz Peña também aparece esta idéia de ' que aqueles que ameaçavam a ordem institucional eram uma minoria: "sem a inércia egoísta da maioria, as minorias que se agitam no seio de todas as nações jamais chegariam a colocar em ' sérios perigos a ordem institucional ou política ou mesmo os fundamentos da ordem social".⁷⁶

Em seu já mencionado livro, Botana compara a figura de Indalecio Gómez e seu reformismo conservador com o primeiro ministro de Espanha, Antonio Maura, que dentro do regeneracionismo' espanhol havia promulgado uma reforma eleitoral em 1907. E o mesmo Gómez citava o caso de Espanha em seus discursos nas Câmaras defendendo a Lei Sáenz Peña. E sabemos o que Maura dissera em 1903: "ou fazemos a revolução por cima, ou o povo a faz por baixo".⁷⁷

Segundo Botana, para Maura e Gómez o "mal" era a fraude oligárquica, pois uma sociedade "naturalmente sã", funcionaria ' melhor sem exclusivismos políticos e a abertura eleitoral não' seria "um salto no vazio", pois os setores "desviados" se integrariam e o Congresso seria o aval mais seguro "para resistir' a todos os embates da anarquia, da revolução e da desordem".⁷⁸

Não pretendemos alongar muito sobre este tema, e a nossa intenção era apenas mostrar o que julgamos ser a ponta do novelo: o movimento operário estava presente na sanção da Lei Sáenz Peña. Os radicais e os operários eram os principais destinatários desta lei. Ora, em contraposição, Honorio Díaz em uma obra atual, atribui a sanção da lei apenas ao êxito da estratégia radical. E argumenta citando Puiggrós:

"Havia uma razão poderosa para que a oligarquia desse ao radicalismo a legislação que estes necessitavam para chegar ' ao governo: a ascensão das lutas da classe operária e a influência das 'idéias avançadas' anarquistas e socialistas ' (...). A desintegração em cima e a ameaça de baixo, coloca-

vam entre dois fogos os homens probos que se sucediam no poder ano a ano".⁷⁹

Díaz cita esta frase de Puiggrós para em seguida criticá-lo despreocupadamente:

"O crescimento das idéias e da agitação esquerdista não preocupavam de forma extraordinária reformistas como Pellegrini, Figueras Alcorta ou Sáenz Peña. Estes fatos alarmaram a opinião pública, mas não os otimistas dirigentes".⁸⁰

Na realidade não há pior cego do que aquele que não quer ver nem ouvir.

IV.9. Os Radicais depois do Centenário.

A partir de 1906, depois de superados os efeitos das prisões e exílios de muitos de seus dirigentes, o Partido Radical começou a crescer rapidamente, organizando-se em "clubes" que de 1908 em diante passam a se chamar "comitês".

De acordo com Rock, os radicais "ignoraram virtualmente os imigrantes, mas os filhos destes desempenharam um papel fundamental em sua repentina popularidade".⁸¹ Ora, realmente, os imigrantes não só não votavam, como também constituíam a "classe perigosa" do Litoral. Não fazia parte dos planos dos radicais um projeto político e econômico baseado nos interesses dos trabalhadores nativos e estrangeiros, e nem tampouco isto seria permitido pela oligarquia liberal que lentamente se preparava para deixar o cenário político e já assegurando que a nível econômico nada mudasse.

É perigoso pretender julgar com critérios atuais a questão histórica do projeto social radical. Se por um lado é certo que até 1916 a UCR não se esmerava em apresentar ou apoiar leis sociais nas Câmaras, apesar de contar desde 1912 com uma numerosa representação, e mesmo não existindo qualquer ponte orgânica entre o partido e instituições da classe operária, por

outro lado isto não quer dizer que sua atividade e sua ascensão ao governo, tivessem o aval de todos os setores dominantes.

Como conta Carlos Ibarguren na sua Historia que he Vivido, ' os radicais (e socialistas) eram vistos como "agrupações extremas" ou "avançados" em contraposição a outros "grupos de tendências moderadas" ou "partidos políticos tradicionais", denominações estas utilizadas pelo sucessor de Sáenz Peña, Victorino de la Plaza.⁸²

Em várias ocasiões de la Plaza sugeriu reformas na Lei Eleitoral, pois, dizia ele, diante da desagregação dos Partidos Nacional e Autonomista, os partidos orgânicos e impessoais, como o Socialista e o Radical, estariam com uma vantagem que não podia ser consentida. Todavia estas reformas casuistas não foram implementadas e, assim em abril de 1916 triunfaria, ainda que por apenas um voto no Colégio Eleitoral, a fórmula radical Hippólito Yrigoyen- Pelagio Luna.

Naquela época José Ingenieros (socialista "independiente") e Julio Argentino Arraga ("sindicalista") tentaram uma aproximação entre radicais e socialistas, mas não tiveram êxito. Em troca foram decisivos para o triunfo radical o apoio da dissidência (radical) santafecina e o fracasso da aliança entre Lisandro de la Torre e Marcelino Ugarte.

Um debate, em 1915, sobre um projeto radical de facilitar sementes aos agricultores, mostra as péssimas relações existentes entre socialistas e radicais. Foi uma excelente ocasião para "lavar a roupa suja". O mesmo debate nos revela o estilo populista do parlamentarismo radical com muitos argumentos ad hominem e de efeito, mostrando ainda a posição incômoda dos "representantes dos operários", novos "proprietários" ou "possuidores". Horacio Oyhanarte, o príncipe herdeiro de Yrigoyen que nunca chegaria a rei, depois de incriminar os socialistas por seu ca-

râter burgueses (a fazenda cordobesa de Justo e Repetto, os vinhedos de Dickmann em Mendoza e as casas de del Valle Iberlucea), lançaria a pergunta: Será que os trabalhadores de meu país têm burgueses para representá-los nas Câmaras?(...).' Os lobos cuidando do rebanho!'.⁸³

Neste mesmo debate Justo acusou os radicais por estarem sempre do lado da "opinião predominante (...) em matéria de impostos (...) em matéria de proteção aos trusts". Ao que o deputado radical Gallo responderia: "O senhor deputado Justo fez uma apologia da UCR, apresentando-a ao país (...) não como uma força que vem atentar contra seus grandes interesses criados, mas sim como uma força de governo, que vem buscando as melhores orientações sobre as bases existentes".⁸⁴

Sem dúvida é perigoso extrair conclusões apressadas de frases ditas no ardor de um debate. Mas é conveniente notar que nesta debate os radicais mostram duas caras; pela boca de Oyhanarte, "levam sua colaboração às classes trabalhadoras" (sem pretenderem erigir-se em seus representantes e afirmando que tampouco os socialistas o são), e pelas palavras de Gallo, os radicais defendem "os grandes interesses criados", "sobre as bases existentes", em resumo, modernização política e imobilidade econômica.

A Geração de Ditenta havia operado sobre uma base quase exclusivamente econômica: importação de capitais e mão de obra, e exportação de produtos agro-pecuários. Os radicais não pretendiam minar esta base, porém acrescentavam ao modelo os interesses de outros setores sociais, principalmente os estratos médios ligados ao setor terciário. A classe trabalhadora também era levada em conta, neste aspecto os radicais não eram mais que continuadores dos reformistas. Enquanto as condições se apresentaram propícias, os radicais dialogaram com a classe

trabalhadora e com seus representantes (por exemplo com a FOM e La Fraternidad), mais se nos conflitos mais agudos caía sobre as classes operárias a repressão radical, pensamos, isto não constituía um lapsus nas relações dos radicais com os trabalhadores, mas sim que tal atitude condizia com sua concepção global sobre como conduzir politicamente uma sociedade e como preservar "seus grandes interesses criados".

IV.10. O Movimento Operário e suas Tentativas de Buscar a Unidade: de 1912 a 1915.

Acontecimentos semelhantes podem ocasionar em épocas diferentes resultados diferentes. Se a repressão de 1902 a 1905 resultou no fortalecimento da fé comunista na FORA, a de 1910, que desmantelou as organizações sindicais, incentivou a busca de uma base sindical comum para poder enfrentar o governo e o empresariado.

A reconstrução dos sindicatos levou muito tempo. Já vimos que em fins de 1911, os cerealistas não sabiam com quem negociar durante a greve do Porto de Buenos Aires. E a Confederação Ferroviária, desaparecida em 1908, só seria reconstruída em 1912, sob a denominação de Federação Operária Ferroviária, (FOF), e da mesma forma que sua antecessora será também autônoma.

Entre 1912 e 1914 a CORA se reuniu três vezes, e três vezes para tratar como tema único a unidade orgânica com a FORA. Essa até 1915 não se reuniu e se torna muito difícil para nós calcular sua força real e seus membros efetivos, já que os anarquistas cada vez mais resistiam às estatísticas com receio de que os dados caíssem nas mãos da polícia.⁸⁵ A perseguição que sofreram no Centenário incentivou o desejo entre eles e os "sindicalistas" de procurar a unidade. Quanto a este ponto saiu no

La Protesta em novembro de 1911, quando ainda era editado em Montevideu, o seguinte artigo:

"Lo esencial es salvar la organización del proletariado, le sionado por una turba de parásitos, seguida de la juventud' estudiosa, de la Comisaría de Investigaciones y de los del Jockey Club. Anarquistas y Sindicalistas somos perseguidos cada uno en su radio de acción; las sociedades de resistencia hacen vida raquítica y sus miembros son encarcelados por el terror policial. La prensa anarquista tiene que hacer vida clandestina y sus redactores al ser descubiertos, son condenados inmediatamente. (...) Sólo a los políticos se les tolera reuniones; publicar su prensa y denunciar compañeros, sean estos Anarquistas o Sindicalistas. Y téngase en cuenta que me refiero a los políticos socialistas, que creyéndose superiores a todos no regatean medios para revolcarse como cerdos en día de fiesta (...).

El pueblo, bien dice Lugones, se cansará de leyes e irá hacia la anulación del Estado. La FORA y la CORA están en el deber de estudiar este problema que es de vida o de muerte"⁸⁶.

Percebe-se que o autor desejava a unidade entre anarquistas e "sindicalistas", e situava os socialistas no campo inimigo.

E da mesma forma um artigo em La Organización Obrera ("sindicalista") de 1912, intitulado "A FORA e a CORA", expressava o anseio por uma proximidade entre elas:

"La necesidad de derogar las leyes de residencia y orden social es evidente. Los trabajadores no pueden vivir así, ni luchar por mejorar algo, mientras esta legislación reaccionaria pese sobre el proletariado.

El derecho de reunión no existe en realidad, la libertad de la prensa está considerada un crimen, ejercer la crítica contra el capital, castigado por la ley, defendernos por medios legales, no podemos de modo alguno. Es necesario entonces que vosotros a par de nosotros, preparemos a los trabajadores organizados para la huelga general.

Nosotros debemos estar prevenidos para que inmediatamente que una ocasión favorable se presente, unidos todos, nos lancemos a la calle a luchar por la libertad.

No importa que sean uno o dos instituciones las que hayan,

o tres o cuatro; aquí no es cuestión de preponderancia ni ni de principios. No es la F o la C quien va a la lucha, es toda la clase trabajadora que se une con un solo objetivo y fin: derrogar las leyes infames que imposibilitan el ejercicio de los derechos del proletariado".⁸⁷

Existen provas também de que nesta época alguns meios anarquistas começaram a questionar a violência operária ou o caráter de "clubes revolucionários de certas organizações". Por exemplo, entre 1911 e 1912 publicam-se em La Protesta as 12 "Cartas a uma Mulher sobre a Anarquia" de Luigi Fabbri. Este amigo e discípulo de Malatesta era muito menos partidário da violência que ele, e em lugar de defender a insurreição, Fabbri pensava que a tarefa do anarquismo era ocupar os espaços culturais da sociedade, para semear as idéias de liberdade. Com relação aos sindicatos, ele era partidário que os anarquistas entrassem à CGL, ao contrário de Armando Borghi que chegara a entrar para a USI. Nas cartas mencionadas Fabbri escrevia:

"Allá donde la idea anárquica calienta los corazones, la violencia se hace siempre menos necesaria, menos irrazonable y menos dolorosa (...). El concepto fatalista y catástrofico de la revolución que se nos atribuye haciéndonos pasar por desdeñosos de las reformas y faltos de sentido de gradualidad evolutiva, no es menos erróneo (...). Parece una paradoja y sin embargo el concepto violento en el sentido peor de la revolución, es más atribuible a los partidos autoritarios que al nuestro libertario, siendo la violencia esclava indivisible de la autoridad".⁸⁸

E igualmente na revista Germen aparece em dezembro um artigo de tom "fabbriano":

"Se ha confundido por afán de proselitismo la verdadera misión de las organizaciones obreras con una organización revolucionaria que cambie en un período largo o corto la faz de la sociedad (...). No es posible pensar, dentro de los organismos obreros, en un movimiento revolucionario"

cuando el 70% de los individuos de cada gremio, desconoce el valor de la sociedad gremial. Y para interesar a esa mayoría hay que probarle que en el seno de la asociación se va a tratar los intereses de su gremio, de la reglamentación del salario, de las horas de trabajo."⁸⁹

Este artigo é encerrado com uma proposta que se assemelha antes a propostas do PS:

"Una vez acostumbrado el obrero a estar asociado por su propia conveniencia, podrá nacer en él la necesidad de su ilustración y podrá tratarse de la creación de bibliotecas, escuelas para sus hijos anexas a la asociación, lo que contribuirá a pulimentar su espíritu y su cerebro".⁹⁰

Nesta época questionava-se também a conveniência do anarquismo argentino dedicar seus esforços exclusivamente à luta sindical. B.V.Mansilla criticava em La Protesta a Federação Regional Anarquista que, por recomendação do Congresso de Lyon, se pronunciou contra o trabalho dos anarquistas nos sindicatos.⁹¹

Um outro fator que incidiu poderosamente na vida do movimento operário foi a crise econômica desatada a partir dos fins de 1912: crise mundial, abuso de créditos, especulação, estancamento da expansão da fronteira agrícola, as más colheitas de 1913 e 14 e finalmente a declaração da Primeira Guerra Mundial, levaram o país a uma recessão aguda e entre os operários começou a aparecer o fantasma do desemprego, o qual devido à crise rural, não podia ser solucionado aumentando-se o contingente de jornaleiros que se dirigiam da cidade para o campo. A partir de 1913 os salários começaram a baixar e continuaram com esta tendência até 1918, apesar de que a economia e a indústria em geral estavam em processo de recuperação desde 1915. Hugo del Campo calculou que o salário em 1915 podia ser estimado em 60% com relação ao ano de 1928.⁹²

IV.10.1. O Terceiro Congresso de Fusão: 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 1912.

Segundo La Vanguardia foram os "sindicalistas" os organizadores deste congresso; para Oddone, porém, a iniciativa de organização do mesmo partiu do Congresso Sul-americano de Lavradores de Pedra, realizado em Montevideu em junho de 1912.⁹³

Participaram do evento 30 sindicatos da Capital e 31 do Interior. Desta vez a FORA aconselhou às suas sociedades federadas, que comparecessem ao Congresso, defendessem o Pacto de Solidariedade e que se deixasse "sem efeito a resolução do V Congresso da FORA".⁹⁴

Para os anarquistas da FORA, o Pacto devia substituir as bases para a unidade apresentadas pela CORA. Bases estas que segundo os socialistas eram a "afirmação da teoria sindicalista contra a comunista e coletivista",⁹⁵ e bases, que propunham, entre outras coisas, que, o movimento gremial perseguisse "a coordenação dos esforços operários, um aumento do bem-estar dos trabalhadores com a realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição de horas de trabalho, aumento de salários etc."⁹⁶

Estas bases para a unidade apresentadas pela CORA tinham também um caráter nitidamente "sindicalista" ao referir-se um pouco miticamente, à "expropriação capitalista" e à sociedade futura: "preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje um grupo de resistência, será no futuro o grupo de produção e distribuição, base da reorganização social."⁹⁷

Os anarquistas não tinham grandes objeções de princípio contra as bases, assim como os "sindicalistas" não tiveram contra o Pacto. Em uma reunião realizada em novembro acordou-se em suprimir a finalidade anarquista. Todavia, chegada a

hora, os delegados não se atreveram a criar uma central nova; em parte pela resistência a um nome novo (talvez CGT, apesar de que esta possibilidade não tenha sido colocada), e em parte pelo temor que um novo nome encobrisse uma central "sindicalista" no estilo francês.

Realmente, durante o debate, Luis Lotito, mencionava que a comissão tendo amalgamado elementos do Pacto e outros das Bases se estendia logo em outras considerações afirmando que "o sindicalismo francês deve servir de modelo por seus princípios e sua tática".⁹⁸ Ao que Biondi respondeu que as sociedades na Argentina "não tem que copiar as organizações francesas, posto que aqui soubemos conquistar melhoras que os operários franceses ainda não desfrutam".⁹⁹

Enquanto o delegado dos ferroviários de Rosario afirmava que "os trabalhadores não precisam do ideal", o dos marmoristas da Capital sustentava que "do Congresso não sairá a fusão por culpa da tendência anarquista e sindicalista".¹⁰⁰ Estas vozes autonomistas estavam dizendo que estavam cansadas de disputas ideológicas.

Nesta ocasião tampouco o Congresso chegou à unidade pretendida. Porém as partes não saíram em oposição como saíram em 1907 e 1909; pelo contrário, declararam "não dar por fechado" o Congresso (...) para que as bases fizessem as emendas necessárias e os delegados viessem com mais amplitude em seus mandatos".¹⁰¹

Enquanto os "sindicalistas" e anarquistas se aproximavam, os socialistas eram marginalizados por ambas correntes. Não é de estranhar o amargo comentário do La Vanguardia sobre o Congresso de 1912:

"Una y otra tendencia quieren seguir monopolizando la influencia de la fuerza obrera organizada para manejarla con arreglo a sus desastrosos métodos de lucha; son en reali-

dad pésimos caudillejos que pretenden pilotear las sociedades teniendo siempre en los labios frases sonoras de autonomía, federalismo, libertad, acción directa etc".¹⁰²

Depois do Congresso intelectuais anarquistas como Teodoro Antillí e Julio Barcos, passam a frear, mediante artigos no La Protesta, o movimento unitário. E da mesma forma a FORA, por uma resolução em 25 de dezembro de 1912, declarou ser partidária da manutenção do nome da FORA e do Pacto. Em troca numerosos sindicatos anarquistas viam com bons olhos a fusão: em 1912 o anarquismo já se encontrava dividido com relação à questão, e a disputa entre correntes sindicais tinha-se transferido também para o interior da corrente anarco-comunista.

Do lado do Estado argentino, Indalecio Gómez acompanhava atentamente os acontecimentos do Congresso e La Acción Obrera transcreveu o comentário do ministro sobre o fracasso do Congresso:

"Cabe felicitar-se, puesto que, de haberse realizado el propósito, el anhelo primordial de sus auspiciadores, o sea la intentona de una huelga general para obtener la derogación de las Leyes de Residencia y de Defensa Social, podía descontarse como un hecho".¹⁰³

IV.10.2. Primeiro Congresso de Concentração: 27 e 28 de junho de 1914.

Não obstante a oposição do La Protesta e a resolução da FORA em dezembro de 1912, a CORA continuava empenhada em buscar meios para chegar à unidade operária. Em 1914 o número de seus associados estava em torno de 10.000 e o de cotizantes girava em torno de 5 a 6.000; sua capacidade de absorver a FORA não parecia, então, muito grande.

A partir de 1914, os anarquistas começaram a utilizar outro argumento contrário a um tipo de central semelhante à CGT francesa: o fracasso do sindicalismo europeu na sua tentativa de

deter a eclosão da Primeira Guerra Mundial. E da mesma maneira os anarquistas argentinos, não pareciam seguir as vozes dos partidários dos aliados, Kropotkin e Grave, segundo o faz constar Fernando Quesada em um artigo da revista Todo es Historia.¹⁰⁴

Nesta mesma época, o setor partidário da unidade, centrado agora no La Protesta com F. Giribaldi e B.V. Mansilla, começou a usar uma linguagem moderada para atrair os "sindicalistas".

O Primeiro Congresso de Concentração se realizou com 48 delegados de 30 organizações, com maioria "sindicalista". José F. Penelón, então socialista e representante da Federação Gráfica de Buenos Aires, apresentou inicialmente uma moção bem singular e pragmática: "Atualmente são mais necessários os organizadores ativos, os que trabalham, que os mártires que em outro tempo e ambiente eram úteis".¹⁰⁵ A moção foi rejeitada por 22 votos contra 5, e 2 abstenções.

A moção dos ferreiros de Rosario, outrora anarquistas, teve maior sorte, e considerava que "a unidade orgânica da classe operária constitui a condição iniludível e necessária de toda ação eficaz de defesa e melhoramento e posteriormente de sua total emancipação". Fundamentavam essa afirmação na triste condição do sindicalismo em geral se comparado com épocas anteriores: "o enfraquecimento da classe operária, outrora excepcionalmente robusta e fecunda, acarretou não só a perda de posições reais adquiridas, mas também a decadência moral do espírito de luta da classe", e "a atual crise econômica, o desemprego, a desorganização beneficiará enormemente a exploração capitalista". Os "sindicalistas" uma vez mais viam a principal dificuldade para alcançar a unidade nas "divergências imprecisas teorias mal interpretadas, o simples e intolerante sectarismo", e propunha como solução "a ação direta, ordenada, desvinculada de todo obstáculo ideológico".¹⁰⁶

Este parágrafo mostra uma certa sagacidade na interpretação da conjuntura: relaciona a crise, o desemprego e a desorganização com um fortalecimento do sistema capitalista e não atribui meramente à repressão a perda da combatividade operária. Uma linguagem anarquista (ação direta, movimento operário revolucionário, espírito de luta de classes), se justapõe à formulações muito mais moderadas: o trabalho sindical se divide em dois tempos: primeiro "a defesa e melhoramento" e posteriormente "a total emancipação".¹⁰⁷

A moção dos ferreiros de Rosario terminou aconselhando as organizações confederadas e autônomas, a estudar a possível união em uma de suas instituições existentes, ou "se for possível em outra criada com uma denominação diferente".¹⁰⁸ E, finalmente, propôs constituir um comitê com três delegados da CDRA e três autônomos, deixando igualmente três cargos para os delegados da FDRA; propôs também suspender as sessões até o 29 de agosto.¹⁰⁹ A proposição foi aprovada por 23 votos e houve 4 abstenções.

A partir de junho de 1914 os socialistas começaram a se opor mais firmemente à unificação, e isto a nós se vê por dois motivos. O primeiro era o de que os anarquistas e "sindicalistas" não lhes davam nenhum espaço de manobra na nova central projetada, pois a afirmação anti-política era justamente um ponto em comum que aproximava anarquistas e "sindicalistas" (nenhum socialista foi nomeado para o Comitê de Unidade). O segundo ponto era de que naquele ano, mais exatamente desde o 12 de maio, uma fração de socialistas jovens (entre os quais Penelón e Ferlini) constituíram um Comitê de Propaganda Grêmial, que subsistiu até 1917. Segundo o informe do Comitê, conseguiu-se organizar "16.671 trabalhadores, 18 sindicatos e 3 centros culturais (...)"¹¹⁰ E o Esbozo de Historia del PC, fala que

o Comitê de Propaganda organizou "milhares de trabalhadores". O Comitê subsistiu até 1917 e foi dissolvido pela direção do PS, sob a acusação de divisionismo.¹¹¹

Em todo caso em junho e setembro de 1914, os socialistas a pareceram com 4, ou talvez 5, sindicatos participando nos Congressos da CORA: gráficos, cabelereiros, confiteiros, fundidores e moldadores. Desta forma parece-nos que foi pelos motivos aludidos (anti-politicidade da nova central projetada, marginalização dos socialistas e constituição de um Comitê para criar uma central socialista), que Penelón semeou a discórdia entre anarquistas e "sindicalistas", considerando uma traição ao movimento operário organizado a entrada para a FORA:

"Declara oficialmente que los gráficos no son enemigos de la unidad obrera; pero que entienden que ésta no puede existir con organizaciones que no ofrecen garantías al proletariado, ni por su forma ni por sus prácticas(...). Se extraña que la Confederación que tan duramente condenó siempre a la FORA (...) venga ahora a pedir nuestra adhesión incondicional con esos mismos elementos 'sospechosos'!"

112

Em outras palavras, La Vanguardia, nesta ocasião identificada com a posição anti-anarquista dos sindicatos socialistas, proclamou que era partidária da unidade, porém não com os anarquistas, que não ofereciam "garantias". Ora, de que garantias tratava-se aqui? Não fica claro no texto, mas devido a história gremial socialista, a greve geral e a ação direta, eram para os socialistas, elementos que contrariavam os interesses operários. Além disso o fatídico Oddone, acusava frequentemente os sindicatos anarquistas de estarem infiltrados de elementos da polícia.¹¹³

E desta vez, em troca, o La Protesta não se arremete con-

tra a unidade, como fizera em 1907, 1909 e 1912:

"El Comité de Concentración Obrera(...) ha insinuado la adhesión a la FDRA(...) quedará así sancionada por la experiencia y la reflexión, la unidad más lógica, después de tantos debates y querellas infundados, concentrado en el seno de la FORA, todas las fuerzas activas del proletariado, que se ha levantado al margen de la institución, inspirándose en sus tácticas y principios de lucha económico social. A no dudarlo habrá disidentes y entre ellos los reformistas que creen que habiendo diputados en el Parlamento, el proletariado debe limitar su acción a un corporativismo amorfo y refractario a la acción directa que es la única que virtualiza los anhelos de conquista y emancipación del asalariado".¹¹⁴

VI.10.3. Segundo Congresso de Concentração: 26 e 27 de Setembro de 1914.

Neste Congresso se achavam presentes as organizações seguintes: oficiais cabelereiros, maquinistas Bonsacq, Federação Operária Ferroviária, cozinheiros, tapeceiros, Reorganização de lavradores de pedra, ebanistas, escultores, ferreiros de obra, Sociedade Cosmopolita de Confeiteiros, Confecção de gorros, mecânicos e anexos, Federação Gráfica Bonaerense, fundidores e moldadores, todos da Capital. Do interior participaram: União U. de Tandil, U.O. de Deán Funes, de Villa Quilín e Las Peñas, ferreiros de obra de Rosario, padeiros e União graniteiros e lavradores de pedra de Balcarce, U. de Graniteiros de Cerro Sotuyo, U. trabalhadores de lavras de Calera, padeiros de San Juan, carpinteiros de La Plata e carreteiros de Tigre. Destas 26 sociedades todas "sindicalistas", autônomas ou socialistas, 18 compareceram com o mandato expresse de unir-se à FORA.

Sebastián Marotta, secretário da CDRA, apresenta a seguinte moção:

"Conforme al criterio predominante de adherir en masa a la FORA, de acuerdo con el Pacto de Solidaridad de 1904 (la vez

sión anarquista), manteniendo como principio de su acción en el seno de la misma la más amplia autonomía de la organización frente a los partidos y sectas, por lo cual excluye toda declaración ulterior y de una naturaleza extrasindical. (...) (Resuelve) Indicar al Consejo Federal que, dentro de la brevedad posible, convoque a un Congreso general de los sindicatos del país, a objeto de robustecimiento de la organización que surja de esta concentración (...)." 115

A moção foi aprovada apesar do voto contrário dos socialistas. Penelón tentou fundamentar sua rejeição à unidade da seguinte forma:

"(...) se manifiesta pesimista sobre los resultados de la concentración, por los antecedentes de las tendencias influyentes u que para él hacen dentro de la organización obra peor que los carneros (...). No podemos aceptar, agregó, el Pacto de Solidaridad de la FORA, porque contiene una declaración que rechaza los partidos políticos, incluyendo los partidos obreros. A mas, contiene otra declaración donde se habla de una sociedad de productores libres y todo esto es tendencioso". 116

Recordemos, contudo, que a CORA ao se organizar em 1909, era nitidamente anti-política em sua declaração de princípios, e não obstante os socialistas estavam associados a esta central liderada pelos "sindicalistas". Por isto nos pareceu relevante sublinhar as tentativas de implementação do projeto de criação de uma nova central socialista; projeto que enfim não se concretizou, tanto pelo fato do La Fraternidad ter preferido manter-se na sua áurea autonomia, como também pelo fato do PS não ter apoiado a iniciativa.

Os socialistas se retiraram do Congresso de setembro de 1914 e não participariam do IX Congresso da FORA realizado no ano seguinte. Desta maneira esse será um evento "sindicalista", autonomista e anarquista -e igualmente aos anos 1905 e 1909- nenhuma concessão será feita à política ou aos políticos.

CAPITULO V: O IX Congresso da FORA: 1 a 4 de Abril de 1915.

V.1. Introdução.

Chegou 1915 e a impressão geral que se tinha na República Argentina era que o período de prosperidade tinha terminado, e ainda que a crise econômica mostrasse sinais de recuperação (menor índice de falências, balanço de pagamentos positivo), o desemprego se mantinha, os salários continuavam diminuindo e o custo de vida aumentando.

Neste ano aprovou-se uma lei que proibia até a próxima colheita a exportação do grão e farinha de trigo com o intuito de deter o aumento do preço do pão.

Numerosos projetos de leis sociais apresentados por socialistas, reformista e católicos, não foram sancionados. Entre eles o que derogava a Lei de Residência e Defesa Social, os de Regulamentação do trabalho dos operários (projeto que talvez tivesse tido mais aceitação entre as organizações operárias que o Projeto González, 11 anos antes), da Imigração, de Casas Baratas, de Pensão na Velhice e Seguro contra as Enfermidades e Invalidez, Jornada Máxima de Trabalho e Salário Mínimo.

O orçamento nacional em 1915 fora reduzido drasticamente e sobre o montante de 322 milhões no total, 86 seriam destinados a pagar a dívida pública.

Com o radicalismo em ascensão, o vigor que o PS mostrou na Capital nas eleições de 1914 e com as dificuldades encontradas na organização de um partido conservador a nível nacional, o panorama político dava à classe dominante a impressão caracterizada por Botana de "salto no vazio".

Quanto aos conflitos operários não observamos grandes trans

formações em suas motivações se os compararmos com as ocorrências do período anterior: em 1914, houve 32 greves por motivos de salário, 21 por questões de organização (readmissão, contra expulsões, solidariedade), 6 por questões de trabalho (abolição do trabalho por empreitada) e 5 por questões de horário.¹ Segundo o Boletim do DNT, os resultados destas greves foram em sua maioria negativos: 42 contra 18 favoráveis e 4 com êxito parcial. Manteve-se então a tendência do período anterior, 1907-1913 (os anos 1908 e 1910 são exceções), cujas greves fracassadas superaram amplamente as bem sucedidas.

Agora, quanto à relação entre o Estado e os sindicatos, as transformações foram profundas. Vejamos a opinião do La Protesta sobre a reunião realizada em agosto de 1914, onde se encontraram o DNT e grêmios de todas as tendências:

"Hemos manifestado en repetidas ocasiones, la inutilidad del llamado Departamento Nacional del Trabajo, como institución creada para intervenir en los asuntos o conflictos entre capitalistas y trabajadores (...).

Anteanoche se ha efectuado una reunión convocada por esta institución sobre la legislación reformista que existe y la que es proyectada (...).

Esta reunión, según lo manifestó el Jefe de Inspección, Dr. A. Unsaín, tenía por objeto establecer una vinculación recíproca para vigilar el cumplimiento de las leyes llamadas obreras. Este mismo señor, refiriéndose a las demandas que los obreros presentan a los juzgados de paz para cobrar sus salarios, dijo que disponía el D. N. del T., una asesoría jurídica al servicio de los trabajadores".²

Ao fim da notícia o La Protesta alertava que todos os demandantes que acoressem a esta "valiosa" ajuda, perderiam a "causa e o tempo".³ Ora, os anarquistas do La Protesta compreenderam bem o perigo que representava para a sua concepção sindical comunista, a intervenção do Estado: "Vamos através desta informação que o reformismo retardatário insinuado pelo Estado, quer

desviar a ação insuspeitável do sindicalismo."⁴

Entre os que compareceram ao chamado do Departamento encontramos "sindicalistas", anarquistas, socialistas e autônomos. Vejamos a discriminação dos grêmios: O. mecânicos, O. dos bonques, La Electra, FOM, Câmara Sindical de Cozinheiros e Pasteleiros, empregados de farmácia, maquinistas Bonsacq, U. de confeiteiros, U. G. de lavradores de pedra, U. O. de pavimentação, Federação Gráfica de Buenos Aires, Centro de maquinistas navais, U. Comercial de Buenos Aires, Liga Ferroviária Argentina, cabelereiros e dependentes e empregados de hotéis de La Fraternidad.⁵

Com exceção da Câmara Sindical de Cozinheiros e Pasteleiros, que entrou em 2 de maio de 1915 na qualidade de "observador" à FORA comunista, nenhum destes grêmios votou pela manutenção da finalidade comunista, ou entrou na FORA do V Congresso. Por isto nos parece que o diálogo com o Estado, começado anteriormente ao governo de Yrigoyen, atentava diretamente contra a afirmação anarco-comunista da FORA. Muitos sindicatos começavam a encontrar no Estado um interlocutor e um canal para expressar suas reivindicações; o que não significa necessariamente que o Estado estivesse cooptando o gremialismo argentino. Mas era o começo.

V.2. O Congresso.

Na Semana Santa de 1915, reúnem-se finalmente os representantes da FORA, para a qual os sindicatos associados antigamente à CORA tinham entrado desde o ano anterior, e numerosos grêmios autônomos. Entre os autônomos presentes se destacava a Federação Operária Ferroviária, que por si só contava com tantos associados quanto a CORA no ano anterior.

O La Protesta dá a discriminação completa dos sindicatos participantes: 27 da Capital, 7 de Santa Fe, 5 de La Plata e 13 do resto do país. Na verdade esse número era maior, pois as Federações como a Federação O. Local, a de Rosário e a de Santa Fe reuniam muitos sindicatos.

Entre os sindicatos que não compareceram ao evento, e foram discriminados nas relações dos congressos anteriores, estavam as Federações de Entre Ríos e Córdoba; e também entre os ausentes, merecem destaque, mais uma vez o La Fraternidad, os socialistas da Federação Gráfica, os Telefonistas, os representantes dos frigoríficos (em ocasiões anteriores se faziam representar por alguma seção) os moinhos de farinha, e os fosforeiros. Faltaram ainda os representantes da agro-indústria (açúcar, vitivinicultura, obrajes), evidentemente por sua falta de sindicalização, e igualmente os jornaleiros rurais, ainda que sobre estes existiam vestígios de organizações autônomas na região cerealista. Com exceção de 2 sindicatos de Córdoba, 1 de Tucumán e 1 de Santiago del Estero, os demais eram provenientes da Capital e das províncias de Buenos Aires e Santa Fe.

As numerosas seções ferroviárias presentes, nada menos que 13, constituíram a grande novidade. Em troca, os padeiros, que em outras ocasiões pareciam sustentar solitariamente as bandeiras do sindicalismo no Interior, desta vez estavam fracamente representados, com apenas 3 sindicatos. A discriminação completa dos sindicatos presentes publicada no La Protesta é a seguinte (omitimos os nomes dos delegados):

Capital: Fed. O. Local de Buenos Aires, Fed. de trabalhadores em madeira, Fed. O. Ferroviária, fed. de fundidores e moldadores, Fed. de Artes Gráficas, carpinteiros e anexos, ebanistas, escultores e anexos, marinheiros, U.G. de lavradores de pedra, pedreiros, U. chauffeurs, escultores

em madeira, mecânicos e anexos, marmoristas, eletricitas e anexos, condutores de carros, caldeiros e anexos, ferroviários (seção Buenos Aires), sapateiros, macarroneiros, mosaicistas, cortadores de calçado, tabaquistas, Câmara Sindical de Cozinheiros e Pasteleiros.

Rosario: Fed. O. Local, ferreiros de obras, ebanistas, ferroviários de La Bajada, Fed. O. Ferroviária, operários do porto, Fed. O. Santafecina.

La Plata: O. do calçado, sindicato de garçons, cozinheiros e pasteleiros, carpinteiros, padeiros.

Interior: lavradores de pedra e padeiros de Balcarce, U.O. de Tandil, U.T. de canteiras de Deán Funes, ferroviários de Tafí Viejo, Cruz del Eje, Trenque Lauquen, Olavarría, Maldonado, Bragado e Las Flores, Ofícios Vários de Punta Alta e padeiros de Chacabuco.⁶

No primeiro dia foram formadas 5 comissões que debateriam os seguintes temas: Finalidade da FORA, Pacto de Solidariedade, Meios de Luta, Ações Imediatas e Atitudes com as Organizações Autônomas. Em nome da Comissão "Finalidade da FORA", F. Giribaldí, ex-diretor do La Protesta, leu a seguinte declaração:

"La FORA es una institución eminentemente obrera, organizada por grupos afines de oficios, pero cuyos componentes pertenecen a las más variadas tendencias ideológicas y doctrinales, que para mantenerse en sólida conexión necesitan la más amplia libertad de pensamiento, aunque sus acciones deben encuadrarse imprescindiblemente en la orientación revolucionaria de la lucha de clases, de la acción directa y con absoluta prescindencia de los grupos y partidos que militan fuera de la organización de trabajadores genuinos.

Por lo tanto la FORA no se pronuncia oficialmente partidaria ni aconseja la adopción de sistemas filosóficos ni ideologías determinadas, cuya propaganda, de acuerdo con la autonomía del individuo en el sindicato, de este en las federaciones locales y de estas en la regional, no está vedada ni puede ser coartada en nombre de ningún principio de restricción, sino que por lo contrario deberá permitirse

la más amplia y tolerante discusión de temas científicos, filosóficos e ideológicos en homenaje a los diferentes modos de pensar de los obreros federados y a fin de mantener la unidad y evitar de este modo las susceptibilidades y enconos que resultarían en perjuicio de la FORA si esta aceptara o adoptara determinada ideología".⁷

Depois de lida a declaração, abriu-se o debate e Augusto Pellegrini, anarquista, pronunciou em um discurso veemente:

" (...) la organización es el producto de la explotación y por tanto los obreros se agrupan en defensa de sus intereses materiales. No está de acuerdo en que los anarquistas hagan prevalecer sus ideas futuristas y cita opiniones de Fabbri, Bakunin y Marx sobre la acción virtual de los organismos obreros."⁸

Porém nem todos os anarquistas estavam dispostos a eliminar assim, sem mais, o "ideal" ou "a finalidade", ou seja aquilo que durante dez anos consideraram como o elemento inspirador e justificador de seu trabalho sindical. E foi Atilio Biondi, um outro anarquista, quem afirmou:

"No es una imposición la recomendación, pues de lo contrario serían también imposiciones las mayorías que se pronuncian en favor de la huelga (...) Si la organización se pronuncia antipolítica, antiestatal y antimilitarista, de igual modo chocaría con los obreros que no piensan así".⁹

Cristóbal Montale, "sindicalista", declarou:

"(...) la supresión del término comunismo-anárquico, no implica una oposición a la propaganda anarquista en los sindicatos, que son los anarquistas los que la hacen efectiva y no una declaración."¹⁰

E ainda Solano, anarquista:

"(...) aduce como argumento para demostrar la ineficacia de las luchas por las mejoras, que en los años que milita no ha visto una mejora real entre el salario más alto y los precios altos de consumo, por esto cree que el sindicalismo debe tener por definición el comunismo".¹¹

Resumindo o segundo dia do Congresso o La Protesta publicou:

"Biondi refutó a las afirmaciones de Marotta y otros delegados sobre la acción de anárquicos comunistas, tildados de 'ilusos del mañana'. Se ha dicho -agregó- que los idealistas no nos preocupamos por la organización, ni por la lucha del presente y hemos demostrado durante los últimos años que los únicos que nos preocupamos con sinceridad so mos los anarquistas. Negó que la declaración comunista se a la causante de la división en el proletariado pues allí, en Europa, donde no prima esta declaración, la división u xiste por causas que no desaparecerán aquí con la eliminación de la recomendación (...). Terminó diciendo que es 'inexplicable que los que aceptan el Pacto Solidario que 'declara vamos a la emancipación completa, rechazan una de finición categórica que explica en que consiste esta eman cipación por la que se lucha".¹²

Segundo o diário, Giribaldi falaria pela última vez, e agora entre os assovios da galeria anarquista:

"Sostiene que ha sido ferviente defensor del comunismo en la FORA, pero que ahora niega su eficacia, aunque parece' dualidad, porque considera que la propaganda debe ser popular y en todos los terrenos, sin exclusivismos".¹³

Em seguida Pedro Casas, anarquista, introduziu um argumento, que nos parece um reflexo da decisão tomada na assembléia anarquista de Lyon em 1912:

"Por pasionismos personales se ha hecho abandono de otra' práctica, olvidando La Protesta, la agrupaciones de afinidad, las escuelas etc." ¹⁴

Finalmente foi submetido à votação o ditame da comissão 'Finalidade da FORA', e apenas 14 sindicatos votaram contra, isto é, votaram a favor de manter a recomendação do anarco-comunismo: carpinteiros, condutores de carros, pedreiros, pintores, caldeiros, tabaqueiros, cortadores de calçados, e Câmara de cozinheiros e pasteleiros, todos estes da Capi-

tal, e ainda Ofícios Vários de Punta Alta, padeiros de Chacabuco, construtores de carruagens de Rosário, Câmara de cozinheiros de La Plata e Ofícios Vários de Berazategui.¹⁵

Se compararmos estes grêmios com os que constituíram em 2 de maio do mesmo ano a FORA do V Congresso (condutores de carros, carpinteiros, eletricitas, tabaqueiros, padeiros de várias seções, fundidores, operários do porto, alpargateiros, grafiteiros e anexos, Centro O. do Oeste, e com caráter informativo: Federação de Artes Gráficas, Câmara Sindical de cozinheiros e pasteleiros, Ofícios Vários de Berazategui, operários do calçado de Rosario, seção ferroviária de San Cristóbal, Ofícios Vários de Santa Fe e Federação de Entre Ríos), encontramos nas duas listas apenas 5 coincidências. A nosso ver esse fato demonstra que houve grêmios que votaram a favor do comunismo, mas permaneceram na FORA IX (caldeiros, pedreiros, pintores, cortadores de calçado e construtores de carruagens de Rosario). E houve outros que votaram pela supressão da recomendação e todavia passaram a formar a FORA do V (eletricitas, fundidores, operários do porto, Federação de Artes Gráficas); e outros ainda que entraram em maio para a FORA comunista, mas não estavam presentes no IX Congresso (Federação de Entre Ríos, seção ferroviária de San Cristóbal, grafiteiros e alpargateiros).

Mostramos todas estas divergências para explicitar o dilema em que se achavam os grêmios anarquistas: seguir a tendência de um Fabbri, Giribaldi, Senra Pacheco e Francisco García, ou manter-se fiel a uma central com uma fisionomia anarquista definida. Havia boas razões para qualquer uma das duas opções.

Enfoquemos a partir de agora as deliberações sobre os demais tópicos.

Grupos Gremiais.

"Considerando que todos aquellos grupos pseudogremiales que se constituyen bajo el patrocinio de partidos políticos o religiosos, tienen por objeto desviar la orientación directa y natural de la acción sindical y supeditar las organizaciones a los intereses y preocupaciones partidistas que deben ser combatidas por todos los obreros conscientes que valorizan la misión autónoma del proletariado".¹⁶

Ora, "a missão autônoma do proletariado", parece-nos uma formulação bem "sindicalista", o que evidencia que a implantação da hegemonia "sindicalista" no IX Congresso não foi um processo lento, mas sim que esta corrente se impunha desde o início. Esta constatação é verificável através das outras resoluções em maior ou menor medida.

No que diz respeito às Federações por Indústrias:

"Considerando (...) que con su formación se amplían los horizontes de la lucha y se anula a la vez el espíritu corporativo y localista (...) constituyen un elemento esencial para reorganizar en el futuro la producción bajo los principios de solidaridad y libertad".¹⁷

Os anarquistas, principalmente na sua versão comunista, sempre pensaram a sociedade a partir dos grupos primários e portanto locais. Já mencionamos que a FORA do V Congresso em 1923 eliminou a Única Federação Regional, a portuária. Foi basicamente a partir de 1917 que começou a adquirir força na FORA do IX Congresso e na USA, as federações por indústria e por "região", em detrimento dos sindicatos por ofício e locais.

Quanto aos Trusts, apesar de reconhecer elementos favoráveis na sua constituição, e declarando que "ao acumular maior número de trabalhadores sob uma direção patronal" e "por determinar uma divisão mais clara entre as classes e fomentar por isso uma organização operária em maior escala", não

se deixou de opinar que "contra a confabulação do capitalismo que tende a monopolizar a mercado e impor os produtos em condições arbitrárias, só pode ser eficaz a apresentação de uma organização potente de trabalhadores, capaz de anular estes propósitos".¹⁸

O protecionismo à indústria é rejeitado "por contribuir para a criação de confusão no critério proletário no que diz respeito às duas classes que se excluem mutuamente".^{18 bis} O proletariado era pensado ainda em escala mundial e estava-se longe de um pacto social.

Os imigrantes que formavam a clientela maior do sindicalismo argentino, constituíam também o exército (neste caso não tão "industrial") de reserva no mercado de trabalho. Desta forma quanto à limitação da imigração, o IX Congresso declarava "que uma propaganda artificial e mentirosa tem sido feita no sentido de atrair a estas regiões grandes massas de trabalhadores destinados na realidade a fazer concorrência perniciosa a seus irmãos daqui".¹⁹

Quanto a greve geral, o Congresso a aceita como "meio eficaz de luta". Todavia ao fazer considerações que relativizam a questão, o IX Congresso não nos pareceu muito inclinado a utilizá-la como exercício revolucionário, tal como vinha sendo praticada até agora por anarquistas e "sindicalistas". Traçou-se a nosso ver um caminho inverso ao percorrido pela UGT desde 1903. E isto é particularmente notado na declaração: "ela se impõe independentemente de nossa vontade em uma determinada etapa de nosso desenvolvimento orgânico".²⁰ Consideração que insinua para o movimento sindical argentino um processo semelhante ao do sindicalismo francês.

Por fim, quanto à guerra, "recomendou-se ao Conselho Federal que se relacionasse com as organizações nacionais de ou-

três países, para acordar uma ação conjunta".²² Anarquistas e "sindicalistas" argentinos nunca aceitariam a guerra. Já o PS se dividiria sobre este ponto; e aqueles que se colocaram em posição neutra constituirão a base do Partido Socialista Internacional.

Além destes tópicos outros foram debatidos, havendo resoluções sobre o boicote, a rejeição ao trabalho por empreitada, jornada de trabalho, desemprego, dignificação do trabalho e antimilitarismo.²³

V.3. Comentários sobre o Congresso. Conspiração "Sindicalista" ou Divisão Interna do Anarco-Sindicalismo?

O que aconteceu em 1915 tem sido considerado usualmente como uma armadilha "sindicalista", preparada para os "desprevenidos" anarquistas. Não compartilhamos com tais análises que pretendem ver no ocorrido uma conspiração; mesmo porque desde 1910 a FORA já havia decidido eliminar de seus estatutos a recomendação anarco-comunista. E o discurso fabbriano, no qual os anarquistas deviam ter uma presença em toda a sociedade e em todas as organizações, estava presente no movimento anarquista argentino desde as estadias de Malatesta (1885-1889), e Gori (1898-1902) no país e na carta que Fabbri mandou ao La Protesta depois do Congresso de 1907. É o que temos chamado de "tese italiana".

Vejamos agora algumas interpretações sobre o acontecido no Congresso, algumas elaboradas ainda em nossos dias, que mais a diante serão confrontadas com nossas fontes primárias.

Começemos com Santillán. É curioso que este autor que se envolveu em árduos debates com Fabbri sobre o tema da unidade, na sua obra La FORA, 1933, não tenha exposto uma teoria fundamentada na idéia de uma conspiração; talvez isto tenha ocor-

rido por sua inimizade com González Pacheco, o principal promotor da saída dos anarquistas da FORA do IX Congresso. Santillán prudentemente comentou que "se os anarquistas descontentes houvessem permanecido dentro do conjunto que concorria ao IX Congresso, em pouco tempo teriam se convertido em maioria".

25

Já Max Nettlau, 1936, comentaria que "em 1914, uma grande quantidade dessas organizações (CORA e autônomas) quiseram entrar na FORA e três pessoas no seu Conselho Federal. Isto só podia significar um assalto de surpresa e uma invasão à antiga organização por elementos estranhos a ela".²⁶

Odone, 1949, em Gremialismo Proletario Argentino, também se refere à questão: "Não podemos afirmar que a cláusula tenha sido retirada por imposição, porém com a lista de nomes de delegados à vista, dissemos que a maioria, a quase totalidade das delegações do interior haviam sido açambarcadas seguindo velhos costumes e velhos métodos, por sindicalistas da Capital, que dessa maneira formavam a maioria nos Congressos e convertiam em sindicalistas malgré lui os seus representados".²⁷ É conveniente ressaltar que foi Odone quem atribuiu a perda da hegemonia socialista da UGT em 1905, às "manobras sindicalistas".

28

Em 1978, David Rock escreveria: "Em 1914, esta (a CORA) foi dissolvida e seus integrantes resolveram unir-se à FORA anarquista. Em abril de 1915 a FORA realizou seu IX Congresso; aí mediante uma hábil manobra nos bastidores, os 'sindicalistas' conseguiram a maioria entre os delegados presentes, e antes que a velha guarda anarquista pudesse mobilizar seus adeptos, já se havia adotado a resolução de abolir o pronunciamento a favor do comunismo anárquico".²⁹

Hugo del Campo afirmou em 1983: "Finalmente sentindo-se já

bastante forte para tomar de assalto (copar) a FORA, os sindicalistas convocaram um novo Congresso de Concentração, que em setembro de 1914 decidiu a dissolução da CORA e a incorporação de seus integrantes à FORA. Isto se concretizou no IX Congresso da mesma em abril de 1915, no qual os sindicalistas impuseram uma nova definição à central".³⁰

Bom, até aqui não fizemos mais do que expor uma seleção de textos que, com algumas variações, vêm como uma conspiração "sindicalista" o sucedido durante o IX Congresso. Existem contudo outras versões. Até mesmo uma versão que tem a originalidade de apresentar a conspiração de forma invertida. É o caso de R.A. Yoast, que em 1977, fala de "forte infiltração anarquista, que absorveu essa federação (a CORA) na FORA".³¹ Não faltou tampouco uma versão "stalinista" do acontecido: "O primeiro registro que fica de uma frente única proletária em que se encontravam sindicalistas e a nascente tendência internacionalista é o Congresso de Concentração de 27 e 28 de junho de 1914. O secretário geral da CORA era S. Marotta e pelos gráficos concorre Penelón. Como consequência deste processo, em abril de 1915, um setor importante do gremialismo se reunifica no IX Congresso da FORA".^{31 bis} Lástima para Ratzer, autor desta análise, é que no IX Congresso da FORA, não concorreu nenhum sindicato socialista, nem reformista nem internacionalista. A frente popular Marotta-Penelón teria que aguardar um tempo ainda para entrar em ação.

Passemos agora para os comentários da época, e estejamos atentos para o que existe de verdade nesta "teoria da conspiração", como instrumento explicativo da hegemonia "sindicalista".

Inicialmente, quanto ao La Protesta, que em congressos anteriores havia incentivado campanhas para a manutenção da recomendação, devemos assinalar um fato importante: antes e durante o

Congresso, não se manifestou partidário de manter a recomendação finalista, e só no domingo à noite, 4 de abril, seu diretor Rodolfo González Pacheco, pronunciou uma conferência na Casa Suíça, na qual atacou virulentamente a decisão tomada pelo IX Congresso.

Ora, as vozes a favor do comunismo anárquico começaram a ser ouvidas no La Protesta somente a partir do 6 de abril e não antes. Podemos ver que ainda no dia 3 apareceu no diário anarquista um artigo favorável à unidade intitulado "Unificação Proletária", assinado por Riccard:

"Nada se consigue con borrar de los estatutos de la FORA la cláusula comunista: ella permanecerá muy viva en el cerebro de los trabajadores(...) que creen justo y conveniente propagar el comunismo anárquico. Las sociedades podrán unificarse, pero será un lazo puramente diplomático, de hecho los trabajadores quedarán divididos por sus diferentes aspiraciones. La ignorancia supone que el obrero no debe ocuparse más que de cosas materiales; como si el obrero no fuera un hombre y no tuviera el privilegio de concebir una sociedad a la presente, sin autoridades ni explotadores; sociedad comunista anárquica por la cual desea luchar para hacerla real. El problema esencial a resolver es éste: la instrucción del pueblo, la elevación de la capacidad mental y moral del trabajador. Abandonando las riñas por cuestión de fórmulas atendamos a la realidad del pueblo; seamos maestros, educadores divulgadores de ideas elevadas: así conseguiremos la unión, la defensa mutua. Toda otra cosa resulta vana."³²

No dia seguinte, um editorial também no mesmo sentido, desta vez de Blas Barri:

"Aunque se saque lo del comunismo anárquico, los anarquistas no dejaremos de ser perseguidos (...). Tampoco dejará de ser perseguida la Federación, porque seguirá siendo una entidad revolucionaria y lo que los burgueses sienten mas todavía, seguirá perjudicando los intereses de los explotadores que son gobierno ellos mismos y tienen todas las fuerzas del Estado a su servicio.

Aunque se saque lo del comunismo anárquico, la unificación no se conseguirá tampoco (...) porque las sociedades mane-

jadas por los socialistas del Programa Mínimo, nunca querrán formar parte de un organismo que rechaza la acción política (...). Pero ni siquiera se conseguirá la unión de todos los partidarios de la acción directa, parte de los cuales no quieren saber nada del comunismo anárquico. Y eso traerá más adhesiones: las de los distanciados por las continuas grescas de elementos discordes en el seno de las sociedades. Y entre todos serán muchos (...) es un bien que los inconscientes concurren porque así ayudan a sufragar los gastos, dan el poder del número que a veces vale algo, se les puede hacer propaganda y es posible despertar en ellos la consciencia dormida. Con la táctica de la acción directa (la Federación) irá a la anarquía: esto nos basta por ahora, a la organización obrera no se le puede pedir más".³³

Ora, tanto as palavras de Riccard como as de Barri fazem-nos recordar as palavras do socialista chileno Recabarren, durante o congresso de 1907. Nesta ocasião, para Recabarren o importante não era uma declaração escrita, mas sim a livre difusão das idéias entre os filiados a uma central onde concorressem todas as tendências. Existe em ambos, Riccard e Barri, também um pessimismo ao avaliar o sindicalismo de então, mas que acaba em otimismo com relação ao trabalho anárquico no futuro. E, nenhum dos dois menciona algum tipo de cilada "sindicalista".

Igualmente no La Vanguardia, não encontramos elementos para inferir que a FDRA fosse tomada de assalto pelo "sindicalismo". Há sim queixas amargas contra a "imposição anti-política" que substituiu a "imposição anárquica":

"(...) la irresolución del Congreso empeñado en prescindir de la política, huyendo de ella como la peste, ante problemas eminentemente políticos que no se pueden resolver fácilmente con una huelga (...)"³⁴

Neste mesmo dia, em 4 de abril, foi publicado o seguinte editorial:

"Ha abordado el Congreso temas nuevos para nuestra organización obrera, la que se presenta preocupada por problemas prácticos, que hasta ahora parecían inaccesibles a ella. Y si no podemos decir que los haya resuelto siempre acertadamente a nuestro juicio, es ya motivo de satisfacción y de esperanza ver nuestras organizaciones emancipadas, siquiera en parte, del viejo charlatanismo catastrófico, que se debatía constantemente en la preparación de boicots más o menos sospechosos y de huelgas "generales", casi siempre 'descabelladas'.³⁵

Enfim, não encontramos nada no La Vanguardia que dê margem às insinuações de Oddone de que os anarquistas tenham sido vítimas de uma imposição e de manejos arbitrários, assim como foram os socialistas da UGT (segundo Oddone) em 1905 e 1906.

Já mencionamos que a campanha do La Protesta em prol da manutenção do anarquismo na FDRA, começou a partir da conferência de Pacheco na Casa Suíça. Os aliados de Pacheco, eram Tegoro Antillí, que neste momento se encontrava na prisão por "apologia da violência", Eduardo Gilimón, ainda no exílio em Montevideu, Apolinario Barrera, J.M. Suárez e García Thomas.

No dia 6 de abril apareceu no La Protesta o último artigo de um partidário da unidade, o nosso conhecido B.V. Mansilla, reagindo contra a conferência da Casa Suíça:

"No es admisible el pesimismo, la decepción de algunos anarquistas que consideran que se ha pactado una claudicación al consentir se retire 'el rótulo de la fachada', (...) porque sé que falta sólo un año para tener otro centenario de ignominias patrioterias y que hay que estar en guardia (...). La unión revolucionaria se ha hecho, hay que felicitarse no alarmarse... Pacheco (...) ha levantado bandera llamando a los anarquistas a volver por una senda trillada de tanto andar en carreras de estériles cansancins. Ha dicho que se rechacen los acuerdos del Congreso o se deshaga la Federación".³⁶

Com essas palavras Mansilla fez um balanço de 15 anos de trabalho na FORA, concluindo de forma cortante: "carreiras de estóreis cansaços". O mesmo Mansilla foi eleito para uma das secretarias da FORA do IX Congresso.

No dia 6 apareceu no La Protesta um chamado de Antillí: "Todos à luta; acompañemos os condutores de carros, carpinteiros e sociedades que já se retiraram". E no dia 7 um editorial não assinado, mas que parece ter saído da pena de Pacheco:

"Una declaración de la finalidad, como el comunismo anárquico no es una cosa de tan poca importancia como pretenden algunos (...). Borrado el comunismo, ya puede borrarse todo de la Federación, transformarla como desean en un sindicato económico, sin ideales (...). El hecho es (...) que la Federación ha negado su finalidad, que no se han manifestado delegados de carácter, fuera de las sociedades que se retiraron. Ya no hay carácter en los obreros en la Argentina... Merecen el sindicalismo...!"³⁷

Nem sequer o principal defensor da manutenção do caráter anarquista da FORA pretendeu explicar a mudança na direção ideológica da central por um recurso à conspiração "sindicalista". Mas, pelo contrário, tratou de incriminar os delegados anarquistas que preferiram votar pela unidade, chamando-os de "sem-caráter" e merecedores do sindicalismo econômico.

O único comentário afirmando que se tratava de uma conspiração, na época, encontramos num artigo de El Sindicalista:

"Como las cosas se han hecho así, en silencio, con más misterio que lo que usaba Rocambóle? Porqué no se habló claro desde el principio? Hubo hipocresía, pues el asunto no surgió por generación espontánea. El maquiavelismo ocultó sus planes para vencer por sorpresa".³⁸

Estas frases se referem à união da CORA à FORA, mas o artigo inteiro se refere a uma conspiração "sindicalista" e anarquista, contra os grêmios socialistas, aos quais não fo-

ra dada participação na unidade projetada; como dissemos, nenhum delegado socialista foi nomeado para integrar o Conselho Federal. Assim o parágrafo deve ser visto no contexto da disputa de Penelón e companheiros contra os "sindicalistas" e anarquistas.

Se não se tratou de uma conspiração (por mais que consideramos que houve delegados partidários da unidade que votaram a favor da supressão da recomendação contra o parecer de seus grêmios), como devemos avaliar o resultado do IX Congresso em seu aspecto mais significativo, ou seja, a passagem da liderança da central para as mãos do "sindicalismo"?

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que em 1915 não se reuniram apenas sindicatos da ex-CORA e da FORA, mas também numerosos grêmios autônomos, como a Federação Operária Ferroviária e numerosas seções ferroviárias do interior. E estes, de acordo com o delegado da FOF, eram claramente partidários da unidade, e viam o "sindicalismo" como uma corrente capaz de superar os enfrentamentos ideológicos entre o socialismo e o anarco-comunismo. Por seu número e seu lugar estratégico na economia do país, os ferroviários tinham um peso considerável na vida do movimento operário argentino. Ainda que, ocasionalmente, durante poucos anos, algumas seções ferroviárias tivessem se associado à FORA ou à UGT-CORA, foi a partir de 1915 que começaram a participar de forma estável em uma central operária. E, todavia, devemos ainda recordar que em 1907 estava também presente no Congresso de Fusão, a Confederação Ferroviária, o que não ocasionou nessa época a "sindicalização" da FORA; devemos então continuar procurando outras causas.

Tão importante como a primeira causa, foi o aumento extraordinário dentro da FORA de sindicatos partidários da unidade e dispostos a sacrificar a finalidade anarco-comunista em favor da unidade operária (Riccard, Biondi, Barri), ou convencidos

da inutilidade da referida finalidade (Giribaldi, Sanra Pacheco, Mansilla). O primeiro grupo se resignou, alegando a possibilidade de fazer propaganda anarquista entre os não-anarquistas (os "inconscientes"), e com a esperança de que a nova instituição, pela combatividade e abnegação de seus elementos anarquistas, em breve se converteria outra vez em uma central libertária. O segundo grupo fez um balanço de três quinquênios do sindicalismo anarquista, e chegou à conclusão de que o trabalho sindical devia tomar um caminho mais prático, menos "futurista", e não proseguir nas "sendas trilhadas" de "estéreis cansaços". Questiona-se a validade e utilidade das greves gerais e inicia-se um processo (a par do que se operava entre os "sindicalistas") de pragmatismo crescente que já não desdenharia considerar o Estado como um interlocutor válido. E assim os representantes de alguns poderosos grêmios autônomos e de numerosos sindicatos anarquistas, passam a reforçar o pequeno núcleo de "sindicalistas" históricos, como Tortorelli, Cuomo, Loperena, Montale, Bernard e Marotta.

Outro fator, a nosso ver, teve influência nos acontecimentos do IX Congresso: foi a ausência notória de alguns sindicatos ou confederações anarquistas, como por exemplo a Federação O. Local de Entre Ríos, grafiteiros, alpargateiros etc., os quais em maio do mesmo ano passaram a integrar a FORA do V Congresso. E o mesmo pode-se dizer de grêmios autônomos que não concorreram, e que possivelmente simpatizavam com o anarco-comunismo, ou que tinham estado no FORA anarquista (algumas seções dos frigoríficos e dos moinhos de farinha, fosforeiros, e padeiros de todos os lugares da Republica etc.).

Estas ausências não podem constituir, contudo, um atenuante para o fracasso da posição sindical anarco-comunista; revelariam antes uma incapacidade dessa de mobilizar ou convocar estes pos

síveis aliados, ao contrário da posição unitária e "sindicalista" que obteve êxito neste sentido.

Uma das consequências da derrota anarco-comunista no IX Congresso, foi a perda do órgão oficial da FORA, La Organización Obrera. Em seu primeiro número publicado após o Congresso, manteve ainda uma linguagem libertária, porém já mesclada com idéias "vitalistas", anti-vanguardistas e anti-intelectuais. Vejamos:

"La FORA interpretando en su último congreso las verdaderas aspiraciones libertarias, deja el camino de la historia de la historia abierto al progreso incesante de la humanidad y no se cristaliza en fórmulas determinadas habiendo llegado a comprender que los ideales, aún los verdaderos, los legítimos, son en este momento, como lo han sido siempre, concepciones abstractas que distan gran trecho de la realidad y que esta puede modificar y modificarse siempre. Aún las concepciones científicas más ciertas, las concepciones matemáticas por ejemplo, no se encuentran en la vida realizadas y con mayor razón las concepciones ideales, productos complejissimos de elementos sociales y psicológicas en que el factor personal, con sus pasiones, su temperamento, su educación y otros mil motivos que ciegan el juicio, altera la consecuencia legítima que de las múltiples causas cósmicas y sociales pudiéramos deducir: la vida es más amplia que todas nuestras fórmulas, no cabe en ellas y toda concepción que pretenda cerrar sus cauces es antianárquica porque es antinatural y anti-científica(...)".³⁹

Notamos nesta verborragia irracionalista, uma ruptura com o cientificismo decimonônico e até um certo paralelismo com o discurso yrigoyenista com seus plurais abstratos que obscurecem o conceito ("a consequência legítima que pudésemos deduzir das múltiplas causas cósmicas e sociais"). Mas, de qualquer forma, o órgão da FORA se tornou nitidamente "sindicalista", e a FORA do V Congresso terá sua expressão no La Protesta, uma publicação extra-sindical.

Neste mesmo número do La Organización Obrera, apareceu um ar

tigo de Giribaldi intitulado "Justificação". Vejamos algumas passagens:

"Los trabajadores de la República Argentina han vivido por largos años profundamente divididos. Sindicalistas y anarquistas fraccionados no representaban en el concierto social, en el teatro social, más que una comedia sangrienta, triste y dolorosa: una familia de hermanos amenazados por un enemigo común y que lejos de unirse para la defensa, se despedazaban entre si. se imponía la conciliación, el abrazo reparador, concluir el ciclo de vergüenza en que unos y otros actuáramos con tesón, con pasiones ciegas y negadoras (...). La fusión se hizo, mal que pese a un puñado de fanáticos defensores de una vida futurista que son incapaces de vivirla en el presente por la tara morbosa que aún llevan en el alma. Al pronunciarse contra los magnos acuerdos de la FORA, realizan estos señores una labor digna de ser identificada con la de los confidentes que la policía siempre en nuestras filas, cooperan al sostenimiento del capital, del estado (...) traicionando a la vez el magno pensamiento de la Vieja Internacional (...). Tanta autoridad tiene Pacheco, gaucho lírico recién caído al pago después de una gira en comandita con el sinvergüenza Foppa, como Antillí desde la cárcel con su cerebro con reminiscencias individualistas y con activos microbios de la sífilis corroyéndole las células pensantes, como ese Canosa que cierra el triunvirato de 'lanceros del ideal', que sólo conoce la vida y la organización a través de los cristales de los 'music-halls'".⁴⁰

Giribaldi, que vimos defender a unidade no Congresso e que fora expulso de La Protesta juntamente com Mansilla, não poupava ataques pessoais ao grupo de González Pacheco por estes terem propiciado a criação da FORA do V Congresso. Os fatores pessoais estão deste modo presentes e levam à polarização das posições. O ex-anarco-comunista falaria então de "fanáticos defensores de uma vida futurista", iniciando uma glorificação do presente no melhor estilo "sindicalista".

Queremos remarcar também que nesta época os "sindicalistas" percebiam muito bem que uma grande parte do proletariado não era revolucionária, e propunham então uma estratégia dual:

"Repetimos e afirmamos que nuestra lucha por la emancipación general, no se desvirtúa por secundar los movimientos obreros, ni la brega por la emancipación integral se esteriliza por contribuir a resolver la parte económica del problema social (...). Y el allanamiento práctico será colocar juntos al criterio reformista de la mayoría, el concepto revolucionario (...). Este planteo dual -y podemos decir antagónico- de los asuntos que atañen a la organización, es necesario(...)"⁴¹

O IX Congresso expressou a nível sindical uma série de mudanças operadas nos níveis do Estado (repressão e abertura), do econômico (recessão), da política (o auge do Partido Radical, a retirada estratégica da oligarquia do governo, porém não do poder) e do social (a paulatina argentinização dos sindicatos, a ascensão social). Expressou também os efeitos da repressão do Centenário e das leis de Residência e Defesa Social, repressão estatal e patronal, que não titubeava em utilizar meios (sindicatos patronais, bandas patrióticas, o exército), quando se tratava de conter as reivindicações operárias ou resistir aos efeitos das ações diretas. De todas estas medidas a vítima principal foi o anarco-comunismo, e triunfantes emergiam deste torvelinho os sorelianos vernáculos.

Algumas Reflexões Finais.

Chegamos assim ao final de uma década, a nosso ver extremamente rica em acontecimentos e definições sindicais. Com efeito, neste lapso de tempo, anarco-comunistas, "sindicalistas" e socialistas definem sua especificidade e suas estratégias sindicais, dispondo, em maior ou menor medida, as chances para melhorar a sorte da classe trabalhadora.

Os anarquistas definiram em 1905 uma ação sindical revolucionária, baseada na ação direta e na solidariedade de classe, procurando incessantemente as brechas por onde seria possível começar a instaurar sua sociedade libertária. E, contudo, a opção por essa via revolucionária não constituía empecilho para que os militantes acorressem aos lugares onde rebentavam os conflitos sociais, organizando os trabalhadores nas suas exigências de melhores condições de trabalho e de vida. E por isso eram chamados pelo DNT de "procuradores de greves".

Os "sindicalistas", saídos do seio do PS de Juan B. Justo, como marxistas revolucionários, em 1907 se declararam a-ideológicos, anti-políticos, obreiristas e partidários (como os anarquistas) da greve geral como meio para conseguir suas reivindicações econômicas e para chegar a uma nova sociedade, cuja prefiguração, ou embrião, estava nos sindicatos como núcleos de produtores. A partir de 1914, quando acorreram ao chamado do Departamento do Trabalho, começariam uma terceira etapa, onde prescindiam da política, mas deixando de lado sua posição anti-legalitária. Esta mudança é claramente percebida no Congresso de abril de 1915 quando, apesar de aceitarem o Pacto de Solidariedade, se mostraram etapistas, isto é, aceitaram primeiro melhorar as condições econômicas e só depois a emancipação total.

Os socialistas por seu lado, depois de sofrerem a cisão "sindicalista" em 1906, se encontraram em maio de 1914 frente à possibilidade de uma outra cisão, vislumbrada na formação do núcleo que criou o Comitê de Propaganda Gremial. Este mesmo núcleo criaria em 1918 o Partido Socialista Internacional, que, por sua vez, junto com os "terceiristas" do Claridad e anarquistas partidários da ditadura do proletariado, formarão em 1920 a base do Partido Comunista. Apesar das cisões o sindicalismo socialista conseguirá se recuperar, valendo-se do espaço existente para o reformismo sindical nos anos 20 e 30, e apoiado pelos ferroviários de La Fraternidad e a União Ferroviária. É a partir desta época que pode-se falar de uma equação tipo de ofício e ideologia e práticas sindicais. O auge socialista começaria em 1920, e só em meados da década seguinte, os grêmios socialistas se tornariam hegemônicos na CGT, entidade criada em 1930. Como nesta época as práticas sindicais socialistas não diferiam fundamentalmente das práticas "sindicalistas", não nos pareceu satisfatória a explicação dada por del Campo e Matsuhita para a hegemonia socialista na CGT.

Já afirmamos anteriormente que o IX Congresso da FORA constituiu um espelho onde se refletiam as muitas mudanças ocorridas na década que pretendíamos historiar.

Pois bem, o "sindicalismo" saiu deste Congresso como a corrente mais numerosa e organizada, -em 1920 a FORA IX contava com 70.000 filiados contra os 40.000 da FORA comunista e em 1922 a proporção era de 80.000 contra 25.000¹ e este foi o principal resultado do encontro. Ora, o Congresso se verificou em meio a uma conjuntura especial, onde se mesclavam vários fatores tais como a crise econômica, as perseguições,

o cansaço do emprego das ações diretas e da busca de sociedades futuras. Pensamos que a hegemonia "sindicalista" definida a partir deste evento, não foi fruto apenas desta conjuntura especial, mas também constituiu o resultado das práticas e discussões anteriores a 1915.

A divisão do anarquismo foi capitalizada pelo "sindicalismo" porém este fato não resultou de uma conspiração, o que seria subestimar os anarquistas, vendo-os cair em "velhas ciladas". Diríamos antes que foi fruto de uma estratégia entre um setor anarquista, aquele que denominamos por "fabbrianos", e o "sindicalismo" ao considerarem o trabalho sindical como uma tarefa conjunta da classe operária. Deixamos para um trabalho posterior investigar porque os anarquistas da FORA IX perderam tão rapidamente sua especificidade libertária. É claro, que os pontos de contato do anarco-sindicalismo e do "sindicalismo" eram grandes e um fato que os anarquistas partidários da unidade subestimaram, foi a entrada para a FORA dos grêmios autônomos, o que mudou a relação de forças em favor do "sindicalismo".

Foi exatamente a Federação O. Ferroviária que em 1916, em colaboração com La Fraternidad, abriu a era das negociações de forma institucionalizada com o Estado yrigoyenista. No ano seguinte, em 1917, esta prática foi seguida seguida pela Federação O. Marítima (ex-anarquista). Pensamos que a ligação com o radicalismo fortaleceu a posição "sindicalista", e como consequência as táticas sindicais se tornariam mais prudentes que na época anterior.

A FORA do IX Congresso não se tornou anarquista; não se conseguiu levá-la novamente a uma postura anarco-comunista, tal como argumentaram alguns anarquistas partidários da unidade. Além do mais, aqueles anarquistas como Atílio Biondi, Francisco

García e Alejandro Silvetti, não se distinguiriam muito dos "sindicalistas" históricos como Bernard e Marotta. (Existem algumas exceções, como o caso de Juan Antonio Morán, um correnteiro que durante o dia era secretário da FDM, e de noite colaborava com os anarquistas expropriadores).²

Outro fator de peso, foi a saída do grupo mais aguerrido da central "Única", para constituir em maio de 1915 a FORA do V Congresso, também conhecida, até 1921, como comunista. Esta central era encabeçada pelo grêmio mais combativo e solidário da época, o dos condutores de carros. Além deste, a central contava também entre seus grêmios mais numerosos, os estivadores do porto, a União de Chauffeurs e a Federação Local de Santa Fe. Alguns sindicatos como os lixeiros, Canos e Esgotos e uma seção do porto, permaneceriam até o pleno período peronista.

Em 1920 a FORA do V havia reunido 400 grêmios e existiam laços informais com numerosos grêmios de Ofícios Vários das cidades do interior. Neste mesmo ano ela expulsou de seu seio os partidários da ditadura do proletariado (o escudo da FORA neste ano apresentava a foice e o martelo, enlaçados por um simpático laço de fitas); entre os depurados se encontravam em primeiro lugar Santillán e López Arango, bem entrincheirados no La Protesta.

A FORA do V Congresso foi muito mais vulnerável à repressão que seus rivais "sindicalistas" e socialistas. Ao reunirem-se em uma central autônoma, os anarquistas ficavam mais facilmente indetectáveis. Uma parte de sua força residia no apoio que recebiam de todo aquele que se considerava militante anarquista e das importantes publicações como La Protesta e a partir de 1921 La Antorcha.

O que teria acontecido se os anarco-comunistas houvessem permanecido na FORA do IX, é algo sobre o qual só se pode conjecturar; como por exemplo, pensar que talvez eles não tives-

sem se submetido aos altos e baixos da década de 20, ou que o impacto da Revolução Russa tivesse sido outro e até a repressão de Uriburu poderia ter tido consequências diversas.

Mas, todavia, o que aconteceu foi que a FORA IX foi abandonada pelos militantes anarquistas extra-sindicais, e a FORA V foi de tal maneira agredida pela revolução de 30, que ficou reduzida finalmente a uns poucos sindicatos "testemunhos".

Já consideramos anteriormente que apenas a repressão não constitui uma explicação universal para o descenso de uma corrente sindical, e que junto com a repressão vêm imbricados outros fatores como a atitude do Estado para com a classe trabalhadora e os grêmios, a atitude favorável aos interesses imediatos operários por parte dos partidos políticos, as expectativas da classe trabalhadora etc. A título de síntese gostaríamos ainda de fazer um breve comentário sobre estes fatores.

Em primeiro lugar a atitude do Estado argentino para com a classe trabalhadora e os grêmios, não começou a mudar, como se costuma dizer, em 1916 com a ascensão de Yrigoyen ao governo. (Se assim fosse alguns episódios ocorridos no IX Congresso não teriam uma explicação política). A nosso ver, começou a mudar em 1904, quando reformistas como Joaquín V. González, Juan Bialet-Massé, Alfredo Palacios e Enrique del Valle Iberlucea, apresentaram ao Congresso um Projeto de Lei do Trabalho, a primeira legislação trabalhista. Ora, esta legislação, apesar de não ter sido aprovada pelas Câmaras, vem assinalar que a classe trabalhadora argentina tinha uma presença diante do Estado, presença que se impunha em primeiro lugar pelas greves gerais do período.

Em segundo lugar está a criação do Departamento Nacional do Trabalho, cuja função analisamos no capítulo II. É um momento em que o Estado começou a mudar seu ros

to. O Departamento criado para estudar a questão social e para conter as ações diretas, pretendia se colocar como um interlocutor válido para a classe operária. Classe esta que a partir de 1900 começara a ser levada em conta pelo Estado e pelas classes dominantes, fosse pela repressão, como a Lei de Residência em 1902 e Defesa Social em 1910, ou fosse pelo estudo, que consistia mais na apropriação do "saber operário", que na compilação de um "saber sobre o operariado".

E assim chegamos à Lei Sáenz Peña: uma resposta a uma presença e a uma ameaça dos radicais e dos operários. Esta iniciativa dos reformistas dentro das classes dominantes visava principalmente estes dois setores, ainda que estes não atuassem de forma combinada. Como resposta de abertura imbricada à repressão, produziu com o tempo seus frutos, que começaram a se manifestar nitidamente durante o governo de Yrigoyen. A nível sindical, tal iniciativa ocasionará o fortalecimento do "sindicalismo" pragmático e o debilitamento, salvo em algumas conjunturas mais efervescentes como as de 1919, 1920 e 1921, do anarco-comunismo. Como exemplo, podemos citar o caso da FORA do IX que em 1920, substituiu o Pacto de Solidariedade por uma Carta Orgânica, e o das greves gerais que foram desaparecendo lentamente do horizonte dos "sindicalistas". Concordavam assim com Penelón, que em 1914 dissera que o movimento operário necessitava de organizadores e não de mártires.

Estava presente também o fator econômico: os anos de 1905 a 1912, com numerosas oportunidades de emprego na cidade e no campo, favoreciam a militância comunista e "sindicalista", essa ainda em sua fase revolucionária. Já a depressão de 1913 a 1915, com desemprego, baixa contínua de salários, levaram os "sindicalistas" e "fabbrianos" a moderar suas atitudes reivindicatórias. A esta época de crise somaram-se os efeitos da re-

pressão do Centenário. E em 1916 esperava-se uma repressão semelhante à de 1910.

Finalmente, existem autores que insistem na importância do processo de "argentinização" dos dirigentes operários (Rock, del Campo). O auge do "sindicalismo" seria explicado em grande medida, pela expulsão do país de dirigentes estrangeiros e a conseqüente chegada de jovens dirigentes argentinos às cúpulas sindicais; jovens estes mais preocupados em conseguir melhorias imediatas que a transformação social. Ora, esta argumentação não nos parece muito convincente. Muitos militantes anarquistas eram argentinos: Barrera, Barcos, Antillí, González Pacheco, Carulla, Ghirardo. Ainda que haja indícios que confirmem a "argentinização" dos grêmios, casos como o da FOM que passou a admitir em seu Conselho Diretivo apenas argentinos, para evitar ser decapitada pela Lei de Residência, era alto ainda o índice de estrangeiros entre os operários e dirigentes gremiais em pleno anos 30 (por exemplo entre os dirigentes da União Ferroviária que dominavam a USA-CGT); o que faz pensar que o divisor de águas na história do sindicalismo argentino não passava em primeiro lugar pela divisão estrangeiro-argentino.

Ainda cabe perguntar também se não foram os socialistas os primeiros candidatos a negociar com os reformistas e com os radicais. Na primeira década do século eles eram os aliados naturais dos funcionários do Departamento do Trabalho. Contudo, eles não atraíam muito o governo radical: primeiro porque até 1920 eles tinham poucos sindicatos e estes estavam constituídos basicamente por ofícios pouco interessantes e sobretudo pouco perigosos, como os gráficos, cabelereiros, fundidores e moldadores (pouco afetava o Estado agro-exportador a língua de

de um cabelereiro). Em segundo lugar, os socialistas eram os adversários políticos dos radicais nas eleições da Capital e em terceiro, os sindicalistas socialistas, de 1914 a 1917, estavam envolvidos na sua questão internacionalista e seu projeto de criar uma central própria.

Para concluir com os libertários: eles contribuíram para, conseguir aquilo que não pediram, ou seja a modernização e a democratização da sociedade política; mas, em troca, não conseguiram aquilo pelo qual lutaram, a comunidade livre de produtores livres. Em compensação conseguiram muitas outras coisas: serem tachados de furgón de cola da pequena burguesia e de "classe artesanal destinada a desaparecer pelas leis do materialismo histórico", algumas piedosas "flores para os rebeldes que fracassaram", oferecidas pela classe romântica da era dos computadores da quarta geração - e, sobretudo, pauladas.

NOTAS.INTRODUÇÃO.

1. OVED I. El Anarquismo y el Movimiento Obrero en Argentina-México, S.XXI, 1978.
2. HOBBSBAWM E.J. Revolucionários, Rio, Paz e Terra, p. 71.
3. SOLOMONOFF J. Ideologías del Movimiento Obrero Argentino y Conflicto Social, B.A., Proyección, 1971, p. 181.

CAPITULO I.

1. PANSALDI W. "Notas sobre la Formación de la Burguesía Argentina", B.A., mimeo, 1978, cfr. pp. 12 a 14.
2. CORTES CONDE R. "Auge de la Economía Exportadora y Viscisitudes del Régimen Conservador". Em GALLO E. e CORTES CONDE R. Historia Argentina: la República Conservadora, B.A., Paidós, 1972, p. 189.
3. SCENNA M.A. "El Radicalismo: 90 Años de Historia". Em Todo es Historia, nº 170, julho de 1981.
4. CORTES CONDE R. op.cit. p. 190.
5. NIDO E. Informe General del Movimiento Anarquista en la Argentina, Rosario, 1921, p. 12.
7. BARCOS J. Política para Intelectuales, B.A., Claridad, 1931, p. 167.
8. LUNA F. "Los Ex-radicales". Em Todo es Historia, núm. cit.
9. LA VANGUARDIA, 9-5-1896.
10. MERCADQ LUNA R. "La Revolución de Don Pelagio". Em Todo es Historia, nº 104, janeiro de 1976.
11. GALLO E., op. cit., pp. 32-33.

12. CANTON D. e MORENO J. Historia Argentina: La Democracia Constitucional en Crisis, B.A., Paidós, 1972, p.62.
13. LOPEZ A. Historia del Movimiento Social y la Clase Obrera Argentina, B.A., Peña Lillo, 1974
14. BEYHAUT G. "Los Inmigrantes en la Estructura Ocupacional"
Em DI TELLA T., GERMANI G. e OUTROS, Argentina Sociedad de Masas, B.A., Paidós, 1972, p. 170.
15. DORFMAN A. Historia de la Industria Argentina, B.A., So-
lar-Hachette, 1970, p.310.
16. IDEM, p. 130.
17. MAEDER E. "Población e Inmigración". Em FERRARI G e GALLO
E. La Argentina del 80 al Centenario, B.A., Sudamericana
na, 1980, p. 559.
18. IDEM, p. 557.
19. IDEM, p. 559.
20. VAZQUEZ PRESEDO V. Estadísticas Comparadas Argentinas,
B.A., Ed. Macchi, 1971, pp. 16 e 17.
21. IDEM, p. 16.
22. DORFMAN A. *op. cit.*, p. 105.
23. GALLO E. "La Gran Expansión Económica Argentina y la Con-
solidación del Régimen Oligárquico Liberal". Em GALLO
E. e CORTES CONDE R. Historia... *op. cit.*, p. 54.
24. VAZQUEZ PRESEDO V. Estadísticas, *op. cit.*, pp. 32 a 34.
25. IDEM, pp. 39 a 44.
26. BOLETIN DEL DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO, 1909, p.91.
27. KLEIN H. "La Integración de los Inmigrantes Italianos en
la Argentina y los Estados Unidos". Em Desarrollo Econó-
mico, nº 81, abril-junio de 1981.
28. IDEM, *cfr.* COMISARIATO GENERALE DELL' EMIGRAZIONE, "L'Emi-
grazione Italiana dal 1910 al 1923", Roma, 1926, p.832.
29. DORE G. La Democrazia Italiana e l'Emigrazione in America,
Brescia, Morcelliana, 1964. *Cfr. da* p. 69 a 99.

30. KLEIN H. art. cit. p. 26.
31. DORE G., op. cit., p. 74.
32. IBIDEM.
33. COMISARIATO DELL'EMIGRAZIONE, Manuale dello Emigrante Italiano all' Argentina, Roma, 1913. Em espanhol: ARMUS D. B.A., CEAL, 1983, p. 46.
34. LATTES A. apud PIANETTO O. "Mercado de Trabajo y Acción Sindical en Argentina: 1890-1922", B.A., mimeo, CISEA, 1982, p.8.
35. NARIO H. "Los Crotos". Em Todo es Historia, nº 158, julho de 1980.
36. PIANETTO O., art. cit., p. 15.
37. LA ACCION OBRERA, dezembro de 1911.
38. BAYER O. "La Masacre de Jacinto Arauz". Em Anarquistas Expropiadores, Simón Radowitsky y Otros Ensayos, B.A., Galerna, 1975, p. 128.
39. NARIO H. art. cit.

CAPITULO II.

1. PANETTIERI J. Las Primeras Leyes Obreras, B.A., CEAL, 1984, p. 16.
2. LA PROTESTA, 22-5-1907.
3. DORFMAN A., op. cit., p. 285.
4. BOLETIN DE LA UNION INDUSTRIAL ARGENTINA, nº 597, setembro de 1918. Apud PANETTIERI J., op. cit., p. 79.
5. SPALDING H. La Clase Trabajadora Argentina, Documentos para su Historia, B.A., Galerna, 1970, p. 615.
6. PAGES J. "Los Ensayos Sindicales de Inspiración Católica". Em Anales de la Corporación de Ingenieros Católicos, 1944, p. 107.
7. IDEM, p. 115.

8. LA PROTESTA, 6-8-1914.

CAPITULO III.

1. LA VANGUARDIA, 7-10-1906.
2. IDEM, 8-2-1902.
3. SOLOMONOFF J. op. cit., p. 181.
4. CANTON D. Elecciones y Partidos Políticos en la Argentina, B.A., S. XXI, 1973, tomo II, pp. 3, 7 e 17.
5. ROCK D. El Radicalismo Argentino, B.A., Amorrortu, 1977, p.85.
6. SPALDING H. op. cit., p. 413.
7. DIECIDUE A. Netri, Líder y Mártir de una gran Causa, Rosario 1970, FAA, p.34.
8. LA VANGUARDIA, 21-10-1912.
9. DIECIDUE A. op. cit., p. 58.
10. ODDONE J. Gremialismo Proletario Argentino, B.A., Libera, 1975, p. 246.
11. ABAD DE SANTILLAN D. La FORA, Ideología y Trayectoria, B.A., Proyección, 1971, pp. 133-134.
12. SPALDING H. op. cit. p. 62.
13. ROCK D. op. cit. p. 90.
14. VAZEILLES J. Los Socialistas, B.A., J. Alvarez, 1967, p. 30.
15. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit., p. 219.
16. ODDONE J. op. cit., p. 258.
17. LA VANGUARDIA, 26-9-1909.
18. ABAD DE SANTILLAN, op. cit. p. 219.
19. ODDONE J op. cit. p. 392.
20. IDEM, p. 299.
21. SOLOMONOFF J. op. cit. pp. 46-47.
22. WALTER R. The Socialist Party of Argentina, 1890-1930, Texas at Austin, I. of L.A. Studies, 1977, p. 15.

23. ODDONE J. Historia del Socialismo Argentino, vol.II, B.A. CEAL, 1983, p. 170.
24. IDEM, p. 176.
25. SPALDING H. op. cit. p. 344.
26. ODDONE J. Gremialismo..., op. cit. p. 196.
27. SPALDING H. op. cit. pp. 345-346.
28. ODDONE J. op. cit. p. 264.
29. MAROTTA S. El Movimiento Sindical Argentino: su génesis y desarrollo: 1857-1914, vol I, B.A., Libera, 1975, p.316.
30. BOLETIN DEL DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO, 1909, p.328.
31. IDEM, 1909, p. 299.
32. MAROTTA S. op. cit. p. 427.
33. LA VANGUARDIA, 6-4-1915.
34. VAZEILLES J. op. cit. p. 19.
35. IBIDEM. Vazeilles comenta o livro de SPILIMBERGO E. Juan B. Justo y el Socialismo Cipayo, B.A., Coyoacán, s.d.
36. COLE Historia del Pensamiento Socialista, vol. III, México, FCE, 1958, p. 80.
37. IDEM, vol II, p. 48.
38. CANO H. e PRESTA J. "Juan Creaghe: el Médico Inglés". Em Archivo Histórico Argentino, vol. I, nº 2, p.12.
39. NETTLAU M; Manuscritos Inéditos, cap. XV, p. 30.
40. IDEM, p. 35.
41. OVED I. op. cit. cfr. pp. 150 a 157.
42. LA PROTESTA HUMANA, 17-11-1900.
43. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 54 e OVED I. op. cit. p. 151.
44. NETTLAU M. op. cit. p. 16.
45. HOROWITZ D. Historia del Movimiento Obrero Italiano, B.A., Marymar, 1967, p. 75.
46. WOODCOCK G. Os Grandes Escritos Anarquistas, Porto Alegre,

LPM, 1981, p. 203.

47. RICHARDS V. Malatesta, Vida e Ideas, Barcelona, Tusquets, 1977, p. 164.
48. NETTLAU M; op. cit. vol XVI, p. 30.
49. LA PROTESTA (SUPLEMENTO DE), 21-9-1925.
50. LORENZO C. Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir, Paris, Ed. du Seuil, 1969, p. 19.
51. IDEM, p. 20.
52. ROMERO MAURA J. La Rosa del Fuego, Barcelona, Grijalbo, 1975, p. 201.
53. GOMEZ CASAS J. Historia del Anarco-Sindicalismo Español, Madrid, Bibl. Promoción del Pueblo, 1973, p. 66.
54. LORENZO C. op. cit. p. 50.
55. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 252 e 264.
56. LORENZO C. op. cit. p. 50.
57. IDEM, p. 38.
58. ROMERO MAURA J. op. cit. p. 266.
59. GOMEZ CASAS J. op. cit. p. 97.
60. IBIDEM.
61. IDEM, p. 124.
62. ROCK D. op. cit. p.
63. LA VANGUARDIA, 16 e 17-4-1906.
64. IBIDEM.
65. IDEM, 12-4-1906.
66. IDEM, 16 e 17-4-1906.
67. IBIDEM.
68. IDEM, 18-4-1906.
69. ODDONE J. Historia... op. cit., p. 117 (ed. de 1934).
70. IDEM, p. 128.
71. IDEM, p. 130.
72. LA VANGUARDIA, 1-9-1905.

73. ODDONE J. op. cit., p.134.
74. LA VANGUARDIA, 12-8-1905.
75. IBIDEM.
76. BILSKY E. "La Diffusion de la Pensée de Sorel et le Syndicalisme Révolutionnaire en Argentine", mimeo, pp. 12 e 13.
77. IDEM, p. 13.
78. MAROTTA S. op. cit. p. 309.
79. IDEM, p. 514.
80. IDEM, p. 542. LA VANGUARDIA, 21-6-1914.
81. BOLETIN DEL DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO, 1913, p.763.
82. BILSKY E. art. cit., p. 10.
83. LA ACCION SOCIALISTA, 11-7-1905.
84. IBIDEM.
85. IDEM, 1-5-1906 e 1-12-1910.
86. RIOSA A. Il Sindacalismo Rivoluzionario in Italia, Bari, De Donato, 1976, p. 27.
87. IDEM, cfr. pp. 102 a 117.
88. IDEM, p. 210, citação de Avanguardia Socialista, 10-9-1904.
89. IBIDEM.
90. FEIJOO M. "Gabriela Coni: la lucha feminista". Em Todo es Historia, dezembro de 1981.
91. IBIDEM.
92. BILSKY E. art. cit. p. 10.
93. ARRAGA J.A. El Sindicalismo, B.A., Bibl. La Acción Obrera, 1918, pp. 5 e 18.
94. IDEM P. 29.
95. IBIDEM.
96. LA ACCION OBRERA, 4-3-1911.
97. IBIDEM, 7-10-1911 e 23-12-1911.
98. FALCON R. "Présence de Sorel dans la Crise du Marxisme Argentin au Debut du Siècle", mimeo.

99. DE PAOLA G. "Georges Sorel, da Metafísica ao Mito". Em HOBBSBAUM E.J. História do Marxismo: O marxismo na época da II Internacional, III Parte, Rio, Paz e Terra, 1984, p. 82.
100. BRAVO G.M. "La Decomposizione del Marxismo nel Sindacalismo Rivoluzionario". Em "Il Sindacalismo Rivoluzionario in Italia", Ricerche Storiche, anno V, n. 1, 1975, p. 83.
101. IBIDEM.
102. MARUCCO D. Arturo Labriola e il Sindacalismo Rivoluzionario, in Italia, Torino, Fond. L. Einaudi, 1970. Em BRAVO G.M. art. cit. p. 84.
103. BRAVO G.M., art. cit., p. 85.
104. ODDONE J. Historia... op. cit., p. 150. (ed. de 1934).
105. LA ORGANIZACION OBRERA, 4-3-1911.

CAPITULO IV.

1. PECK D. "Las Presidencias de M-Quintana y J. Figueroa Alcor-ta". Em FERRARI G. e GALLO E. La Argentina del 80 al Cen-tenario, B.A. Sudamericana, 1980, pp. 209 a 214.
2. PIANETTO O. art. cit., p. 21.
3. OVED I. op. cit. p. 384.
4. LA PROTESTA, 5-2-1905.
5. OVED I. op. cit. p. 386-387.
6. IDEM, pp. 388-389.
7. PELLETIERI O. Testimonios Culturales Argentinos, B.A. Ed. Belgrano, 1980, pp. 11 e 113.
8. LA NACION, 5-2-1905.
9. PECK D. op. cit. p. 214. Citação de LA NACION, 25-11-1905.
10. BOTANA N.R. El Orden Conservador, B.A., Sudamericana, 1977, p. 228.

11. IDEM, p. 229.
12. IBIDEM.
13. BOLETIN DEL DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO, 1908, p.384.
14. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 137.
15. IDEM, cfr. pp. 134 a 140. Citação sobre "máquinas", p.140.
16. LA ORGANIZACION OBRERA, 25-8-1904.
17. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit., p. 141.
18. IBIDEM.
19. IDEM, p. 142. Cfr. também NETTLAU M., op. cit., vol.XV, p.41.
20. NETTLAU M. op. cit., vol XV, p. 45.
21. QVED I. Manuscrito Inédito do "El Anarquismo y el Movimiento Obrero en Argentina", Tel Aviv, 1976, p. 412.
22. IDEM, pp. 412-413.
23. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 148.
24. LA VANGUARDIA, 23-12-1906.
25. IDEM, 25-12-1906.
26. MAROTTA S. op. cit. p. 315.
27. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. pp. 150 a 154.
28. LA VANGUARDIA, 29-3-1907.
29. LA PROTESTA, 24-3-1907.
30. IBIDEM.
31. IDEM, 28-3-1907.
32. IDEM, 3 e 4-4-1907.
33. LA VANGUARDIA, 2-4-1907.
34. O sindicato Ferroviários do Sul, em 1907 apresentava-se como autônomo, enquanto que o ano anterior ainda estava filiado à FORA. Muitas vezes os limites entre sindicatos autônomos e anarquistas não aparecem bem delineados.
35. LA PROTESTA, 3-4-1907.
36. LA VANGUARDIA, 2-4-1907.
37. LA PROTESTA, 30-11-1906.

38. ODDONE J. op. cit. pp. 286-287.
39. IDEM, p. 285.
40. IBIDEM.
41. LA PROTESTA, cfr. 4-4-1915 e 6-4-1915.
- 41 bis. Carta publicada também no La Protesta e no La Acción Socialista.
42. GILIMON E. Hechos y Comentarios, Montevideo, (1910?), p.57.
43. BDNT, 1907, p. 202.
44. SPALDING H. op. cit. p. 476.
45. IDEM, pp. 495-496.
46. BDNT, 1908, p. 383.
47. IDEM, 1907, p. 70.
48. IDEM, 1907, p. 72.
49. NARIO H. "Cortando Piedras". Em Todo es Historia, nº 178, marco de 1982.
50. IBIDEM.
51. BDNT, 1909, p. 297.
52. MAROTTA S. op. cit. p. 379.
53. LA VANGUARDIA, 27-9-1909.
54. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 185.
55. MAROTTA S. op. cit. p. 409.
56. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 184.
57. IBIDEM.
58. A história de Radewitsky é relatada por BAYER O. Los Anarquistas Expropiadores, op. cit. pp. 81-118 e NETTLAU M. ' op. cit., vol. XVI, pp. 3-4.
59. LA VANGUARDIA, 25-4-1910.
60. BDNT, 1910, p. 276.
61. QUESADA F. "La Protesta una longeva voz libertaria". Em Todo es Historia, nº 83, abril de 1974.

62. PELLETIERI O. op. cit. p. 25.
63. ODDONE J. op. cit. p. 331.
64. LA ACCION OBRERA, 1-5-1911.
65. IDEM, 18-11-1911.
66. GODIO J. El Movimiento Obrero de América Latina: 1850-1918, Medellín, Ed. S. Bolívar, 1978, p. 241.
67. MAROTTA S. op. cit. pp. 435-438.
68. BDNT, 1911, p. 851.
69. BDNT, 1911, p. 852.
70. BDNT, 1911, p. 884.
71. BDNT, 1911, p. 887.
72. BDNT, 1911, p. 884.
73. BDNT, 1911, p. 989.
74. BOTANA N.R. op. cit. pp. 235 236.
75. IDEM, p. 296.
76. DIARIO DE SESIONES DE LA CAMARA DE DIPUTADOS, 1911, p. 807.
77. ROMERO MAURA J. op. cit.
78. BOTANA N.R. op. cit. p. 270. Discurso de I. Gómez em 8-11-'11
79. PUIGGROS R. Historia Crítica de los Partidos Políticos, B.A. Argumentos, 1956, p. 111.
80. DIAZ H. Ley Sáenz Peña: Pro y Contra, B.A., CEAL, 1983, p. 82
82. IBARGUREN C. La Historia que he Vivido, B.A., Eudeba, 1969 pp. 267-268.
81. ROCK D. op. cit. p. 62.
83. DIARIO DE SESIONES DE LA CAMARA DE DIPUTADOS, 1915, p. 263.
84. IDEM, p. 278.
85. WEIL F. "Die Arbeiterbewegung in Argentinien". Em Archiv für die Geschichte des Socialismus und der Arbeiterbewegung, Leipzig, C. L. Hirschfeld, 1926.
86. LA PROTESTA, 1-11-1911.
87. LA ORGANIZACION OBRERA, maio de 1912.
88. LA PROTESTA, 21-11-1911.

89. GERMEN, 12-12-1911.
90. IBIDEM.
91. LA PROTESTA, 10-1-1914.
92. DEL CAMPO H. Sindicalismo y Peronismo, B.A., CLACSO, 1983,
p. 44.
93. ODDONE J. op. cit. p. 356.
94. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 204.
95. LA VANGUARDIA, 30-11-1912.
96. IBIDEM.
97. IBIDEM.
98. IDEM, 2-12-1912.
99. IBIDEM.
100. IBIDEM.
101. IDEM, 4-12-1912.
102. IBIDEM.
103. LA ACCION OBRERA, 7-2-1914.
104. QUESADA F. art. cit.
105. LA PROTESTA 8-8-1914.
106. LA VANGUARDIA, 29-6-1914.
107. IBIDEM.
108. IBIDEM.
109. IBIDEM.
110. CORBIERE E. "La Fundación del Partido Comunista". En Todo
es Historia, nº 106, marzo de 1978.
111. IBIDEM.
112. LA VANGUARDIA, 28-9-1914.
113. ODDONE J. op. cit. p.
114. LA PROTESTA, 26-9-1914.
115. LA VANGUARDIA, 28-9-1914.
116. LA PROTESTA, 27-9-1914.

CAPITULO V.

1. BDNT, 1915, p. 33.
2. LA PROTESTA, 6-8-1914.
3. IBIDEM.
4. IBIDEM.
5. IBIDEM.
6. IDEM, 2-4-1915.
- 7 a 11. IBIDEM.
12. IDEM, 3-4-1915.
- 13 a 15. IBIDEM.
16. IDEM, 7-4-1915.
17. IBIDEM.
18. IDEM, 4-4-1915.
19. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 234.
20. IDEM, pp. 234-235.
21. IDEM, p. 234.
22. IDEM, p. 235.
23. LA VANGUARDIA, 4-4-1915.
25. ABAD DE SANTILLAN D. op. cit. p. 236.
26. NETTLAU M. op. cit. vol. XVI, pp. 29-30.
27. ODDONE J. op. cit. p.367.
28. MATSUHITA H. Movimiento Obrero Argentino, B.A., Siglo Veinte, 1983, p. 31, Matsuhita aceita a versão de Oddone sobre o acontecido em 1905 na UGT entre "sindicalistas" e socialistas. THOMPSON R. em "The Limitations of Ideology in the Early Argentine Labour Movement", vol. 16, Cambridge Univ. Press, 1984, p. 87, comenta "for a cynical socialist view of the anarchists' organising ability, see Oddone, Gremialismo... pp. 66 and 67".
29. ROCK D. op. cit. p. 104.
30. DEL CAMPO H. op. cit. p. 18.

31. YOAST R.A. The Development of Argentine Anarchism: a socio-ideological analysis, Wisconsin, 1975, p. 181.
- 31 bis. RATZER H. El Movimiento Socialista en Argentina, B.A., Ed. Agora, 1981, p. 145.
32. LA PROTESTA, 3-4-1915.
33. IDEM, 4-4-1915.
34. LA VANGUARDIA, 4-4-1915.
35. IBIDEM.
36. LA PROTESTA, 6-4-1915.
37. IBIDEM.
38. LA VANGUARDIA, 28-9-1914. Citação do El Sindicalista, s.d.
39. LA ORGANIZACION OBRERA, 1-5-1915.
40. IBIDEM.
41. IDEM, 1-5-1916.

REFLEXOES FINAIS.

1. WEIL F. art. cit. p. 22.
2. BAYER O. Los Anarquistas Expropiadores, op. cit. pp. 67 a 71.